

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----
----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, REALIZADA NO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2002.** -----
----- **ACTA NÚMERO ONZE** -----

----- No dia 22 de Outubro de 2002, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor Dr. João António Gonçalves do Amaral, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egípto e pela Excelentíssima Senhora D. Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Alberto Francisco Bento, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Augusto Pereira, António da Conceição Tavares, António José Borges Gonçalves de Carvalho, António Joaquim Costa Cunha, António Manuel Dias Baptista, António Manuel Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Artur Santos Madeira, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues Santos, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Deolinda Carvalho Machado, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Dina Maria Veredas Nunes, Domingos Alves Pires, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Feliciano Marques Martins da Cruz David, Fernando Luís Magalhães Silva, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Jofre da Fonseca Costa, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim António Oliveira, Joaquim José Miranda Sarmiento, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel Rocha Ferreira, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Afonso Possidónio, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maria Valente, José Rui Roque, Luís Angelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno Costa Estorninho, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria da Graça Barata Niny Mexia, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Bulhões Silva Castelhana Sabino, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Martinho José Baptista, Nelson Pinto Antunes, Nuno Roque, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Ramiro Nelson Cardoso Silva, Ricardo Posser de Andrade Chaves, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves, Rogério da Silva e Sousa,

Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Susana Maria Nunes Silvestre, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, João Gordo Martins, António Manuel Passos Rapoula, Pedro Miguel Alves Amaro, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Jorge Paulo Napoleão Garcia Inácio. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- António Alfredo Delgado Silva Preto, Carlos Filipe Marques Lima, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, Francisco José Fernandes Martins, João de Deus Gomes Pires, João Pedro Saldanha Serra, Jorge Cláudio Bacelar Gouveia, Lourenço Ramos Bernardino, Manuel Mendes Nobre Gusmão, Rodrigo Jorge Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rui Manuel Lobo Gomes da Silva, António Manuel Pimenta Proa. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Álvaro Barreto (PSD), por um dia, sendo substituído pelo Deputado Municipal António Proa. -----

----- Nuno Baltazar Mendes (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Jorge Napoleão. -----

----- Maria Helena Carvalho dos Santos (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira. -----

----- Isabel Castro (PEV), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Gordo Martins. -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Carlos Lima (PCP), relativamente à presente reunião. -----

----- Aníbal Dias PSD), relativamente à reunião realizada no dia 24 de Julho de 2002. -

----- Manso Pinheiro (PEV), relativamente à reunião realizada no dia 17 de Setembro de 2002. -----

----- Às 15 horas e 20 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião, informando, de seguida, que por acordo da Conferência de Líderes e a título excepcional visto que esta reunião não tinha período de Antes da Ordem do Dia, dada a natureza do evento foi decidido agendar como primeiro ponto o debate e votação de um voto de pesar pelo falecimento do colega Deputado Municipal, Engº Blasco Hugo Fernandes. -----

----- Leu depois o voto de pesar que tinha o seguinte teor: -----

----- **VOTO DE PESAR** -----

-----“Com o desaparecimento de Blasco Hugo Fernandes a democracia portuguesa perde um dos seus vultos mais insignes e esta Assembleia perde um dos seus membros mais antigos e prestigiados. -----

----- Personalidade multifacetada, profissional competente, homem de cultura, político ímpoluto, desenvolveu intensa actividade nas mais diversas áreas. -----

----- Homem de convicções firmes, mas sempre aberto ao diálogo, destacou-se na luta contra o regime fascista na defesa dos valores democráticos, tendo integrado a Comissão Nacional de Candidatura do General Humberto Delgado, sido candidato da oposição nas eleições de 1969 e 1973 e dirigente do MDP-CDE, razão porque foi alvo da repressão da polícia política, que prejudicou a sua vida profissional e o levou à prisão. -----

----- Blasco Hugo Fernandes participou, desde a primeira hora, na Comissão Organizadora da Manifestação Popular do 25 de Abril e era o Presidente da Associação Intervenção Democrática – ID e Deputado da Assembleia da Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Dedicou grande parte da sua vida à causa da Paz, exercendo os Cargos de Vice-Presidente do Conselho Português para a Paz e Cooperação – CPPC, de Membro do Secretariado do Conselho Mundial da Paz e o de Coordenador Europeu dos Movimentos de Paz. -----

----- Era Vice-Director e Membro do Conselho Redactorial da Revista “Seara Nova”, Director da “Razão Activa”, Boletim da Fundação Internacional Racionalista”, integrou o Conselho Fiscal do “Le Monde Diplomatique”, o Secretariado da Plataforma Internacional de Resistência Democrática Contra o Neo-Liberalismo (Paris) o Fórum Internacional para o Contrato de Geração Norte-Sul (Bruxelas), a Europinion Initiatives et Debats pour l’Union Européene, o Cercle Condorcet (Paris) e o Comité Internacional de Ligação para a Reunificação da Coreia, como Vice-Presidente. -----

----- Depois da Revolução de Abril, profissionalmente, exerceu cargos de relevo, nomeadamente o de Vogal da Comissão Nacional da FAO, de Director do Departamento Rural do Ministério do Trabalho, Membro da Delegação Governamental à Organização Internacional do Trabalho – OIT, e foi investigador do Ministério da Agricultura. -----

----- Era, ainda, autor de vários livros, de ensaios e de artigos publicados em revistas portuguesas e estrangeiras e Membro da Associação Portuguesa de Escritores. -----

----- Homem de valores e princípios, que teimosamente defendeu ao longo de toda a vida, deixa-nos com saudade o exemplo da coerência, tolerância, serenidade e discrição na luta política. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida no dia 22 de Outubro de 2002, lamenta o seu falecimento, apresenta as mais sentidas condolências à Família enlutada e recomenda à Câmara Municipal que o seu nome seja dado a uma artéria da cidade.” -

----- (Subscrito pelo Deputado Municipal Feliciano David, do PCP). -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, disse que o voto de pesar acabado de ler pelo Sr. Presidente referia, em síntese, a personalidade que foi o companheiro Blasco Hugo Fernandes. Não acrescentava mais nada, apenas dizia que foi uma grande perda para a democracia e também uma perda para a Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- A sua coerência e a sua coragem deveriam servir de exemplo a todos aqueles que queriam lutar pelos ideais democráticos, porque nisso o Engº Blasco Hugo Fernandes foi um exemplo. -----

----- Fica a nossa saudade perante o seu desaparecimento, disse a terminar. -----

----- **A Deputada Municipal Luísa Sabino (PS)**, no uso da palavra, disse que em seu nome pessoal e em nome da bancada do Partido Socialista, pretendia deixar, comovidamente, duas palavras sobre o desaparecimento do colega Blasco Hugo Fernandes. Teve o privilégio de durante muitos anos ser sua colega na Assembleia Municipal de Lisboa, onde tivera oportunidade de constatar o homem isento, democrata e de grande dignidade que foi Blasco Hugo Fernandes, para quem os amigos não tinham côr política. -----

----- Disse, ainda, que Blasco Hugo Fernandes foi um homem que ao longo da sua vida muito fez pela liberdade em Portugal. Teve também oportunidade de o conhecer desde os tempos da “Seara Nova”, e realmente foi com profunda tristeza que hoje, ao entrar na Assembleia, teve conhecimento da morte desse grande companheiro. -----

----- Por isso, em seu nome e em nome da sua bancada, apresentava à família os mais sentidos pêsames, dizendo-lhe que com a morte do seu ente-querido não foi só ela que ficara mais pobre: Lisboa e Portugal também ficaram mais pobres, quando desaparecia um filho com essas qualidades todos ficavam mais pobres. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, disse que estes momentos eram sempre sentidos por todos, independentemente das cores políticas, e era nesse sentido que o PSD expressava, e subscrevera, esta excepção do voto de pesar numa reunião da Assembleia como a de hoje. Portanto, nesses termos, subscreviam na íntegra as palavras ali ditas. -----

----- **O Deputado Municipal José Teixeira Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que “Os Verdes” se associavam ao voto de pesar pelo falecimento do cidadão Blasco Hugo Fernandes, que foi um homem que dedicou grande parte da sua vida à luta por um mundo mais justo e pelas questões da paz. Ficava Lisboa a perder como ficava também Portugal. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que em nome do Bloco de Esquerda se queria associar ao voto de pesar apresentado pelo falecimento do colega Blasco Hugo Fernandes, e em seu nome pessoal pretendia manifestar a sua homenagem a uma pessoa que lutara, que atravessando o fim do século passado com as convulsões todas que o mundo teve, quer do ponto de vista político, quer ideológico, quer filosófico, sobretudo nas concepções, porque tendo-se pessoalmente encontrado nalguns fóruns internacionais com o Deputado Municipal Blasco Hugo Fernandes, desejava trazer à Assembleia o testemunho de que, para além do mais, era um homem de pensamento aberto, aberto inclusivamente às alterações de pensamento que hoje era necessário fazer. -----

----- Por isso, não só ao combatente mas também ao homem de cabeça aberta, apesar da idade, queria prestar a sua homenagem. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que o CDS-PP naturalmente se associava ao voto de pesar pelo falecimento do colega Blasco

Hugo Fernandes. O seu papel para a defesa da democracia participando em instituições como a Assembleia Municipal de Lisboa teria que ser realçada, como a perda de um homem, que obviamente estava nos antípodas do pensamento político do CDS-PP mas que estava com o CDS-PP na coerência do pensamento, tinha que ser também realçada. -----

----- Por isso, associavam-se, naturalmente, à família e aos amigos neste voto de pesar.

----- **O Senhor Vereador Pedro Pinto**, no uso da palavra, disse que não queria a Câmara, neste momento, deixar de, também ela, comungar de todo o espírito que passava na Assembleia Municipal. Pessoalmente não tivera o prazer de conviver com o Deputado Municipal Blasco Hugo Fernandes, mas as mensagens que lhe chegavam eram de que se tratava de um homem que, dentro das suas convicções, que provavelmente seriam diferentes das de muitos daqueles que estavam presentes na Sala, defendera sempre dentro de princípios e de uma convivência que o honraram a ele, mas provavelmente honrara todos. Foi um homem de quem se dizia, fundamentalmente, que a política era um acto ético. -----

----- **O Senhor Presidente**, findas as intervenções, disse que, em nome da Mesa, pretendia expressar também o profundo pesar que sentiam pelo falecimento de Blasco Hugo Fernandes. -----

----- Disse, ainda, que pessoalmente conhecera Blasco Hugo Fernandes logo a seguir ao 25 de Abril. Antes, Blasco Hugo Fernandes vivia no Sul enquanto que ele vivia no Norte, mas logo a seguir ao 25 de Abril compartilhara com ele a experiência histórica de trabalhar no Ministério do Trabalho em 1974 e 1975, e ao longo do tempo o que sempre o seduzira no Blasco Hugo Fernandes foi alguma coisa que era profundamente contraditória: Blasco Hugo Fernandes era um homem profundamente sério em tudo o que fazia, mas era, como se dizia também no voto de pesar, um homem muito discreto que só falava quando tinha alguma coisa a dizer, quando era necessário, mas ao mesmo tempo era um homem de um grande sentido de humor. Muito perspicaz, muito observador e com grande sentido de humor. -----

----- Morreu subitamente! Não se esperava que morresse, não havia um processo de doença, não havia nenhum sinal que apontasse para que o Blasco os deixasse. E o Blasco deixara-os numa altura, era bom que se dissesse e ficasse recordado, que não sendo já nada que se parecesse com um jovem ainda tinha muito tempo para fazer muita coisa, e muitos esperavam que fizesse muita coisa, nomeadamente numa área pela qual tinha particular atracção, que era a referente aos problemas da paz. -----

----- Era uma pena para a democracia, era uma pena para o País que o Blasco os tivesse deixado dessa forma tão súbita e tão penosa para todos e para a família. -----

----- Terminou a intervenção dizendo que queria transmitir à D. Dulce Rebelo, sua companheira de sempre, um grande abraço de amizade pessoal e também, seguramente, de todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Seguidamente submeteu à votação do voto de pesar, tendo a Assembleia deliberado aprová-lo, por unanimidade. -----

----- Após a votação, a Assembleia Municipal, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória de Deputado Municipal Blasco Hugo Fernandes, recentemente falecido.--

----- **O Senhor Presidente**, antes de dar início à Ordem do Dia, disse que tinha algumas comunicações que, nos termos da lei, era obrigado a fazer na Sessão imediata ao seu recebimento. -----

----- Uma, da Sra. Vereadora Eduarda Napoleão, com o seguinte teor: -----

----- “Ex.mo Senhor Dr. João Amaral, Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa.
----- Solicito a V. Ex.a que dê conhecimento à Ex.ma Assembleia Municipal, para cumprimento do disposto no artigo 6.º da Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto, na redacção dada pela Lei n.º 25/95, de 18 de Agosto, e pela Lei n.º 12/98, de 24 de Fevereiro, que, por despacho do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de 2002.06.14, ratificado por deliberação da Câmara Municipal de 2002.06.19, fui nomeada Presidente do Conselho Geral da AMBELIS – Agência para a Modernização Económica de Lisboa, S.A., em representação do Município de Lisboa, a quem, de acordo com o n.º 2 do artigo 13.º do Pacto Social (publicado no Diário da República – III série, n.º 286, de 13.12.1995) compete a presidência do conselho geral. -----

----- Mais informo que a referida função não é remunerada. -----

----- Com os melhores cumprimentos, a Vereadora, Eduarda Napoleão.” -----

----- Outra, do Sr. Vereador Pedro Pinto, com o seguinte teor: -----

----- “Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Dr. João Amaral.

----- Assunto: Nomeações. -----

----- Tendo tomado conhecimento nesta data, e através do Gabinete de Apoio aos Órgãos do Município, de que, para além da publicação em Boletim Municipal, se tornava necessário comunicar formalmente a Vossa Excelência a titularidade dos lugares para os quais fui eleito em Sessão de Câmara, informo, para efeitos do n.º 1 do art.º 6.º da Lei 64/93, de 26 de Agosto, que tomei posse como: -----

----- 1 – Membro do Conselho de Administração do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL) em 25 de Março de 2002; -----

----- 2 – Membro da Direcção da Agência Baixa-Chiado (ABC) em 24 de Abril de 2002; -----

----- 3 – Presidente da Associação de Turismo de Lisboa (ATL), em 19 de Setembro de 2002. -----

----- Sem outro assunto de momento, subscrevo-me, apresentando os meus respeitosos cumprimentos. -----

----- O Vereador, Pedro Pinto.” -----

----- E ainda outra, também do Sr. Vereador Pedro Pinto, com o seguinte teor: -----

----- “Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Dr. João Amaral.
----- Comunico a Vossa Excelência que, para efeitos do n.º 1 do art.º 6.º da Lei 64/93, de 26 de Agosto, e na sequência da minha tomada de posse de Presidente da Associação de Turismo de Lisboa (ATL), em 19 de Setembro de 2002 fui, também, empossado Presidente da empresa Lismarketing, Holding SGPS, SA no dia 3 de Outubro de 2002. -----

----- Sem outro assunto de momento, subscrevo-me, apresentando os meus respeitosos cumprimentos. -----

----- O Vereador, Pedro Pinto.” -----

----- Depois de lidas as comunicações, **o Senhor Presidente** declarou aberto o período da Ordem do Dia. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO ÚNICO – DEBATE SOBRE O ESTADO DA CIDADE** -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, começou por dizer que se associava às palavras e ao pesar ali expresso pela Assembleia Municipal e por todos os mais com um minuto de silêncio pelo desaparecimento de Basco Hugo Fernandes, que, diria, era um colega de trabalho de todos e um companheiro de percurso de muitos que ali estavam. E perante esse percurso se curvava respeitosamente, independentemente das diferenças de orientação que pudesse haver entre todos. -----

----- Passando à matéria da Ordem do Dia, disse que tomaram posse, todos, há 9 meses e 16 dias, e este debate sobre o estado da cidade, que coincidia com o início do debate na Assembleia da República do Orçamento de Estado e do Plano para 2003, pretendia naturalmente avaliar sobre o que se passara no Concelho de Lisboa durante esses 9 meses, o que foi feito, o que se estava a fazer e o que se iria fazer. -----

----- Disse, depois, que já tinha lido na imprensa algumas intervenções sobre o debate que ali ia ter lugar – por parte da generalidade dos partidos, com excepção do CDS-PP e do PPM – já com o sentido daquilo que ali iria ser exteriorizado, e como pensava que a Assembleia Municipal queria estar ciente e naturalmente informada, tinha esse direito e a Câmara também fazia questão que assim fosse, tendo lido também nalgumas dessas intervenções que para alguns grupos políticos havia até algum excesso de intervenção da sua parte, o que compreendia, pedia licença ao Sr. Presidente para partilhar o seu tempo de intervenção com cada um dos seus colegas do Executivo para que pudessem falar sobre o que estava na responsabilidade directa da esfera de actuação de cada um, para que pudessem dar uma ideia à Assembleia, e através dela ao povo de Lisboa, daquilo que se estava a fazer e para que depois se pudesse fazer o debate que entendessem por conveniente. Depois, ele próprio, no final desse tempo, voltaria a intervir, se o Sr. Presidente tivesse a gentileza de lhe dar a palavra. -----

----- Por isso, embora pessoalmente estivesse em condições de o fazer, solicitava que a palavra fosse dada a cada um dos seus colegas do Executivo para que falassem dos nove meses de actividade em cada uma das áreas que lhes estavam atribuídas. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que em relação a essa matéria tinha um problema regimental, já que o que estava previsto no Regimento era que a intervenção inicial fosse do Presidente da Câmara. Era uma questão nova que lamentava que não tivesse sido colocada em Conferência de Líderes, pelo que agora teria que questionar a Assembleia sobre se não via inconveniente nisso. -----

----- Aliás, a filosofia que presidia ao debate sobre o estado da cidade era decalcada da filosofia do debate sobre o estado da Nação onde era o Primeiro-Ministro que fazia a intervenção e que respondia em conjunto. -----

----- Portanto, não se tratava de uma questão pessoal, não tinha nenhum problema nisso, mas, na verdade, o solicitado alterava um pouco a filosofia daquilo que estava consagrado no Regimento. -----

----- Seguidamente questionou o Plenário se via algum inconveniente naquilo que havia sido proposto pelo Sr. Presidente da Câmara e, como ninguém manifestara opinião contrária, tomando o silêncio por concordância deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Gostaria de começar a minha intervenção falando do planeamento na cidade. Várias questões se devem levantar neste dia devotado ao estado da cidade, entendemos que devia ser nossa obrigação também prestar contas do que tem sido a nossa actividade em prol da qualidade desta cidade. -----

----- O planeamento surge, desde logo, como um instrumento fundamental para o desenvolvimento das acções, das medidas, dos programas para permanentemente ir ao encontro das expectativas, dos anseios da população e da melhoria da qualidade de vida. -----

----- É de salientar que efectivamente, na última década, Lisboa sofreu significativas mudanças, no que concerne ao colmatar dos níveis de infra-estruturação de saneamento, rede viária, estrutura verde e recolha selectiva do sistema de resíduos sólidos urbanos, dotação de alguns equipamentos colectivos nomeadamente de lazer e fundamentalmente com as importantes operações de requalificação da zona ribeirinha, salientando-se que algumas destas acções se deveram a factores exógenos à Câmara Municipal de Lisboa – Fundos Comunitários, Administração do Porto de Lisboa e realização da Exposição Mundial 1998. -----

----- No entanto, em 2001 constatámos que graves assimetrias estruturais prevalecem, já apontados no início de 1990, no que concerne à requalificação da cidade, tais como:

----- - A dicotomia centro-periferia, a necessitar de uma maior contenção e qualificação das expansões com a revitalização do centro através da reocupação dos fogos devolutos; -----

----- - Défices de habitação capaz de “estancar” a perda e o envelhecimento da população residente com o crescente surgimento duma cidade dual, residentes em condomínios e *guettos* de realojamento; -----

----- - Ausência de uma política fundiária com características de sustentabilidade; -----

----- Défices de equipamentos colectivos (escolar, desportivo, saúde e apoio à 3a idade), -----

----- - A ausência de uma eficaz política de “mobilidade integrada” que tire o máximo partido da integração dos vários modos de transporte e em particular potencie os modos de transporte ecológicos. -----

----- Fomos confrontados com a urgência da retoma dum planeamento com visão estratégica, que introduza novos conceitos de “pensar a cidade”, operacionalizando Planos de Acção Local para as freguesias, no âmbito da Agenda Local 21 de Lisboa, tendo em vista um modelo de desenvolvimento sustentável que tenha em conta os recursos ambientais, encarando o solo como um bem escasso, a partir de uma abordagem sistémica dos problemas e políticas. -----

----- Para a revisão do PDM, encetada através da deliberação de 26 de Abril, Proposta n.º 153/2001, nos termos do Art.º 74º, n.º 2 e Art.º 94, n.º 1 do Dec.-Lei n.º 380/99, verificou-se a necessidade de efectuar uma verdadeira monitorização, solicitada aos serviços, e em simultâneo a montagem de Indicadores de Monitorização, a partir da gestão urbanística inserida na nova estrutura. -----

----- Acresce ainda, no Regulamento do PDM aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/94 e contemplado em Diário da República, as seguintes considerações: -----

----- - A avaliação sócio-urbanística não está suficiente fundamentada, e as questões no âmbito nacional ou metropolitana, não têm uma visão adequada pois têm que ser resolvidas avaliando a pertinência e discutindo as soluções para resolução dos problemas numa perspectiva do papel a atribuir à cidade de Lisboa face às entidades externas; -----

----- - Assiste-se a um modelo de ordenamento urbano meramente operativo sendo incompreensível a respectiva operacionalização de medidas, não se percebendo se estamos face a uma revisão e a um novo plano, no que concerne aos objectivos estruturantes. -----

----- Em conclusão, no caso de Lisboa, e nesta oportunidade de efectuar um Plano Director de 2.ª geração, a satisfação dos objectivos pretendidos com a revisão do plano e a sua eficácia, depende mais da consistência da organização, enquadramento e articulação dos elementos urbanos – redes de acessibilidades, infra-estruturas, equipamentos colectivos, actividades, estrutura ecológica, edificada e de espaços públicos, valores culturais e naturais – correspondentes à proximidade territorial dum Plano de Urbanização, onde seja valorizada a identidade e singularidade da cidade de Lisboa enquanto identidade urbana num contexto de globalização. Ao invés não se pretende um modelo de organização e de parâmetros por zonas, antes constituindo um Plano Director de 2ª geração, de carácter predominantemente mais orientador do que regulador. -----

----- Urge rever o modelo expansionista da cidade, porquanto insustentável, nomeadamente tendo em conta o grande objectivo central – “prioridade para a reabilitação e reocupação da cidade” –, consolidando os respectivos bairros com as comunidades. -----

----- No que concerne à Comissão Mista de Coordenação, Art.º 75.º n.º 2, do Dec.-Lei n.º 380/99, verifica-se que não estava constituída, tendo-se solicitado, neste momento, a sua formação ao Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza. -----

----- Salienta-se a constituição imediata do Conselho Participativo da Cidade onde os vários Instrumentos Urbanísticos para a cidade, Projectos Prioritários ou a recomendação de ensaio dum Orçamento Participativo irão ser objecto do progressivo envolvimento dos cidadãos. -----

----- É neste quadro que estamos a desenvolver, e temos vindo a desenvolver, um conjunto de acções muito significativo, das quais temos em curso o Plano de Urbanização de Chelas, o Plano de Pormenor do Alto da Ajuda, o Plano de Pormenor

da envolvente do Mercado de Benfica e o Plano de Pormenor do eixo urbano Luz – Benfica. -----

----- Temos ainda a decorrer, no Departamento de Planeamento Urbano, o Plano de Urbanização da Zona Ribeirinha Oriental, o Plano de Pormenor da Artilharia Um, o Plano de Pormenor do Alvito e o Plano de Urbanização de Alcântara-Rio. -----

----- O Conselho Participativo de Lisboa, para a Agenda Local 21, está numa proposta que vai ser levada à próxima reunião de Câmara, em que se refere no preâmbulo que no sentido da transformação de Lisboa numa cidade de cidadãos, e assumindo a tarefa essencial de identificação das pessoas com o lugar em que vivem e usam, pretende-se criar o Conselho Participativo de Lisboa de modo a que se constitua como um meio para a formulação e avaliação das estratégias e políticas urbanas e correspondentes instrumentos que as operacionalizam, inseridos num modelo de desenvolvimento da cidade. -----

----- Este procedimento irá dar coerência ao planeamento municipal numa perspectiva de plano negociado, mediante o envolvimento das diversas entidades da Administração Central, agentes sociais e económicos e organizações da população que actuam, directa ou indirectamente, no território. -----

----- Ainda relativamente ao planeamento, nós, para além de podermos elencar aqui algumas das principais medidas que estão a ser feitas – já foram referidas aqui algumas – temos também que ter a noção de onde partimos. Partimos de uma situação em que não tínhamos Plano e Orçamento para este ano, só veio a consagrar-se no dia 30 de Abril. Tivemos uma situação em que já veio aqui à Assembleia Municipal a aprovação de alterações ao PDM, alterações ao PDM para legalizar situações de facto anteriormente elaboradas mas não aprovadas, como a zona da Ameixoeira ou da Av. Alfredo Bensaúde. -----

----- Tivemos questões que herdamos também como a de Braço de Prata ou das Açucenas, que mereceram as maiores dificuldades e reservas no seu enquadramento enquanto existem instrumentos de planeamento. -----

----- Portanto, temos em curso uma grande operação de revisão do PDM, que estava prevista, mas também o enquadramento de situações de complexa situação. -----

----- Temos também, no âmbito do planeamento da cidade, voos a várias alturas. Temos que ter um voo a uma grande altura, que é, no fundo, o retomar do planeamento estratégico como foi dito. É qualquer coisa que está expressamente contemplada na proposta de reestruturação orgânica da Câmara, retomar o conceito de planeamento estratégico. Eu diria que é o voo a maior altitude que é fundamental para estarmos à altura dos desafios que se colocam, no médio e a longo prazo, à Cidade de Lisboa. Seja o comboio rápido, seja a terceira travessia do Tejo, seja a questão do aeroporto, sejam os desafios colocados por directivas comunitárias na área do ambiente, seja pelo que for, temos de ter, permanentemente, com os diversos agentes envolvidos na cidade esse pensamento de maior altitude. -----

----- Temos, simultaneamente, de ter um voo de menor altitude: temos de estar sempre preocupados com o dia-a-dia da cidade, com os problemas das populações, das actividades económicas, do ambiente e do lazer. -----

----- É nesse sentido que queremos inverter também a lógica que subsistiu no passado e que foi expressa, por exemplo, no ano de 2001, por se terem construído cerca de 60 milhões de contos em habitação nova quando a reabilitação urbana não chegou a 3 milhões de contos. Nós queremos inverter, ou pelo menos equilibrar, este panorama. Queremos investir muito mais na reabilitação urbana e queremos investir muito menos na nova construção. -----

----- Portanto, se é certo que a crítica que nos fazem é de não estar a fazer muita obra, aceitámo-la se muita obra significa autorizar torres da Expo ou torres do Colombo, ou ainda outras construções novas que não vão ao encontro da reabilitação urbana que nós desejamos para a cidade. -----

----- Temos, também, em termos de conceito de planeamento, operações de fundo que estão a ser animadas por várias entidades, não só da Câmara mas também do Governo, no sentido de dar continuidade a projectos e ideias antigas que por uma razão ou por outra não conseguiram andar por diante. Estou a falar, concretamente, da realocização de equipamentos importantes de instituições públicas ou governamentais, como, por exemplo, os hospitais ou os edifícios dos tribunais, estando também em curso essas operações para, essas sim, poderem ter um cunho muito importante. -----

----- Posso dizer, só para dar uma noção, que todos os dias bate à porta a Administração do Instituto de Medicina Legal, não conseguem mais estar naquele sítio da cidade, procuram ansiosamente um novo local, assim como vários hospitais vêm ter connosco a dizer que não têm condições de acessibilidade, não têm condições de funcionamento. Portanto temos que, uma vez por todas, encetar um processo que seguramente não será um processo rápido, mas que vale a pena começá-lo desde já. ---

----- Simultaneamente temos a questão do património, muito entrosada pela questão do planeamento, e a verdade é que fomos encontrar uma situação que apesar de se ter iniciado estamos longe, muito longe ainda, de termos o cadastro do património suficientemente conhecido e útil para o apoio ao planeamento, que é como ele deve ser entendido. -----

----- Portanto, na parte do planeamento, temos uma actividade larga e um desafio grande que está à nossa frente. -----

----- Obviamente, a questão do planeamento entrosa também com outros problemas que têm a ver, por exemplo, com a mobilidade. E desde logo eu diria que na mobilidade temos menos a três escalas: uma macro-escala, uma meso-escala e uma micro-escala. -----

----- Os grandes problemas da mobilidade na Região de Lisboa, problemas de macro-escala, prendem-se, basicamente, com dois assuntos: um tem a ver com a Autoridade Metropolitana de Transportes, cujo nome não foi inventado por nós com certeza mas é algo que uma vez por todas tem que ser agarrado e levado por diante. Todos sabemos que, nos últimos anos, Lisboa tem vindo a baixar o número de utilizadores dos transportes colectivos. Apesar destes se esforçarem por oferecer melhores condições de serviços, não conseguem atrair mais passageiros. Isto é uma realidade insofismável e, portanto, temos que tentar inverter esta tendência. -----

----- A Autoridade Metropolitana de Transportes, em concertação com o Governo, com as Câmaras da periferia, com os operadores privados de transportes, com o Metro, com a Carris, etc., vai com certeza melhorar o panorama e inverter a situação actual. -----

----- Essa é uma medida estruturante de fundo que tem a ver com o planeamento da cidade, mas também tem muito a ver os problemas da mobilidade e das acessibilidades a Lisboa que são gravíssimos. Como sabem, a população de Lisboa decresceu de uma forma muito significativa nos últimos 20 anos, e isso, por si, constitui também um agravamento das condições de acessibilidade e mobilidade à cidade. -----

----- Portanto, nestas medidas de macro-escala, eu diria que, para além da Autoridade Metropolitana de Transportes, é inverter a tendência e requalificar o edificado habitacional da cidade para permitir às pessoas cada vez mais voltarem a viver na cidade, contribuindo, dessa maneira, para minorar os problemas da mobilidade. -----

----- Em medidas de meso-escala temos, e o Governo também, um grande impulso para a conclusão da CRIL e do Eixo Norte/Sul. São duas medidas que têm a ver com o Governo, não só com a Câmara, mas nós, em particular com a Câmara da Amadora no caso da CRIL, e com o Instituto das Estradas de Portugal no caso do Eixo Norte/Sul, estamos a avançar e vão ser abertos concursos, pelo menos do Eixo Norte/Sul, ainda este ano. -----

----- Em termos de micro-escala, obviamente há um sem número de medidas. Eu não vou listá-las todas, mas devo chamar a atenção que muitas delas foram objecto de divulgação na Semana da Mobilidade. Nós aderimos sem qualquer dúvida à Semana da Mobilidade, a Semana da Mobilidade surgiu como uma resposta a alguma insipiência do que tinham sido nos anos anteriores o “Dia Sem Carros”. Na Semana da Mobilidade tivemos oportunidade de mostrar sinais claros de acções concretas que são extremamente necessárias para a cidade. -----

----- Vou dar só o exemplo do abandono do terminal rodoviário do Arco do Cego e a criação de um verdadeiro nó intermodal em Sete Rios. Sete Rios, que mereceu o apoio dos vários operadores de transportes, tem o Eixo Norte/Sul ao lado, tem o metropolitano, tem a estação do caminho-de-ferro, vai ter uma estação do futuro metro de superfície e vai ter um parque de estacionamento grande. Tem também um espaço nas antigas oficinas do Metro, portanto temos um trabalho em andamento para consagrar o terminal de Sete Rios como um verdadeiro nó intermodal. -----

----- Outras foram feitas: desde os silos de estacionamento que foram anunciados, e vamos já começar a curto prazo com esse problema. De quase todas as Juntas, eu diria que de todas as Juntas de Freguesia com quem tive ocasião de ter contacto até agora, se o estacionamento não aparece em primeiro lugar aparece logo em segundo nas preocupações das Juntas. Portanto, o estacionamento é uma prioridade para nós. Nós vamos dotar em Orçamento do ano 2003 mais 6 milhões de contos para construção de estacionamentos para as Juntas de Freguesia mais necessitadas. -----

----- Devo dizer que nesse aspecto também temos de aproveitar os espaços de estacionamento já existentes, alguns dos quais com pouca ou nenhuma flexibilidade

tarifária, para permitir aos residentes das zonas poder utilizar esses parques, que muitas vezes estão vazios à noite e ao fim de semana. -----

----- O túnel das Amoreiras é um exemplo de obra que foi já muito debatida aqui, mas continuamos convictos da sua valia para a melhoria do trânsito da cidade e até da qualidade do ar. Só chamar a atenção, para relembrar e nunca será demais, que desde que saiu, em 1995, a Lei da Participação Procedimental, em empreitadas com mais de um milhão de contos nenhuma foi alvo da aplicação desta Lei. Nós, pela primeira vez aplicámo-la e assim como aplicamos também a última tecnologia disponível para a avaliação das consequências deste túnel. Estou-me a referir aos estudos em modelo físico e em modelo matemático da concentração de gases, com vista à definição de medidas de minimização de concentração de eventuais gases no túnel. -----

----- Para além disso – não as vou listar todas – saliento a Av. Santos e Castro que ainda esta semana vai estar em condições de arrancar o processo de construção. Devo dizer que foi preciso ir ao encontro de um desajustamento que havia no Regulamento da própria zona do Alto do Lumiar; o desnivelamento da Av. Marchal Gomes da Costa com a Av. Infante D. Henrique; o túnel do Rêgo, etc., etc. -----

----- Estamos em concertação permanente com a Carris e com o Metro para o traçado do metro rápido de superfície, que estamos crentes vai ser uma boa solução para a cidade. -----

----- Temos também feito medidas de condicionamento de acesso de veículos privados a zonas históricas como o Chiado, e brevemente no Bairro Alto e posteriormente Alfama e outros bairros também. -----

----- Estamos a ampliar o sistema Gertrude da cidade a outras zonas, a aumentar a área de influência. -----

----- Estamos a trabalhar no aumento de veículos não poluentes, tanto públicos como privados, no espaço da nossa cidade. -----

----- Estamos a rever completamente o projecto que existia do nó rodo-ferroviário de Alcântara, e até hoje não consegui descobrir uma voz a favor deste projecto. Era um projecto que, aparentemente, estava toda a gente contra, mas ia por diante. Nós parámo-lo porque estamos conscientes que há soluções melhores, mais baratas e menos penalizadoras para a cidade. -----

----- Estamos também empenhados em dar continuidade, onde for possível e na medida dos arruamentos urbanísticos da cidade, às ciclovias. -----

----- Abandonamos também, para já, o túnel rodoviário do Terreiro do Paço. Não há condições para avançar enquanto não houver segurança sobre as informações que vêm da construção do actual túnel do Metro. -----

----- Estamos a trabalhar no sentido de retirar os veículos transitários de algumas zonas da cidade, como o Largo do Mastro, o Largo do Intendente, etc., para o nó das Calvanas e posteriormente para Chelas. -----

----- Ainda relativamente ao ambiente queria dizer que ainda hoje foi notícia que Lisboa é uma cidade pioneira na Europa no projecto de medição da qualidade do ar, portanto vamos reivindicar também, em concertação com as Direcções Regionais do Ambiente e do Ordenamento do Território, um melhor controlo e uma melhor

motorização permanente da qualidade do ar. É um indicador fundamental para o apoio a uma gestão urbanística sustentável da cidade. -----

----- Estamos a rever a Carta do Ruído, que já está feita. -----

----- Estamos a fazer estudos inovadores, como foi o caso que eu dei, do túnel das Amoreiras. -----

----- Vamos fazer auditorias ambientais e energéticas à Câmara Municipal e a alguns edifícios da própria Câmara Municipal, que são insustentáveis do ponto de vista energético e ambiental. -----

----- Na área do Saneamento Básico, paramos a ETAR de Alcântara. É verdade que paramos a ETAR de Alcântara! A ETAR de Alcântara estava há dois anos para ser adjudicada, e ia ser adjudicada com uma solução de tratamento terciário, quando é muito para além daquilo que é necessário, e iria ser uma solução que não ia resolver o problema da poluição do Estuário do Tejo. O Estuário do Tejo está considerado, e foi agora reafirmado em Bruxelas, como zona não sensível, não precisa de tratamento terciário e mesmo o tratamento secundário tem que ser complementado com outras medidas que é preciso fazer na zona ribeirinha da cidade. Para terem uma ideia, a zona ribeirinha da cidade tem descarregadores que para a preia-mar, ou seja metade do tempo, é inundado com água salgada que obriga os sistemas a estar parados e, portanto, não dá eficácia de tratamento. Estamos a rever isso. -----

----- Já lançamos as bases para o plano geral de drenagem de Lisboa. Nunca foi feito nas vertentes quantitativa e qualitativa, escoamentos à superfície e escoamentos subterrâneos. -----

----- Estamos a completar redes fundamentais de colectores de águas residuais na zona baixa de Lisboa. Vamos dar cumprimento integral às directivas comunitárias e à Lei da Água em vigor, Decreto-Lei nº 46/94. -----

----- Enfim, há um conjunto de outras coisas que, se tiver tempo, terei ocasião de rever. -----

----- Queria ainda chamar a atenção para outras medidas que temos vindo a trabalhar neste âmbito geral do planeamento, como são a revisão de alguns regulamentos em vigor, designadamente o Regulamento do Património e da TRIU que esta pronto para ir para uma Sessão de Câmara; o Regulamento da utilização das redes de subsolo; o Regulamento do PDM; e o Regulamento da utilização do Espaço público. Estamos em fase adiantada em todos eles, o da TRIU e o do Património irá a curto prazo à Câmara. -----

----- Estamos também a trabalhar num grande esforço de modernização administrativa da Câmara; um concurso público para novo fornecedor de telecomunicações, em rede privativa, ou seja, as chamadas entre edifícios da Câmara passarão a ser gratuitas; a preparação de concurso público para construção de rede de banda larga entre edifícios da Câmara, o anel de fibra óptica; a candidatura ao POSI, em fase de entrega, onde a Câmara apresenta um projecto que ronda os 7 milhões de contos; desenho da arquitectura global da informação da Câmara (de acordo com a nova estrutura orgânica): *intranet*, *webização* de procedimentos, menos papel a consumir pela Câmara Municipal. -----

----- Isto vai no sentido de uma maior transparência de toda a actividade da Câmara, tanto no interior como para o exterior, em que todos nós podemos ganhar com isso. ----

----- Em curso temos: o Plano Director Informático, que é um plano estruturante de investimento plurianual; a centralização das compras, definição da arquitectura de informação; *e-mail* para todos, em que o Executivo poderá contactar com todos os funcionários de modo instantâneo; a cartografia única que está prevista na nova estrutura orgânica e em que os cadastros estão centralizados e acessíveis via *Web* por todos os serviços da Câmara; o *gateway* SMS, disponibilização de informação ao município, via SMS; e o projecto *site internet* aguarda decisão para colocação *on-line*. -

----- Por último, mas não menos importante, estamos com um *dossier* pronto para fazer a revisão das relações que a Câmara tem com entidades importantes que operam no nosso espaço. Estou a falar da ANA, APL, REFER, CP, EDP, PT e EPAL. Todas elas têm ligações antigas com Lisboa, porventura não nas melhores condições mas vamos actualizar. Algumas têm 20 protocolos diferentes passados no tempo, vamos actualizá-los, modernizá-los, rever as condições com que eles actuam na Cidade de Lisboa em nosso proveito e não em proveito deles.” -----

----- **A Senhora Vereadora Teresa Maury**, no uso da palavra, começou por dizer que gostaria de partilhar, hoje, com a Assembleia Municipal a visão objectiva da Câmara Municipal de Lisboa, numa tripla dimensão: -----

----- A situação existente, ou seja, o que encontraram ao assumir a responsabilidade da gestão financeira do Município; o trabalho realizado numa perspectiva dos grandes marcos de intervenção na gestão financeira municipal; e o novo modelo de gestão financeira do Município, enquanto linhas de actuação que se propunham tomar com vista a alterar processos, procedimentos e formas de gerir as Finanças municipais. ----

----- Quanto ao que encontraram, ou seja quanto à situação financeira reportada ao final do ano passado, disse que a nível da tesouraria as facturas que se encontravam registadas nas Finanças ultrapassavam os 59 milhões de euros e as disponibilidades ascendiam apenas a 19 milhões de euros. E estes eram aqueles valores que se encontravam registados, porque, oficialmente, existiam muitas mais facturas que nem sequer eram do conhecimento das Finanças porque não eram cumpridos os processos e os procedimentos existentes, aliás por escrito, de que todas as facturas deveriam entrar primeiro nas Finanças da Câmara e serem registadas para assim ser conhecida a dívida do Município e depois serem conferidas pelos respectivos serviços. -----

----- A título de exemplo, disse que em 31 de Dezembro as facturas por pagar ascendiam a 59 milhões de euros, mas rapidamente esse número subiu atingindo, no final de Março, 75 milhões de euros. Aliás, ainda hoje tinham facturas de 2001, e até de anos anteriores, que estavam a chegar e que se encontram a ser analisadas e conferidas. Portanto, ainda era difícil dizer exactamente qual o volume total da facturação em dívida pela Câmara, que não estava registada ou se encontrava dentro das gavetas. -----

----- Portanto, os principais problemas com que se vinham confrontando nesta área da gestão da tesouraria, por um lado eram os procedimentos de registos de facturas que não eram seguidos mas que agora estavam a obrigar a que fossem postos em prática,

e, por outro lado, havia muitos circuitos de conferência que estavam extremamente burocratizados e demorados. Por exemplo, os circuitos de grandes fornecedores da Câmara, como era o caso da EDP, da PT, etc., que eram distribuídos aos milhares pelos vários serviços demoravam meses a serem conferidos para chegar aos milhares às Finanças. Ora, era preciso alterar toda essa situação. Era uma alteração de circuitos, era preciso desburocratizar, essas medidas estavam a ser tomadas e já iam ser parte da alteração a nível do Orçamento de 2003. -----

----- A nível das receitas, disse que no que se referia às taxas municipais existiam casos em que a taxa de cobrança era muito baixa. Por exemplo, a taxa de conservação de esgotos, cerca de 31%; a taxa de publicidade, 43%; rendas e alugueres da Câmara, 46%; na ocupação da via pública em 2001 foram liquidados 4,9 milhões de euros e no final desse mesmo ano tinham por cobrar 13,4 milhões de euros, mas grande parte disso estava em problemas, nomeadamente com a EPAL e com a Gás de Lisboa, que até à data ainda não foram resolvidos, já tinham muitos anos passados e teriam que procurar resolvê-los agora. -----

----- Por outro lado, e isto era já resultado de parte da auditoria, a fiabilidade da cobrança era muito baixa. Tinham dificuldade em garantir a totalidade das receitas pois daquilo que não estava informatizado não existia qualquer controlo feito a nível da Câmara sobre a numeração das facturas recebidas nos postos de cobrança para introdução no sistema. Várias das taxas, embora estivessem informatizadas no sistema, eram feitas manualmente, como era o caso da TRIU e da taxa de publicidade. Da tarifa de saneamento, por exemplo, que era cobrada pela EPAL, a Câmara não dispunha de qualquer informação para controlar o que era pago, só conhecia o que a EPAL lhe entregava. -----

----- Tudo isso eram situações que teriam que alterar, e a principal alteração residia em tomar medidas quanto à informatização integrada das Finanças. As receitas não estavam integradas com as despesas, não havia um programa de informatização geral das Finanças, portanto programas para a despesa, tinham alguns programas independentes da receita, mas depois tudo isso não jogava e não tinham possibilidades de conhecer ainda hoje *on-line* a quem devia a Câmara, quem lhe devia e quanto devia. -----

----- Portanto, um grande projecto que já iniciaram e que esperavam implementar no próximo ano, era a informatização integrada das Finanças. -----

----- Quanto ao endividamento da Câmara, disse que em 31 de Dezembro ascendia a 411 milhões de euros que representavam 74% das receitas de 2001. Se considerassem o endividamento das empresas municipais, que era de 151 milhões de euros, chegariam a 562 milhões de euros. -----

----- Continuando, referiu que uma boa parte do endividamento nos últimos anos, e o endividamento em 2001 foi extremamente elevado embora fossem financiamentos bonificados, não tinha grande impacto a nível das amortizações porque estavam a beneficiar de períodos de carência, mas esses períodos de carência estavam a terminar e em 2004 a Câmara teria um pique no pagamento do serviço da dívida devendo este dever atingir 12% das receitas estimadas da Câmara. -----

----- Por outro lado, o perfil da dívida era um perfil de longo prazo, mas não encontravam, aí sim, qualquer preocupação de cobertura de risco de taxa de juro, ou seja, em 20 anos a maior parte da dívida estava toda em taxas correntes. -----

----- Em relação ao perfil de amortização da dívida das empresas municipais, disse que também havia vários problemas, nomeadamente a nível das amortizações da EPUL, que eram amortizações de uma só vez em determinados anos, e teriam que modificar esse perfil porque senão não era possível cumprir com o serviço da dívida quando lá chegassem. -----

----- Quanto às empresas municipais, a análise que faziam das relações da Câmara com elas nem sempre era muito clara. Frequentemente as empresas municipais perseguiram objectivos que competiriam à Câmara e vice-versa. E essa falta de transparência, mais acentuada nalguns casos do que noutros, conduzia a situações contabilísticas pouco compreensíveis. Por exemplo, a acumulação de prejuízos que levou à erosão dos capitais próprios de algumas empresas, o caso da EMEL, da EBHAL e da LIS, deveria ter sido provisionada nas Contas do ano passado num valor superior a 1.150.000 euros. E se considerassem a provisão mínima para apreciação das participações financeiras da Câmara, o seu valor ultrapassaria os 3,5 milhões de euros que não estavam contabilizados e que a Câmara teria que contabilizar nas Contas deste ano. -----

----- Por exemplo, em relação à EMEL, as obras de requalificação que a EMEL tinha para apresentar à Câmara ascendiam a cerca de 3,8 milhões de euros. Estavam a analisar a questão mas realmente eram obras que, de facto, de acordo com os objectivos a perseguir pela empresa, não competiriam à EMEL. Portanto, havia uma certa confusão entre aquilo que deveria ser de algumas empresas municipais e aquilo que era da Câmara. -----

----- E a mesma situação encontraram a nível da UPUL. -----

----- Em relação à LIS, disse que os sistemas de controlo contabilístico eram altamente deficientes. A contabilidade era feita em Castelo Branco, os documentos originais mandados para lá, tinham imensa dificuldade em encontrar toda a documentação, não havia qualquer fiabilidade em termos de receitas cobradas pelos equipamentos desportivos e nas piscinas. -----

----- Estas eram situações de facto problemáticas com que se depararam e em que teriam que introduzir toda uma série de novos sistemas de controlo. -----

----- Quanto ao que estavam a procurar fazer para ultrapassar esses problemas, disse que um dos principais objectivos que se propunham era precisamente procurar pagar, cumprir com os compromissos financeiros do Município dentro dos prazos acordados, ou com o menor desvio possível. -----

----- Mas, curiosamente, para alcançar esse objectivo, mais do que resolver um problema de tesouraria a solução residia na tomada de uma série de medidas de desburocratização e de exigência de cumprimento de procedimentos internos no circuito de conferência das facturas. Estavam a ser tomadas medidas, e já tinham sido tomadas algumas, concretamente na exigência absoluta do cumprimento dos procedimentos, no controlo dos circuitos e prazos de conferência das facturas com

envio regular de ofícios aos serviços que ultrapassem os prazos normais de conferência e ia-se fazer a centralização da conferência dos grandes fornecedores por serviços da Câmara. Isso já iria ter orçamentação feita por esses serviços para os grandes fornecedores e depois seria feita a conferência nesse serviço único sem prejuízo de receberem todo o detalhe sobre as facturas. -----

----- Ainda sobre a informatização integrada das Finanças, disse esse era o grande projecto que tinham estado a desenvolver, porque sem isso tornava-se impossível fazer um controlo das receitas. Avançaram com uma visão diferente, até agora a visão da informatização da Câmara era uma informática departamental, assim era nas Finanças, e avançaram com uma informática baseada num processo global de informatização e comunicação da Câmara. Só assim seria possível evitar os custos que encontraram, custos elevadíssimos a nível dos desenvolvimentos e da informática que têm tido no Município. -----

----- Também fizeram, este ano, o lançamento de um financiamento no montante de 80 milhões de euros, que foi um financiamento único, o que era muito importante – e não foi por acaso – já que houve muitas vantagens na negociação e opções técnicas que permitiram obter custos muito mais baixos. Foi a primeira vez que se negociou directamente em derivativos para cobertura do financiamento no mercado internacional, com redução das margens bancárias. Esse financiamento, no final, ficara, de facto, ao nível da Euribor, portanto bastante baixo. -----

----- Desse financiamento, disse que 65 milhões de euros ainda foram para a habitação social e só 15 milhões para novos projectos de investimento. -----

----- Outro dos projectos que tinha em mãos era a negociação da cobertura de risco da taxa de juro para os financiamentos do Município, pois considerava que havia uma exigência de responsabilização, numa visão de longo prazo, para satisfação dos encargos com o serviço da dívida do Município. -----

----- Disse, ainda, que tinham de seguir, a nível das Finanças e de todo este Executivo, uma óptica de responsabilização e co-responsabilização na utilização dos dinheiros públicos, procurando que relativamente às transferências e aos dinheiros que eram passados para as empresas municipais, ou às transferências que faziam para outras instituições, que existissem protocolos ou formas de controlo adequadas *a posteriori* da aplicação dos fundos. -----

----- Estavam a proceder à auditoria, que devia estar terminada no final de Novembro, e que constituiria um momento para poderem aproveitar todas as sugestões para a alteração de processos e procedimentos. -----

----- Na nova organização seria criado um novo Departamento de Auditoria Interna, o qual seria bastante importante para que se pudesse, permanentemente, estar a pôr em prática os procedimentos. -----

----- Por fim, disse que as grandes linhas orientadoras das Finanças se baseavam no cumprimento da legalidade, no rigor orçamental, e que tinham como preocupação permanente a responsabilização pela gestão dos dinheiros públicos.” -----

----- **A Senhora Vereadora Eduarda Napoleão**, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “Quanto à actividade desenvolvida na área do licenciamento urbanístico tem vindo a aprofundar as grandes linhas de orientação do actual executivo camarário, desde o início de funções, nomeadamente a reorganização e simplificação dos procedimentos do licenciamento urbanístico, por forma a possibilitar a decisão adequada nos processos pendentes que, ao longo dos últimos anos, se haviam acumulado, bem como assegurar uma decisão célere e rigorosa nos processos recentemente iniciados. -----

----- Assim, na ordem interna, é a reorganização dos serviços e dos procedimentos que permitirá marcar um novo ritmo na renovação de Lisboa. -----

----- A ampla reestruturação orgânica e procedimental dos serviços, já apresentada, será, sem dúvida, o instrumento fundamental da mudança. -----

----- A modernização administrativa no âmbito da gestão do licenciamento urbanístico a implementar tem como principais objectivos assegurar a transparência do processo de licenciamento, reduzir a subjectividade na apreciação técnica, aumentar a eficácia e a produtividade e melhorar a imagem da Câmara junto dos munícipes e agentes económicos. -----

----- Assim, na área da urbanização seguirão tramitações diferentes os processos relativos a Loteamento, Emparcelamento/Reparcelamento, Trabalhos de Remodelação de Terrenos e Informação Prévia; no âmbito da edificação, teremos processos de Construção, Reconstrução, Alteração, Ampliação, Operações Isentas de Licenciamento ou Autorização e Informação Prévia; no domínio da execução ou pós execução de obra teremos processos de Licença de Utilização-Habituação; Licença de Utilização-Comércio e Serviços; Licença de Utilização-Indústria e Armazenagem; Alteração ao Uso; Vistoria ao Local; Vistoria de Utilização; Intimação e Contra-Ordenação. -----

----- Tais objectivos determinarão a alteração da tipologia de processos e uma melhor e mais simples articulação do seu percurso pelos serviços. -----

----- Esta alteração da tipologia dos processos e da sua tramitação, determinou o desenvolvimento de um novo sistema informático para a gestão de processos, capaz de, entre outras virtualidades, fornecer uma maior rapidez de consulta e de proceder ao encaminhamento directo do processo para o técnico responsável pela freguesia que posteriormente o enviará para despacho de acordo com os níveis de decisão pré-estabelecidos. -----

----- Não obstante, enquanto o novo sistema de gestão de processos não se encontra operacional, outras mudanças se verificaram, entretanto, nos serviços afectos ao pelouro do Licenciamento Urbanístico e da Reabilitação Urbana, dada a urgência das tarefas a desenvolver. -----

----- De acordo com um levantamento interno recente, no início de funções do actual Executivo camarário existiam cerca de 16.000 processos de obra (OB's) sem despacho final e cerca de 40.000 processos (PGU's, DIV's e OB's) para análise e arquivo na Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Urbanística (DMPGU), facto que impôs a formação de equipas de trabalho exclusivamente dedicadas à triagem dos processos para arquivo (nas zonas e obras livres) e determinou um

empenhamento no saneamento dos processos em apreciação até ao final do corrente ano. -----

----- Com o objectivo de resolver os processos acumulados e também de responsabilização de todos os intervenientes na apreciação dos procedimentos de licenciamento – nomeadamente os técnicos municipais – aqueles foram distribuídos pelos técnicos, os quais ficaram responsáveis por áreas territoriais correspondentes às várias freguesias. -----

----- Seguindo a mesma linha de orientação – e de acordo com as Juntas de Freguesia – serão criados nas Juntas postos de atendimento público relativo a processos de licenciamento, assegurados por pessoal técnico afecto aos serviços municipais competentes. -----

----- Ainda com este objectivo, implementou-se uma nova hierarquização ao nível dos despachos a fim de evitar uma repetição desnecessária e muito morosa na apreciação dos processos. -----

----- Foi, ainda, implementado o designado “saneamento liminar”, destinado a, por um lado, cumprir as exigências legais e racionalizar o próprio procedimento, mediante a triagem de todas as questões de ordem formal e/ou processual que pudessem obstar à rápida e correcta apreciação dos pedidos. -----

----- O novo sistema de licenciamento de obras entrará em vigor a 1-1-2003. -----

----- Noutros casos, foi necessário o reforço do acompanhamento técnico de certo tipo de processos, como no caso das Licenças de Utilização e constituição em Propriedade Horizontal a cargo do Departamento de Conservação de Edifícios e Obras Diversas (DCEOD). Os processos acumulados sem despacho, alguns iniciados 1992, atingiriam alguns milhares. Presentemente, estes processos estão em dia, já foi tudo despachado. -----

----- Mercê deste esforço global, prevê-se que até ao final do corrente ano, tenham decisão todos os processos de licenciamento acumulados nos serviços à data da entrada em funções do actual executivo camarário e que o tempo de decisão de um processo caia dos vários anos para apenas alguns meses, pois a celeridade da decisão camarária é, a maior parte das vezes, mais importante para o munícipe do que o sentido dessa decisão, dados os custos da espera. -----

----- Não obstante este esforço de decisão de processos, nunca deixou de estar patente na intervenção municipal o devido respeito da legalidade, o qual passou necessariamente pelo embargo de várias obras em curso, sem licença, e o encerramento de espaços, nomeadamente o da Praça de Touros/Campo Pequeno, da Quadra Central de Chelas e Holmes Place, Cinema Condes, entre outros. -----

----- REABILITAÇÃO -----

----- Ao nível da reabilitação urbana destaca-se, desde logo, uma das primeiras iniciativas deste Executivo que consistiu no emparedamento (intimação ou execução coerciva) dos imóveis degradados e devolutos que constituíam grave perigo para a saúde e segurança de pessoas e bens. -----

----- A par dos projectos de requalificação urbana dos bairros históricos ou das zonas nobres de Lisboa, há a sublinhar a importância da intervenção camarária

quanto à conservação de prédios particulares e municipais, desde logo, através de uma melhor utilização dos regimes jurídicos existentes – RECRIA, REHABITA e RECRIPH –, planificando zonas de intervenção prioritária, evidenciando ao Governo o interesse em aumentar o investimento do Estado na comparticipação das obras particulares, mas também aprofundando e galvanizando a intervenção de entidades privadas, no âmbito do Mecenato ou no desenvolvimento de contratos multilaterais. -----

----- Por protocolo celebrado com a Ordem dos Advogados, foi, assim, assegurada a colaboração de 144 advogados estagiários na instrução de processos de intimação de particulares para obras coercivas, conseguindo-se maior celeridade, com igual rigor no andamento dos processos. -----

----- Com o objectivo de dinamizar os processos para a recuperação do património edificado dos bairros históricos que integram as áreas críticas da DMRU, procedeu-se a fusões de gabinetes locais, não existentes na Lei Orgânica, simplificando-se procedimentos, alargando-se as suas competências: -----

----- - O gabinete da Bica foi integrado no Gabinete do Bairro Alto; -----

----- - O gabinete da Colina do Castelo foi integrado na Divisão do Gabinete de Alfama; -----

----- - A Zona Monumentalizada do Castelo integrou o Projecto Integrado do Castelo. -----

----- Saliente-se a intervenção do Plano Integrado do Chafariz de Dentro, iniciado timidamente em 1995 e planeado para ser executado num período de 3 anos (a conclusão era prevista para 1998) entrou em estado paralisia total, não se tendo conseguido até 2001 praticamente nada, estando as poucas intervenções conseguidas já a necessitar de uma nova intervenção e ameaçadas no seu isolamento aos ataques sucessivos dos *Graffitis* e outros perigos, formando assim um investimento perdido. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa iniciou uma nova e importante dinamização do Projecto Integrado do Chafariz de Dentro, estando previstas grandes áreas unificadas de intervenção ao longo de 2002 e 2003. -----

----- Este ano já foram adjudicados 6 prédios, 5 dos quais estão já a montar estaleiro, correspondentes ao quarteirão B e a cerca de um milhão e trezentos mil euros de obra. Relativamente ao quarteirão F1, já foi adjudicado um prédio e, na próxima semana, vai ser proposta a reunião de Câmara a repartição de encargos de um novo edifício. O quarteirão A será adjudicado até ao final do ano, conforme prometido. -----

----- A Câmara está a desenvolver outro projecto na área da Rua de S. Bento, mediante um gabinete já criado para o efeito, o qual abrange 30 edifícios municipais. -

----- As intervenções serão feitas no maior respeito pelas características arquitectónicas e patrimoniais das diferentes épocas, mas tendo em conta as necessidades contemporâneas ou os regulamentos aplicáveis. -----

----- Este projecto irá também incluir o realojamento das populações durante as obras e, no caso das casas devolutas várias estratégias serão desenvolvidas no sentido de trazer jovens e população activa dentro do lema “Renascer Lisboa”. -----

----- O custo da operação vai ser financiado na fase inicial por fundos autárquicos e numa fase posterior, talvez, pelo Fundo de Investimento Imobiliário. -----

----- A Câmara empenha-se com atenção e determinação nesta importante e emblemática operação. -----

----- Também a área do Bairro Alto está a ser alvo de um grande processo disciplinador do trânsito e estacionamento, largamente divulgado na comunicação social, sendo esta uma área estratégica de intervenção no centro histórico inseparável das questões patrimoniais e dos critérios de qualidade de vida quotidiana num bairro, numa estratégia global de Reabilitação Urbana. -----

----- O Palácio Pombal, os edifícios da Rua da Atalaia – 93/94, Travessa do Poço da Cidade – 35/37 e Rua da Rosa – 145/149, encontram-se em fase de adjudicação das respectivas empreitadas. -----

----- Outra importante iniciativa ao nível da reabilitação urbana foi a organização das Jornadas Europeias do Património, este ano também realizadas na zona do Bairro Alto nomeadamente à volta do Rua do Século (visitas ao Palácio do Marquês de Pombal, ao Convento dos Cardais), Calçada do Combro (Igreja dos Paulistas) e Largo de Santa Catarina (Sede da Ordem dos Farmacêuticos) e Museu Maçónico. -----

----- Ao nível da reabilitação da Baixa Pombalina há a referir a proposta de classificação a património mundial do Terreiro do Paço/Baixa-Chiado. Espera-se que em 2005 – aquando da comemoração dos 250 anos do terramoto de 1755 –, já exista obra feita. -----

----- Com este objectivo, foi criado um questionário-modelo destinado a ser preenchido nas vistorias a cada edifício, estruturado e organizado de forma a permitir, acautelar e garantir a análise e o relatório de todas estas situações previstas, de forma a poder através das informações obtidas, poder formular a estratégia, o modelo e as áreas de intervenção. -----

----- Para a realização deste levantamento irá ser assinado um protocolo, na mesma linha de orientação do que foi assinado com a Ordem dos Advogados. -----

----- Lembro também a importante iniciativa do Sr. Presidente de reaver o antigo fundo de investimento – FEARC – agora a ser aplicado numa área mais abrangente. ---

----- As intervenções conseguidas à volta do Martim Moniz, tanto do lado da Rua da Mouraria, como do Lado do Hospital de S. José, vão continuar a ser consolidadas na perspectiva da área do Planeamento e da Reabilitação Urbana. Assim a opção alternativa dos projectos dos edifícios EPUL é ilustrativa da vontade de “cerzir” esta área tão “esfarrapada” nas suas memórias históricas. -----

----- A vontade de que estes novos edifícios alternativos tenham uma integração contextual na envolvente patrimonial ainda restante na colina, demonstram uma determinação de parar e inverter o processo de descaracterização desta área já tão massacrada. -----

----- De referir, igualmente, o projecto de requalificação do Parque Mayer que, como se sabe, pelas diferentes vertentes que engloba, é, em si, a demonstração de que a reabilitação urbana não tem que ser uma empreitada pública lançada à revelia de particulares expropriados, nem constitui o simples restauro de um cenário de época. --

----- As frentes de actuação da nova dinâmica da Reabilitação Urbana na cidade de Lisboa são portanto variadas e as extensões das operações importantes, e vão contribuir para que a classificação futura da Baixa se dirija a uma cidade renascida e reencontrada, agora, não através da Reconstrução mas sim através da Reabilitação.” --

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa**, no uso da palavra, começou por dizer que no pouco tempo que tinha para intervir iria tentar fazer um balanço, não de forma avulsa porque essas medidas avulsas faziam-lhe perder muito do seu tempo, embora às vezes fosse obrigada a ter que as tomar. Por exemplo, neste momento estava confrontada com um prédio em Chelas que tinha parte da pintura a ruir, teve que nomear uma comissão de inquérito na segunda-feira, de manhã, e a primeira conclusão a que essa comissão chegara relativamente a obras adjudicadas nesse prédio, foi que o material aprovado era um material que não estava sequer homologado pelo LNEC e que, portanto, não deveria nunca ter sido aprovado pela Câmara. -----

----- Por outro lado, era confrontada também, às vezes, com tectos de escolas que abatiam, de obras feitas há dois anos, também situações que não se justificavam e que a levaram a nomear uma comissão de vistoria, que neste momento estava a vistoriar as 77 escolas da Cidade de Lisboa que estavam em péssima situação. -----

----- Seguidamente, sobre a actividade dos seus Pelouros, leu o documento que a seguir se transcreve: -----

----- “HABITAÇÃO SOCIAL. -----

----- De Janeiro até à data foram realojadas 871 famílias. -----

----- Realizaram-se grandes intervenções nas Galinheiras com o realojamento de 215 famílias na Ameixoeira. -----

----- Realojamos 56 famílias na Quinta das Laranjeiras. -----

----- Terminamos o realojamento de 58 famílias do Alto da Eira que foram realojadas na Quinta do Lavrado e Vale de Santo António. -----

----- Concluiu-se o processo de realojamento da Quinta do Louro, 47 agregados – Ameixoeira. -----

----- Iniciou-se e concluiu-se o realojamento de 33 famílias na Vila Teixeira, processo que se arrastava desde 1988 -----

----- Deu-se início ao processo de inclusão no PER da Vila Ferro e Vila Amendoeira no total de 211 agregados, Pátio Quintalinho cerca de 15 agregados, Bêco das Taipas cerca de 50 agregados e Vale do Forno cerca de 116 agregados -----

----- Deu-se início à identificação dos fogos de património disperso e seu estado de conservação. -----

----- Início de um processo de alienação de fogos municipais tendo sido confrontado com um problema estrutural para a Câmara Municipal de Lisboa nomeadamente a falta de registos do património camarário, requisito exigido por

lei para efeitos de alienação, as autarquias estavam isentas deste emolumento até Dezembro de 2001. Representará um encargo elevado e obrigará a um levantamento do processo de alienação. -----

----- Processos de realojamento em curso: -----

----- Bairro da Cruz Vermelha /Alto do Lumiar o Rio Seco /Ajuda. -----

----- Travessa do Pardal /Ajuda -----

----- Quinta das Calvanas -----

----- Quinta da Pailepa -----

----- E outros núcleos dispersos da Ameixoeira. -----

----- CASAL VENTOSO -----

----- Conforme decorria da lei deu-se inicio à extinção do gabinete de Reconversão do Casal Ventoso o que exigiu um grande esforço da parte dos serviços nomeadamente: -----

----- Identificação dos arrendatários e cobrança de rendas e sua regularização – definição de critérios. -----

----- Linha de atendimento permanente. -----

----- Verificação de todos os fogos e edifícios para efeitos de avaliação e garantia junto do empreiteiro. -----

----- Legalização e licenciamento da escola e da piscina. -----

----- Dinamização dos 2 gabinetes de bairro. -----

----- Lançamento de concurso e adjudicação da passagem pedonal. -----

----- ACÇÃO SOCIAL -----

----- Alargamento do Projecto RODA de 40% para 70% e seu reforço orçamental, dando prioridade às crianças carenciadas, aumento de cerca de 100.000 euros de 2000 para 2002. -----

----- Pela 1ª vez proporcionamos às crianças da nossa cidade a Semana de Criança, que se designou por Semana Eléctrica numa colaboração estreita entre o DAS e o DEJ, com uma participação de cerca de 30.000 crianças desenvolvendo actividades lúdicas e pedagógicas (*ateliers*, natação, festas, etc) -----

----- Continuamos com a Acção Praia Campo com um reforço orçamental de cerca de 100.000 euros. -----

----- IDOSOS -----

----- Mantivemos os Passeios de Verão integrados nos serviços de acção social da Câmara com a participação de cerca 8.000 idosos, reduzindo substancialmente os custos. -----

----- Acção Praia Sénior – n.º de participantes 1.500, com um reforço orçamental cerca de 100.000 euros em relação ao ano de 2000 – este aumento ronda os 90%.-----

----- Programa Lisboa Feliz - Decorreu nos meses de Março e Abri e abrangeu cerca de 11.000 idosos tendo registado de 2000 para 2001 um reforço de cerca de 80.000 euros e de 2001 para 2002 mais 70.000 euros porque entendemos que é importante combater a solidão dos idosos com este tipo de iniciativas, tais como: -----

----- Bailes -----

----- Espectáculos -----

----- Visitas a museus -----

----- Passeios -----

----- Dificuldades enormes em organizar estas iniciativas pela má experiência que algumas empresas tiveram com o executivo anterior por falta de pagamentos. -----

----- SEM ABRIGO -----

----- Criação de um plano integrado para a cidade nomeadamente com recolhas semanais tendo como objectivo que se tornem diárias até ao fim do ano. -----

----- Exercício do poder negocial relativamente às camas protocoladas com os centros de abrigo Xabregas, Graça, Arco do Carvalhão, Beato, Rua de Cascais. -----

----- Recolhemos pela 1ª vez mais de 240 pessoas da rua, sendo que cerca de 180 foram bem sucedidos. -----

----- No próximo ano irá constar uma verba de 30.000 euros para aquisição de uma carrinha para recolha dos sem-abrigo. -----

----- Criámos o Programa de Residência Assistida estando neste momento realojados 7 agregados, sendo acompanhados pelo núcleo de apoio aos sem-abrigo Habitação Assistida 2002: -----

----- 2 irmãos - Alto da Eira -----

----- Casal com um filho - Bairro da Boavista -----

----- Casal com filhos - R. Maria Pia -----

----- Casal com um filho - Bairro Padre Cruz -----

----- Homem de meia idade (ex-funcionário da CML) – Bairro da Boavista -----

----- Mulher com filha (ex-funcionário da CML) - Bairro do Condado -----

----- Homem com 15 anos de rua – Bairro da Boavista -----

----- Pessoas com deficiência -----

----- Mantivemos as noites bem diferentes – acompanhamento de jovens portadores de deficiência a locais de diversão. -----

----- Ao abrigo do mecenato imprimimos uma nova dinâmica para a angariação de cadeiras de roda para crianças e jovens com paralisia cerebral. -----

----- Programa Casa Aberta – Alargamento do protocolo que existia com a LPDM à APPA reforço de verba de 10.000 contos em 2001 para 50.000 contos em 2002. -----

----- Acessibilidades da Quinta Pedagógica. -----

----- Reuniões do CMIPD com vista à eliminação de barreias arquitectónicas com vista a uma maior integração das pessoas portadoras de deficiência na cidade. -----

----- Lançamos pela 1ª vez o Festival das Artes em conjunto com o CMIPD com o objectivo de promoção e dignificação da pessoa com deficiência. Tendo contado com a presença de jovens artistas portadores de deficiência, portugueses e estrangeiros. -----

----- MINORIAS ÉTNICAS -----

----- Criação de um sistema de candidaturas das várias associações a apoios da autarquia para que estas contem com o apoio planeado e integrado da Câmara. -----

----- Promoção de um encontro / debate com diversas associações representativas destas comunidades. -----

----- Neste momento encontram-se em estudo vários protocolos no sentido de promover acções de ensino de língua portuguesa junto das comunidades imigrantes. -----

----- EDUCAÇÃO -----

----- Rigoroso levantamento das escolas da cidade e seu projecto de recuperação a curto prazo. Confrontados com o sucedido na escola n.º 6 e a insegurança que este acontecimento trouxe à comunidade escolar, nomeámos uma comissão de vistoria a todas as escolas da autarquia. -----

----- Recuperação dos recreios ao abrigo do mecenato (Operação Mãos à Obra). -----

----- Implementação de Educação Física em todas as escolas 2 horas semanais com uma adesão de mais de 90%. -----

----- Brinca Agosto – projecto pioneiro para promoção de actividades de animação e ocupação de tempos livres, durante o mês de Agosto, para as crianças dos 6 aos 12 anos pertencentes aos bairros mais carenciados abrangendo as freguesias de Ajuda (esc. 7), Campolide (esc. 13), Chelas (esc. 9) e Bairro da Cruz Vermelha (esc. 91). Este projecto abrangeu cerca de 200 crianças por dia e custou cerca de 15.000 euros (3.000 contos). -----

----- TOXICODEPENDÊNCIA. -----

----- Criação de um plano integrado para a problemática da toxicodpendência pois a Câmara Municipal de Lisboa tem obrigação de se preocupar com a prevenção, combate e tratamento de toxicodpendentes. -----

----- Na área da prevenção afectamos os recursos técnicos que tínhamos para acções no terreno junto das comunidades educativas. -----

----- Comemoração do Dia Mundial da Luta Contra a Droga que abrangeu 500 crianças de 33 Juntas de Freguesia no Pavilhão Carlos Lopes. Do programa constavam concertos de música, jogos tradicionais e radicais, dança, *peddy, paper*, etc. Foram gastos cerca de 8.000 euros (1.600 contos) sendo que em 2001 os gastos foram de cerca de 1.000 euros (200 contos). -----

----- **A Senhora Vereadora Maria Manuel Pinto Barbosa**, no uso da palavra, disse que a sua área não só era uma área transversal a vários Pelouros – Acção Social, Juventude, Educação, Turismo – como também exigia da parte da Câmara Municipal de Lisboa um papel de articulação cada vez maior, quer com o Governo central, quer com todos os outros agentes privados e Fundações da cidade. -----

----- Mas, porque o tempo era pouco, procuraria ser breve focando apenas dois pontos. -----

----- Disse, então, que paralelamente àquilo que aconteceu na cidade, também no Pelouro da Cultura houve uma expansão grande, quer dos equipamentos culturais, quer da oferta cultural. Vários equipamentos novos foram criados, uns adquiridos, obras se desenvolveram, mas o que aconteceu foi que quando chegaram, apesar de todo fomento e investimento que houve nesses equipamentos, vários deles estavam dispersos por diversos Pelouros, muitas vezes não dotados de orçamentos e também não dotados de Direcções devidamente preparadas que pudessem potenciar o seu desenvolvimento. -----

----- Por isso, desde que chegaram, a intervenção foi, fundamentalmente, de duas ordens: por um lado, de um ponto de vista puramente instrumental, criar uma Direcção Municipal preenchida por uma personalidade com reconhecido mérito na área cultural que pudesse possibilitar uma visão integrada de todos esses equipamentos por forma a criar complementaridade em todos eles e, por outro lado, do ponto de vista estratégico escolher algumas áreas fundamentais de intervenção. ----

----- Portanto, procuraram que todas as áreas que estavam no Pelouro, fossem as bibliotecas, os museus ou os teatros, nada paralisasse a sua actividade, tudo continuasse, e escolheram dois ou três projectos que de alguma forma indiciassem alguns dos eixos centrais da política cultural de uma cidade. -----

----- Assim aconteceu com a Feira do Livro, enquanto área de conhecimento e de informação e enquanto área de debate e de convívio entre as pessoas, até porque a sua localização era absolutamente central na vida da Cidade de Lisboa e um dos seus maiores emblemas. Este ano deram-lhe uma outra dimensão que foi reconhecida por todas as pessoas. Portanto, quer do ponto de vista cultural, quer do ponto de vista comercial em termos do aspecto de vendas, quer ainda em termos do ponto de vista de públicos, parecia-lhe que foi um acontecimento em que o investimento da Câmara foi importante. -----

----- Foi um investimento este ano, seria um investimento para futuro, era um sinal daquilo que queriam fazer. Para o ano gostariam de insistir também num vector mais internacional. -----

----- Depois, de um ponto de vista que simultaneamente era instrumental e estratégico dentro das várias áreas de intervenção que tinham, teriam muito em breve a abertura do Teatro São Luiz, um equipamento situado numa zona histórica da cidade. A Câmara anterior procurara requalificar aquele espaço, foram umas obras longas, e depois de terem tido o êxito que já tiveram com “Amália” durante estes meses, iria ser reaberto no dia 30 de Novembro com alguns espaços novos: um novo teatro, o Jardim de Inverno que ainda não era conhecido, e um novo restaurante que iria estar aberto oito a dez horas por dia esperando-se que pudesse ser também um centro de encontro que de alguma forma contribuísse para a continuação da animação do Chiado. -----

----- Disse, ainda, que no Natal iriam trabalhar em conjunto com as Juntas de Freguesia em várias zonas, para que pudessem ter um plano de concertos, não só nas zonas mais centrais mas também em zonas mais descentradas da cidade. -----

----- Por fim, disse que havia ainda muitas mais coisas a referir, mas por falta de tempo referiria apenas o projecto da Biblioteca e do Arquivo Municipal Central, que continuava a ser para a Câmara um projecto absolutamente essencial, pelo que logo no início do próximo ano seria definida e anunciada a localização da Biblioteca. Aliás, nesta altura, foi nomeada uma nova Directora para as bibliotecas, que era uma pessoa com competência reconhecida nessa área, e neste momento um pequeno grupo reavaliava a dimensão da Biblioteca e do Arquivo para que, quando partissem para a construção, todas as diversas valências já tivessem sido devidamente estruturadas. O projecto que existia era lindíssimo, estava a ser considerado que algumas das valências estavam a ser sobrestimadas e outras subestimadas, mas o facto de ainda

não ter sido decidido nem anunciado quando ia ser iniciado não significava o abandono do projecto porque ele, de facto, continuava a ser um dos projectos essenciais da política da Câmara Municipal. -----

----- **O Senhor Presidente**, esgotado que estava o tempo para a intervenção inicial da Câmara, abriu o período destinado a perguntas ao Executivo. -----

----- **O Deputado Municipal Cal Gonçalves (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos, começou por dizer que se queria congratular com alguns aspectos da intervenção da Câmara que se prendiam com vastas melhorias na área da sua freguesia, nomeadamente a demolição de prédios que estavam há anos em risco de derrocada e outras intervenções rápidas que aconteceram, tais como, por exemplo, na sequência do incêndio em prédios da Rua Heliodoro Salgado, prédios esses que estavam inclusivamente na posse administrativa da Câmara há vários anos mas que não tinham sofrido qualquer intervenção. -----

----- Disse, depois, que por um erro estratégico de intervenção da anterior Vereação nas áreas da Curraleira e do Casal Ventoso, os sem-abrigo e toxicodependentes pululavam agora o Largo do Intendente, onde existia também um outro problema já largamente discutido ao longo dos anos, que era, aliás, uma promessa da anterior Câmara e que consistia em tirar do mesmo Largo o estacionamento das camionetas de mercadorias – parecera-lhe ouvir há pouco na intervenção do Sr. Vice-Presidente da Câmara o vislumbrar da intervenção nessa área da cidade – mas o que era facto é que fruto da vivência que hoje essa zona tinha, os assaltos aconteciam a qualquer hora do dia. Ele próprio foi assaltado, às 23 horas, na Av. Almirante Reis. -----

----- Portanto, sendo uma zona central da cidade onde efectivamente era necessário intervir rapidamente, a sua pergunta era o que tinha a Câmara pensado para aquela zona, nomeadamente quanto à deslocalização das camionetas de mercadorias e quanto à sua recuperação urbana, fazendo que aquele tecido fosse um espaço para os cidadãos da Cidade de Lisboa e que lhe fosse cometida uma utilidade nobre como já acontecera no passado daquele Largo que era do Intendente Pina Manique. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, disse que o estado da cidade era hoje fruto de todos aqueles que, ao longo dos anos, se vinham batendo por uma Lisboa melhor, incluindo o actual Executivo pela demonstração que ali fizera dos seus oito meses de actividade. Da sua parte, as maiores felicitações pelo trabalho prestado em benefício da Cidade de Lisboa. -----

----- Disse, depois, que a sua freguesia tinha uma grande responsabilidade na questão das acessibilidades a Lisboa, dado estar prevista de há muito tempo a construção da Av. Santos e Castro, do Eixo Norte/Sul, do Metro para Odivelas e da Av. Padre Cruz que devido ao grande movimento que tinha de viaturas que vinham dos concelhos limítrofes, necessitava que se olhasse para aquela zona no sentido de que as acessibilidades à cidade passassem a ser melhores do que vinham sendo até ao momento. -----

----- Perguntava, por isso, para quando o início das obras do Eixo Norte/Sul, da Av. Santos e Castro, e também para quando a conclusão das obras do Metro para Odivelas. -----

----- Manifestou depois a sua satisfação pelo facto da Sra. Vereadora responsável pelo Pelouro da Cultura ter referido que iria descentralizar a cultura do centro para zonas mais afastadas da cidade, e congratulou-se também pelo facto do Sr. Presidente da Câmara ter determinado a saída da EPUL das instalações que ocupava na Quinta das Conchas. Todavia, restava agora saber como iriam aproveitar, em termos culturais para bem da Cidade de Lisboa, aquele espaço situado numa zona de lazer tão importante como era a Quinta das Conchas. -----

----- Por conseguinte, deixava também a pergunta como recuperar aquela zona para servir de local de cultura para aquela área da cidade e para todos os lisboetas. -----

----- **O Deputado Municipal Nelson Antunes (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião da Pedreira, no uso da palavra, disse que se congratulava pela solução encontrada para o Parque Mayer, em especial pelas contrapartidas pela empresa concessionária do casino trazendo mais-valias para a capital, porque assim poder-se-ia recuperar o Pavilhão Carlos Lopes, que bem necessitava e merecia. Aliás, um legado deixado pelos antecessores. -----

----- Disse, depois, que o Parque Eduardo VII fazia 100 anos no próximo dia 13 de Abril. Por uma deliberação camarária assim se passara a designar o antigo Parque da Liberdade. O Parque necessitava de ser renovado e melhorado, infelizmente foi legado que o anterior Executivo deixara à cidade, e quando falavam do Parque Eduardo VII não se deviam esquecer de outro ex-libris, a Estufa Fria, que também deveria ser melhorada. -----

----- Mas já que estava a falar do Parque Eduardo VII, agradecia que o Sr. Presidente da Câmara analisasse a situação daquele amontoado de pedregulhos existente no meio das torres, a que alguns chamavam monumento, que deveria jorrar água mas nalguns dias nem uma única gota deitava. Para além do lago estar sujo e a sua água imprópria, dava um aspecto de desleixo a todos aqueles que visitavam o local, donde se tinha uma belíssima vista sobre o Tejo e sobre a Lisboa Pombalina. -----

----- Portanto, era uma imagem e um cartão de visita impróprio para uma cidade que queriam continuar a amar, que deveria estar limpa para que todos aqueles que a visitam se sentissem bem, felizes e levassem boas recordações. -----

----- Rematou solicitando que os serviços camarários vistoriassem todos os locais de diversão da cidade, e que o Sr. Presidente da Câmara não tivesse contemplanções em encerrar todos os espaços que não tivessem condições de segurança nem estivessem licenciados para esses fins, pois, pessoalmente, não gostaria de assistir a uma catástrofe que envergonhasse Lisboa e o País. -----

----- **O Deputado Municipal Pessanha da Silva (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São João de Deus, no uso da palavra, depois de referir que após se ouvir o Sr. Vice-Presidente da Câmara bastariam cinco minutos para responder àqueles que diziam que nada se fazia, disse que a razão da sua intervenção tinha a ver, concretamente, com o túnel das Amoreiras. Para o PSD não estava em causa a sua

construção já que estavam certos que traria maior fluidez ao intenso tráfego que entrava em Lisboa vindo da auto-estrada de Cascais, mas desejavam que fosse esclarecido se seria tomada alguma medida de fundo em relação à dissuasão da entrada de veículos em Lisboa naquela zona. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Estorninho (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Alto do Pina, no uso da palavra, disse que na Av. Afonso Costa, no mandato anterior, foram derrubadas grande parte das árvores e foram colocados tapumes, que impediram o atravessamento dos peões residentes nos bairros sociais e no Bairro Portugal Novo que tinham necessidade, diariamente, de atravessar essa artéria para o outro lado, como também todos os dias as crianças da escola nº 142 tinham necessidade de atravessar essa avenida e a Rotunda das Olaias, e não estavam marcadas as zonas de atravessamento, o que dificultava imenso a passagem. -----

----- Por outro lado, no túnel da Av. João XXI, que desembocava na Av. Afonso Costa, os automobilistas, em completo desrespeito pelo Código da Estrada, circulavam a altas velocidades e sem as luzes acesas. Há cerca de cinco anos vinha alertando para essa situação pedindo à Câmara a colocação de sinais moderadores de velocidade, o que nunca acontecera, e, por isso, a sua pergunta era se o Sr. Vereador responsável pelo Pelouro do Trânsito estava atento a essa situação. -----

----- Aliás, lembrava também que estava prevista e aprovada há três anos a construção de uma passagem aérea na Av. Afonso Costa, no final do túnel, para facilitar a passagem para o Casal Vistoso, mas até à data não tinha sido montada. -----

----- Por todas essas razões de falta de segurança, já que a freguesia era cortada ao meio por essa via onde os automóveis circulavam a alta velocidade, perguntava para quando a resolução desse problema. -----

----- **O Deputado Municipal Dias de Almeida (PSD)**, no uso da palavra, disse que falar do estado da cidade era, no essencial, fazer um apelo à sensibilidade de todos para analisar aquilo que os rodeava no espaço em que diariamente se moviam. -----

----- Naturalmente saíam daí alusões às grandes questões que os preocupavam e que com todos conviviam diariamente, como era o caso do estacionamento, do trânsito, do estado físico dos edifícios, do meio ambiental ou dos transportes. E aproveitava esta oportunidade para se congratular com as afirmações que há pouco foram feitas pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, que certamente iriam tranquilizar os moradores de Alfama na justa medida em que se iria normalizar o trânsito e acabar com o estacionamento abusivo dos carros de transporte, que 24 horas por dia estacionavam no mesmo local, já que quando saíam deixavam paletas a guardar o espaço. -----

----- De igual modo se congratulava com o que foi dito sobre o plano integrado para o Largo do Chafariz de Dentro, que finalmente iria arrancar, e que, como a Sra. Vereadora referira, já deveria estar pronto desde 1997 ou 1998. -----

----- Congratulava-se, também, com aquilo que foi referido pela Sra. Vereadora responsável pelo Pelouro da Acção Social relativamente ao realojamento de centenas de famílias, porque, de facto, era gratificante ouvir isso. -----

----- No entanto, paralelamente a esses, havia outros casos aparentemente menos importantes mas que completavam da melhor maneira aqueles que se consideravam mais importantes. -----

----- Vinha isto a propósito do facto de ter tomado conhecimento de que os serões musicais das quintas-feiras, no Arquivo da Câmara, estavam suspensos. Era frequentador assíduo desses serões porque, depois de um dia de trabalho, ao ouvir um concerto, que decorria sempre por volta das 19 horas, sentia no silêncio dos acordes de Bartok, Chopin, Mozart, Wagner e de outros tantos um reconforto para o desgaste físico e mental dum dia de trabalho. E sendo o Sr. Presidente da Câmara um homem da cultura, que tanto quanto se lembrava dera um impulso excepcional a tudo aquilo que convergia para a palavra cultura, dos espectáculos ao teatro ressuscitara artistas esquecidos, promovera grandes eventos culturais em Portugal relativos ao mundo das artes e das letras, como teve também uma paixão pela música. E porque era de música que estava a falar, perguntava ao Sr. Presidente da Câmara se essa suspensão era definitiva ou se poderia continuar a acreditar que iria voltar a ter o privilégio, como tantos outros que lhe faziam companhia, de poder voltar a ouvir, na Câmara, esses concertos às 19 horas de todas as quintas-feiras para recrear e refrescar o espírito e a alma. -----

----- **O Deputado Municipal Pinto Trindade (PSD)**, no uso da palavra, disse que nada na vida se conseguia sem organização, e pela exposição que acabaram de ouvir pela equipa do Executivo municipal a conclusão era que, no fundo, estiveram a estudar e a organizar as matérias para, agora sim, poderem agir conforme planeado. Portanto, a partir de agora, já todos ficavam a saber aquilo que os esperava num *timing* mais alargado. -----

----- A sua pergunta tinha a ver com a área do desporto. Sabia-se que havia o problema do “Lisboa Cidade Desportiva” e desejava saber o que se pensava fazer sobre isso, como também desejava saber o que se pensava fazer relativamente a um pedido que havia para campos desportivos, nomeadamente pela Federação Portuguesa de Rugby. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que puderam ouvir na intervenção da Sra. Vereadora Teresa Maury, que uma empresa municipal, concretamente a LIS, tinha a sua contabilidade sediada em Castelo Branco, portanto que os documentos andavam de cá para lá e não se sabia o que poderia acontecer se documentos se extraviassem. Mas a pergunta que desejava fazer era se a Câmara tinha pleno conhecimento da situação em que estava a contabilidade da LIS, designadamente porque também tiveram notícias de que as receitas não eram devidamente orçamentadas. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra, disse que há algumas semanas aparecera num programa de televisão uma senhora que, a propósito da Galeria Quadro situada no Palácio dos Coruchéus, referira que na mesma se produziam filmes pornográficos e convidava quem quisesse a estar presente e, porque não, a participar nas filmagens. -----

----- Mas porque se via na Galeria Quadro o estandarte da Câmara Municipal de apoio à acção cultural dessa Galeria, perguntava se a Sra. Vereadora responsável pelo Pelouro da Cultura tinha conhecimento dessas actividades num espaço camarário e com o apoio da Câmara. -----

----- Disse, depois, que um simples processo de remodelação de dois andares contíguos entrara na Câmara Municipal de Lisboa em Março deste ano e até hoje ainda não tivera despacho. Oportunamente, se tal se tornasse necessário, poderia dar o número do processo, bem como a localização dos andares, porque, de facto, estavam já há 9 meses à espera que esse processo fosse despachado. -----

----- **O Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às perguntas feitas, começou por aludir à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos dizendo que estava já concertado com alguns transitários que ocupavam espaços significativos da cidade, a sua arrumação em dois locais concordados com eles, concretamente na Rua das Murtas, perto do nó de Calvanas, e numa zona de Chelas, perto da chamada Feira do Relógio. A Câmara estava agora a preparar esses locais para aí instalar alguns transitários que estavam anarquicamente espalhados pela cidade, nomeadamente no Largo do Intendente. -----

----- Relativamente às questões colocadas pelo Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, disse que conforme era dito pelo Instituto das Estradas de Portugal seria lançado, no mês de Outubro, ou em Novembro no máximo, o concurso para o Eixo Norte/Sul. -----

----- A Av. Santos e Castro, depois de reajustado o projecto face ao Regulamento do Alto do Lumiar, estava também em condições de avançar nos próximos dias, e iria avançar. -----

----- Quanto ao metropolitano para Odivelas, disse que não tinha presente mas a ideia, pelo avanço dos trabalhos que estavam a ser desenvolvidos, era que estaria pronto em 2003. -----

----- Relativamente à Av. Padre Cruz, disse que o desnivelamento com o Eixo Norte/Sul estaria contemplado no mesmo concurso para o Eixo Norte/Sul. -----

----- Passando à questão levantada pelo Presidente da Junta do Alto do Pina, disse que ele tinha toda a razão já que a Av. Afonso Costa, de facto, tem sido menos solicitada pelos serviços para arranjo de algumas questões que estavam mal, nomeadamente a passagem de peões e as árvores que foram derrubadas e não foram repostas, mas a Câmara queria contemplar isso dentro de uma empreitada que estava a ser feita e cuja conclusão, se não estava em erro, seria Março de 2003, que era a segunda fase de Chelas desde a Rotunda das Olaias até à Praça Paiva Couceiro. Nessa altura poderiam contemplar os arranjos da Av. Afonso Costa e também o atravessamento dos peões. ---

----- Sobre o túnel da Av. João XXI disse que ele tinha a sinalização que foi referida: estava lá a limitação da velocidade, o chamar de atenção para a ligação das luzes e até mesmo o aviso de controlo de velocidade por radar, mas efectivamente importava acautelar a questão da limitação de velocidade, por várias formas, para que o túnel não fosse transformado numa pista de alta velocidade com consequências extremamente perigosas. -----

----- Quanto ao trânsito em Alfama, disse que como já referira a questão estava a ser estudada pelos serviços em concertação com a criação de dois parques de estacionamento, nas Portas do Sol e no Jardim do Tabaco, e sobre o Largo do Chafariz de Dentro disse que não só foi aprovado o plano de recuperação dessa zona, como também, ainda esta semana, iria ser assinado um protocolo com o Instituto Geológico/Mineiro por forma a estudar melhor o aproveitamento das águas subterrâneas de menor e maior profundidades com características geotérmicas naquela zona de Alfama. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Feist**, no uso da palavra para dar esclarecimentos, começou por dizer que as obras que o Pavilhão Carlos Lopes carecia estavam orçadas em dois milhões de contos, e, portanto, seria feita uma intervenção gradual. -----

----- Sobre a Federação de *Ragby*, disse que era intenção da Câmara encontrar as instalações num local no Alto do Lumiar, não só instalações para a própria Federação como também o campo desportivo que a mesma Federação solicitava. -----

----- Também para as federações de ciclismo, atletismo e patinagem a Câmara estava a estudar e já tinha locais próprios para desenvolver um programa com elas. -----

----- Sobre a questão da LIS, disse que era verdade que a contabilidade de se processa em Castelo Branco. Mas havia mais: designadamente no que tocava às cobranças das receitas não havia qualquer registo individual das mesmas, funcionavam muito sobre a hora e quando havia muita afluência os funcionários tomavam nota para no fim do dia escreverem no livro preto. Portanto, era uma contabilidade sem ser contabilidade, era praticamente um registo de receitas feito da forma que facilmente se imagina. -----

----- Ainda sobre a LIS, disse que 3 funcionários entretanto pediram o regresso ao Departamento do Desporto, não sem que no dia das inscrições tivessem abandonado os seus postos de trabalho para voltar ao Departamento, mas antes um deles apagara dos ficheiros do computador os registos todos que lá existiam. Esses factos eram passíveis de processos disciplinares, pelo que estava a encaminhar para a Vereadora responsável pelo Pelouro dos Recursos Humanos os elementos indispensáveis para essa situação. No entanto, para referir algumas notas daquilo que foi encontrado, oportunamente teria oportunidade de apresentar um extenso relatório à Assembleia Municipal. -----

----- **A Senhora Vereadora Maria Manuel Pinto Barbosa**, no uso da palavra para dar esclarecimentos, aludindo aos concertos que costumavam processar-se na Sala do Arquivo da Câmara Municipal, todas as quintas-feiras, disse que certamente quem colocara a questão pretendia levantar o problema da Orquestra Metropolitana de Lisboa, e quanto a isso pretendia referir que, como toda a gente sabia, foram levantados, com a devida fundamentação, problemas relativos à gestão da Orquestra Metropolitana de Lisboa, o que não implicara que se tivesse paralisado a sua actividade e não se tivesse continuado a atribuir as contribuições que a Câmara Municipal tinha acordado. Isto para dizer que a Orquestra Metropolitana de Lisboa continuava a sua actividade normal. -----

----- Relativamente aos concertos, disse que embora percebesse a questão levantada, do ponto de vista da Câmara porque esses concertos tinham uma, duas, três ou quatro

peessoas a assistir, não parecia que isso fosse a rentabilidade cultural desejada para uma orquestra dessa natureza. -----

----- Portanto, e se pudesse intervir nessa programação, talvez não continuasse, mas talvez, eventualmente, fizesse, de vez em quando, concertos, fosse na Sala do Arquivo, fosse no salão principal da Câmara Municipal de Lisboa, mas não de uma forma perfeitamente rotineira e repetitiva como era aquilo que se vinha passando. -----

----- Sobre o problema levantado pelo Deputado Municipal Ferreira Pereira, do PPM, disse que embora a Galeria Quadro estivesse ligada aos vários *ateliers* no Palácio dos Coruchéus e que tal como estes fosse propriedade da Câmara Municipal de Lisboa, isso, de facto, vinha de um legado já muito antigo e ainda não tinha sido possível verificar e actualizar todos aqueles protocolos de atribuição desses *ateliers*. Inclusive aquilo que se passava com a Galeria Quadro ainda não tinha sido verdadeiramente actualizado, quer em termos da entidade responsável pela sua utilização e programação, e, por isso, admitia que a sua actividade não fosse a mais abonatória da Câmara Municipal se isso efectivamente se passava. No entanto, como certamente também seria de admitir, não poderiam estar a par de todos os programas que se passavam em todas as instituições. -----

----- Concluiu dizendo que agradeciam sempre que fossem levantadas todas as objecções e todas as dúvidas relativamente a estas questões. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que terminada que estava a fase de perguntas passariam agora às intervenções dos partidos, havendo uma primeira ronda por ordem decrescente. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Ocorre hoje novo debate sobre o estado da cidade, diríamos que com novos protagonistas e num novo quadro político. -----

----- De facto, a alteração do quadro político registado a 14 de Dezembro vai forçosamente alterar o estado da cidade, não só os debates sobre “o estado da cidade”, mas de facto e principalmente o próprio estado da cidade. -----

----- Estas contas, em termos globais, só podem fazer-se no final do mandato, ainda que a oposição, de forma desesperada, pretenda sempre fazê-las de imediato, antecipando datas (final do ano em Setembro), mas só no fim do mandato é que se pode dimensionar o verdadeiro estado da cidade. -----

----- Nestes termos o PSD nesta Assembleia saúda esta Vereação, recordando-lhe o peso que lhe recai, isto é a necessidade de alterar o estado da cidade, mas de o conseguir verdadeiramente, pois a anterior ao não melhorar o estado da cidade chumbou nessa avaliação e o povo não hesitou, escolheu uma nova equipa. -----

----- Mas deixemos a matéria prévia e entremos no cerne do presente debate, portanto saber e questionar o que todos esperam do mesmo, até que ponto o mesmo potencia a resposta aos anseios dos lisboetas. -----

----- Que a capital não estava bem é indiscutível, pois só assim se compreende a mudança eleitoral registada, contra todas as expectativas e diríamos contra a lógica matemático-eleitoral. -----

----- Assim, face a esta alteração profunda na capital, inédita por parte do PSD, que se traduz na presidência da capital importa saber e conhecer qual o novo rumo para a capital. -----

----- É ou não evidente que há traços de ruptura na gestão da cidade? -----

----- Veja-se a aposta na centralidade de Lisboa a propósito do T.G.V. -----

----- Veja-se a perspectiva de devolução integral da zona ribeirinha ocidental à cidade, com o fim da barreira ferroviária existente nessa mesma zona. -----

----- Veja-se a substituição das medidas folclóricas, como aliás sempre aqui denunciámos como é o dia sem carros, por medidas consistentes como se verifica no Bairro Alto. -----

----- Mas não podemos naturalmente escamotear e passar ao lado da questão incontornável neste debate, ou seja, da problemática Parque Mayer/Casino de Lisboa. -----

----- Importa antes de mais distinguir: -----

----- Quem é contra o jogo de casino, portanto proibindo-o não só em Lisboa, como nas diversas áreas concessionadas, seja com resgate das mesmas ou denunciando-as no fim do respectivo prazo; -----

----- Haverá um segundo grupo que são os adeptos do género de um “neo condicionamento industrial”, matéria de raiz do Estado Novo, que aqui será no fundo o “neo condicionamento do jogo”, não se permitindo pois qualquer alargamento deste tipo de jogo, presumimos que tanto para Lisboa como para qualquer outro ponto do País. -----

----- Segue-se um terceiro grupo, que defende o alargamento das actuais concessões, apenas em situações excepcionais e consignando de forma estreita o alargamento das actuais concessões. -----

----- Certamente que haverá um quarto grupo, embora ainda não se tenha identificado, que pugnará por um alargamento do jogo, numa perspectiva claramente “Europa-Las Vegas”. -----

----- “Neste quadro parece claro que a escolha da Câmara Municipal de Lisboa é a do terceiro grupo, portanto integrada no contexto legal nacional, sem falsos puritanismos, sem lógicas de “neo condicionamento de jogos”, nem tão pouco de uma abertura incondicional e desenfreada ao jogo. -----

----- Acaba por ser um instrumento, essencial diz o Executivo, tendo por base a herança e a situação financeira que herdou, para viabilizar um objectivo mais largo e importante, constante inclusive do programa eleitoral, sufragado vitoriosamente pela população da capital. -----

----- Esta é a questão de fundo, isto é, o casino é um instrumento para viabilizar e potenciar a recuperação do Parque Mayer, algo prometido pela anterior coligação mas nunca conseguido. -----

----- Aliás recordam-se com certeza dos Passeios da Avenida, bandeira da anterior gestão para revitalizar a Av. da Liberdade, fechada ao trânsito, com animação, mas sem ligação ao tecido social e portanto hoje nem uma linha, ou uma palavra para revitalizar esta iniciativa. Não lemos nunca, nem ouvimos uma palavra da agora oposição, estávamos certos quando ao tempo falámos de demagogia. -----

----- Esta é a diferença entre querer fazer e apenas fazer sem querer, sem chama. -----

----- Ou se quiserem de outro modo, seja com ovo de Colombo, ou de Santana, mas sem omeletes à João Soares, pois pelos vistos também vislumbrou o designado ovo, mas pelos vistos transformou-o numa mera omelete. -----

----- Estamos a terminar, convictos de que Lisboa tem que progredir ainda mais, cumprir o seu programa, rasgar e assumir a sua centralidade, para que efectivamente seja uma cidade mais feliz.” -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Primeiro o grupo do PCP, como forma de protesto, queria referir que mais uma vez o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa se ausentou, numa atitude sobranceira a esta Assembleia. -----

----- O grupo do PCP reservou para esta parte questões e posições sobre a actual gestão do estado da cidade. E surpreendeu-nos com esta proposta de método que introduziu aqui na Assembleia, porque assim não é um debate da Assembleia, é um debate autista. -----

----- Quem responde perante a Assembleia Municipal de Lisboa é o Sr. Presidente da Câmara, ou será que já está acima do nível municipal? -----

----- Este método não é regimental e por isso não poderá voltar a acontecer, Sr. Presidente da Assembleia. Peço que as intervenções iniciais escritas dos Senhores Vereadores sejam distribuídas à Assembleia Municipal já que se trataram de relatórios quase imperceptíveis de serem apreendidas. -----

----- Os Senhores falaram de diagramas, circuitos, fluxogramas, cronogramas, mas não falaram dos problemas das pessoas nem se vislumbrou uma estratégia para a cidade. -----

----- Outra questão que registamos foi a informação à Assembleia Municipal dos cargos do Srs. Vereadores mas até agora esta Assembleia não foi informada sobre os cargos do Sr. Presidente da Câmara. Qual a razão deste procedimento. -----

----- Este é o primeiro debate, neste mandato, sobre o Estado da Cidade. Obviamente que em anteriores reuniões desta Assembleia se reflectiu sobre a actividade da Câmara e a situação da cidade. Apesar disso, sentimos que não basta levantar os problemas ao poder executivo é preciso que este dê maior atenção e resposta às questões aqui colocadas. -----

----- Três traços devem enquadrar uma apreciação global: -----

----- Primeiro: o essencial do que se continua a realizar, em obra e actividade, se deve ainda às dinâmicas do anterior mandato. -----

----- Em segundo a actividade da Câmara, é quase exclusivamente o Presidente num estilo excessivamente presidencialista e mediático. Os vereadores quase não existem. E agora até a idolatria já vai aos “Ovos de Santana. -----

----- Um terceiro traço procura-se destruir o que estava feito e apagar a memória e a marca da obra realizada pela coligação de esquerda e do seu cunho democrático. Muitos são os exemplos: -----

----- Acabou com a semana da juventude, a semana da Liberdade-25 de Abril, alterou o cunho das Festas da Cidade e impõe a selectividade e discriminação política nos apoios às forças vivas da cidade. -----

----- Sr. Presidente da Câmara, até hoje não vislumbramos nenhuma visão estratégica do seu projecto de cidade, e, até neste desígnio, sentimos o contraditório e a incoerência das sucessivas propostas que vai fazendo. -----

----- É o túnel das Amoreiras para mais carros entrarem e mais depressa no centro da cidade, enquanto propõe o encurtamento da linha de caminho-de-ferro de Cascais/Lisboa; é a instalação dos ministérios em Carnide (Cidade do Governo), são os palácios Municipais a vender, para hotéis de charme; não será assim, certamente, que se irá repovoar a baixa, é a revitalização da Baixa com os Fundos de Investimentos Imobiliário, dos quais nada se sabe; é a revitalização do Parque Mayer, com a qual estamos todos de acordo, mas cujos custos sociais não justificam o jogo no centro da cidade, podendo-se reabilitar o Parque e o seu conteúdo cultural mas ganhando menos. Antes da decisão final, achamos que esta Assembleia deverá realizar um debate específico o mais alargado possível. -----

----- Enquanto isto a reabilitação dos Bairros históricos encontra-se parada e o parque habitacional continua a degradar-se, o que estimula a especulação imobiliária à medida que os fogos vão ficando devolutos, são as classes mais altas que vão ocupando o lugar das famílias há muito ali residentes as quais continuam a ser empurradas para a periferia. -----

----- Não é por acaso que a alteração da lei das rendas, já se encontra inserida nas Grandes Opções do Plano e Orçamento do Estado para 2003. -----

----- E a suspensão do PDM (?), que tem em vista a construção em altura na cidade, isto é modernidade? Construir arranha céus e emparedar os lisboetas, já temos betão a mais! É igualmente grave que o Senhor considere a hipótese de isentar de taxas estes ditos promotores imobiliários. -----

----- Sobre o dia-a-dia dos lisboetas a cidade não vai bem, não vai nada bem como adiante se verá: -----

----- Onde está o ritmo que o Senhor anunciou para a intervenção nos edifícios degradados, tanto municipais como particulares? Da lista dos 1.400, até agora apenas interveio em meia dúzia, mas as situações dramáticas aí continuam, como são exemplos a Vila Almeida, em Arroios, em que 16 famílias continuam a viver na permanente ameaça da derrocada e os da Vila Gouveia, nos Olivais, e ainda nas Vilas e Pátios das zonas mais deprimidas de Xabregas, Marvila, Alcântara, Ajuda e outras. -

----- E os que continuam a viver provisoriamente em contentores na Azinhaga do Planeta na Freguesia do Beato. A requalificação do bairro já construído ao lado, que era para continuar neste mandato, não avança apesar dos instantes apelos da Junta de Freguesia aos quais nem resposta foi dada. -----

----- E quanto ao realojamento ainda por fazer no âmbito do PER? Com o inverno à porta as populações da Bela Flor, da Vila Ferro e da Amendoeira, continuarão a sofrer por muito mais tempo, enquanto existem muito fogos construídos? -----

----- Já agora queria perguntar ao Sr. Presidente, pois aqui foi hoje referido, em relação à empena que caiu no Bairro do Condado, onde está o gabinete integrado para o Bairro que prometeu. -----

----- E na área do Ambiente, como concluirá as ETARs e o processo de despoluição do Tejo? Perder-se-ão as verbas dos fundos comunitários? -----

----- E quanto à Educação, já vamos quase em Novembro e mais de 50% dos refeitórios e dos ATLS das escolas do primeiro ciclo e de jardins de infância, continuam a não reabrir agravando ainda mais a situação das crianças mais desfavorecidas às quais era facultada muitas vezes, a única refeição quente que tinham em cada dia. No caso do não funcionamento dos ATLS está a contribuir para que muitas crianças passem o resto do dia a vaguear nas ruas. -----

----- E quanto ao programa de educação física nas escolas do 1.º ciclo o actual programa *Play Gim*, na maior parte ainda não implementado, já está a custar duas vezes e meia mais que o anterior – o Prograpef . Não faz a iniciação à educação física e motora e os jogos tradicionais não estão incluídos. É um programa que apenas pratica ginástica de aparelhos, o que quanto à idade a que se destina não é recomendável, na opinião de técnicos especializados. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa já fez alguma coisa para responder à descentralização do 2.º e 3.º ciclos para as autarquias tal como foi acordado pela ANMP e Governo? -----

----- E a publicidade comercial nos espaços exteriores das escolas, uma medida tão mediática, mas muito negativa do ponto de vista pedagógico. O que tem sido reabilitado? Quase nada, os resultados são muito fracos. -----

----- E quanto ao Desporto, apesar do meu camarada António Cunha ir intervir, quero salientar a gravidade de se inviabilizarem os Jogos de Lisboa, apesar do Sr. Presidente afirmar o contrário. O que é facto é que com o despedimento de todos os técnicos e funcionários que os organizavam com as Juntas de Freguesia e as colectividades, leva a crer que mesmo que se faça alguma coisa, nada terá a ver nem de perto nem de longe com o que existiu até agora, 30.000 jovens participavam em dezenas de modalidades e durante vários meses ao longo do ano. -----

----- E o apoio às colectividades? Há um milhão de euros para este apoio, onde e como estão a ser aplicados? -----

----- Ainda quero referir a injustificada ausência de referência ao Desporto na última informação escrita do Sr. Presidente, apesar do vereador do Pelouro (Pedro Feist) ter estado presente nessa reunião da Assembleia. -----

----- Tudo indica, assim, que o Desporto, por este caminho, deixará de existir no plano da Câmara, com os consequentes prejuízos para toda a população da cidade. -----

----- E sobre a DMIL – Intervenção Local – as medidas até agora tomadas, no que estão a resultar? Tudo está parado, os buracos e “crateras” já emergem nas ruas da cidade, degradam-se os espaços verdes, amontoam-se entulhos e continuam a reduzir-se os efectivos. Deixa-se cair o emprego local através de instituições sociais e até de condomínios. -----

----- Tudo isto enquanto na nova estrutura se centralizam as obras acabando com esta Direcção Municipal de Intervenção Local, pondo de lado a capacidade permanente e descentralizada da manutenção e conservação do espaço público. -----

----- Sr. Presidente, quando vai começar a dar execução às promessas eleitorais dos jardins, piscinas e parques infantis para cada bairro? -----

----- E a situação financeira da Câmara? -----

----- O Senhor anuncia um buraco de 500 milhões de Euros, mas na última informação que fez à Assembleia Municipal de Lisboa, nada, mas nada mesmo veio referido. No início a situação era apresentada de grave, sem grande fundamento, mas entretanto importantes fluxos financeiros já deram entrada na Câmara, o empréstimo de 80 milhões, que também aumentou o passivo a médio e longo prazo, embora a capacidade de endividamento da Câmara Municipal de Lisboa ainda esteja muito longe do seu limite, a derrama e as taxas. A situação será de desafio, certamente, e não de buraco. Será que a capacidade de execução irá corresponder, isso sim às verbas existentes? -----

----- Outra questão que não pode passar em branco, é a não tomada de posse do Sr. Presidente da Câmara na Junta Metropolitana. -----

----- Quero lembrar, mais uma vez, que Lisboa, através do seu Presidente, faz parte deste órgão por direito e dever. A intervenção da Câmara na administração do Parque das Nações é mais importante?, creio que não, o que é imprescindível é a sua participação na Junta Metropolitana, é aí que muitas questões e soluções estratégicas para a cidade e para a região são decididas, enquadrando esta ao nível metropolitano – Transportes, Saúde, Educação e outras. -----

----- Ou será que não tendo a posição política de presidente neste órgão o Senhor ultrapassa, e minimiza antidemocraticamente os restantes municípios desta área metropolitana, privilegiando os acordos unilaterais com o primeiro ministro? (é claro que V. Ex. sendo Vice-Presidente do PSD leva a reboque o Governo do País). -----

----- Aliás, parece ser também o seu posicionamento no caso da proibição orçamental de endividamento das autarquias para o ano de 2003, mesmo em contradição com os seus colegas autarcas do PSD, incluindo o Presidente da ANMP. -----

----- Será que se lhes adiantou, quando sabia o que iria ser legislado, quando avançou para o empréstimo dos 80 milhões? -----

----- Por último, ainda gostaria de lhe colocar um problema, já que publicamente não fiquei esclarecido: e é nesta sede, a Assembleia Municipal de Lisboa, que o deverei fazer. Como é que o Benfica desbloqueou o seu problema de garantia bancária quando só poderia ultrapassá-lo com o envolvimento com o património da Câmara/EPUL? O que ficou acordado entre o Sr. Presidente e Administração da SAD Benfica? -----

----- Tal como tem vindo a ser afirmado pela bancada do PCP, a falta de estratégia e a incapacidade de responder aos problemas, virá ao de cima e confrontar-se-á com a realidade. E essa ficará na história, neste caso da Cidade de Lisboa.” -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Sr. Presidente da Câmara, V. Ex^a ao decidir moldar a forma como iríamos fazer este debate, prescindindo da sua intervenção inicial e dando a palavra aos Senhores Vereadores pretendeu, seguramente, desvalorizar o próprio debate sobre o estado da cidade. Sendo eu um Deputado Municipal dum partido da oposição, entenderia, com certeza, de muito maior interesse ouvirmos de início a sua visão da cidade, a sua opinião sobre o estado geral da cidade e, evidentemente, a sua perspectiva em relação ao futuro. -----

----- V. Ex^a, em vez disso, deu-nos um relatório de actividades de cada um dos Vereadores, mas permita-me a blague: se os Vereadores não conseguiram gerir 60 minutos de tempo como é que podem gerir bem a nossa cidade?! É uma blague, espero eu estar enganado para bem de todos nós. -----

----- Mas gostava de dizer que V. Ex^a jogou à defesa, reservou-se para a intervenção final precisamente para que não seja confrontado com o seu próprio contraditório, e para que depois da sua intervenção nós não possamos opinar sobre as suas próprias opiniões. -----

----- Estamos hoje a debater, passados quase um ano após as últimas eleições autárquicas, o estado da cidade e, a primeira impressão que nos fica é a de uma profunda desilusão e frustração sobre o estado a que Lisboa chegou, sobre a forma como a maioria política que gere a Câmara Municipal, PSD/CDS-PP, têm governado a nossa linda cidade e, sobretudo, o modo como tudo têm feito para não cumprirem o seu próprio programa eleitoral. -----

----- A maioria que governa a Câmara, e muito particularmente o seu Presidente, tem revelado uma impressionante ausência de pensamento estratégico sobre Lisboa, caindo frequentemente, pela voz do próprio Presidente da Câmara, num discurso contraditório, discurso esse apenas motivado pela necessidade de se fazer mais um “número para a comunicação social”, em particular para as televisões. -----

----- Ora aparece o Sr. Presidente a “entaipar” um prédio devoluto, que após dias já se encontra novamente desentaipado, ora aparece a prometer-nos a resolução do problema da recuperação do Parque Mayer com uma ideia que, pelos vistos, nem sequer originalmente é sua. Para quem se comprometeu no seu programa eleitoral em recuperar o Parque em oito meses, é obra. -----

----- Lisboa tem vivido das aparições mediáticas do seu Presidente, todas com muita pompa, circunstância e já agora festa, mas sempre com muito pouco conteúdo e sobretudo, com muitos poucos resultados práticos. -----

----- Não há sobre as questões mais estruturantes para a cidade um pensamento coerente e um discurso concreto. -----

----- Diz-se que se quer dificultar o acesso dos veículos automóveis ao centro da cidade mas, promove-se o túnel das Amoreiras, o qual, evidentemente despejará para dentro da cidade muitos mais automóveis e causará simultaneamente efeitos ambientais indesejáveis com a aceleração da degradação da qualidade do ar. Não se vislumbram o cumprimento das promessas eleitorais em se promoverem parques de estacionamento para os habitantes da cidade, em particular do centro histórico, mas avança-se com a peregrina ideia de retirar o comboio da linha de Cascais até ao Cais

do Sodré, o que significará que passarão a vir muitos mais carros para o centro de Lisboa. -----

----- Mas não é só em matéria de acessibilidades que se revela esta ausência de pensamento estratégico, também no que se refere ao combate à desertificação do centro histórico estamos perante uma grande desorientação. Ao contrário do que diz o Sr. Presidente em entrevista publicada no passado fim de semana ao semanário Expresso o fundo de investimento imobiliário ainda não está constituído, uma vez que o mesmo não foi apresentado à Câmara, nem a esta Assembleia Municipal. Mais uma vez a intenção é clara: transmitir uma ideia para a Comunicação Social, fazer *show off* em detrimento da realidade concreta. Não há projectos, não há prédios recuperados, existem apenas números para as televisões e jornais. -----

----- Quando o actual executivo iniciou funções, e em plena campanha de entaipamento dos prédios abandonados, afirmou o Sr. Presidente da Câmara estar disposto a “pôr na ordem” os maus senhorios, os maus proprietários, aqueles que propositadamente deixam degradar os seus prédios – mesmo quando habitados por um ou outro inquilino, geralmente de recursos muito limitados – mas a esta declaração de intenção, que nós aplaudimos, nada de concreto se seguiu. Nem uma única iniciativa exemplar, nem uma única recuperação coerciva. Mais uma vez, apenas declarações para as televisões e jornais. O *show off* do costume... -----

----- Como se pode recuperar o centro da cidade em termos populacionais e ao mesmo tempo propor a instalação de um Casino para esse mesmo centro? Já não abordando esta questão do ponto de vista dos seus inconvenientes sociais, quem, em Lisboa, iria morar para uma zona servida por um salão de jogo, um Casino, com todos os inconvenientes em matéria de ordenamento do tráfego, que um parque de estacionamento não colmatará, para além dos inconvenientes em matéria de tranquilidade e de segurança. -----

----- Sr. Presidente, -----

----- O assunto do casino revela que para além de V. Exa. não ter um pensamento coerente sobre o modo como quer trazer mais população para o centro de Lisboa, como também nos revela que quando se comprometeu eleitoralmente a resolver em tempo célere a recuperação do Parque, V. Exa. não tinha uma única ideia como o iria fazer. No entanto, ofereceu aos Lisboetas, sobre esta questão, mais uma bela noite de *show off* televisivo. Não restam dúvidas que assim Lisboa está a ficar mais feliz, mas que no final essa felicidade se poderá transformar em drama. -----

----- Também quanto à aplicação do PDM estamos perante situações de grande incoerência. Por um lado, ao iniciar funções, em nome dos princípios definidos pelo PDM não descansou enquanto não mandou demolir prédios destinados para a habitação social, ou se mobilizou contra empreendimentos que em seu entender eram excessivos. Eis que agora nos propõe que se altere o PDM para permitir uma maior volumetria de construção na cidade. -----

----- Em definitivo, Lisboa está sem rumo, está sem estratégia. -----

----- Podíamos estar perante uma situação em que, não obstante esta gritante ausência de pensamento estratégico para a cidade, estivéssemos confrontados com uma gestão

corrente, diária, que fosse positiva e permitisse a manutenção dos níveis de qualidade que herdou da anterior gestão municipal. Mas infelizmente para todos nós assim não é. -----

----- O estacionamento está um caos, muito particularmente na zona da baixa, onde os passeios estão ocupados pelos automóveis sem qualquer tipo de intervenção da Polícia Municipal ou dos funcionários da EMEL. Basta andar pela Rua de S. Julião, pela Rua da Conceição ou outras para o constatarmos. A propósito, onde está a Polícia Municipal? Terá visto diminuírem os seus efectivos ? Pela aparência da segurança que prestam ao Sr. Presidente da Câmara, julgamos que não! -----

----- Em matéria de segurança das populações a criminalidade em Lisboa aumentou desde que V.EX' é Presidente da Câmara. Ligeiramente, mas aumentou. Para quando a abertura de novas esquadras na cidade? A anterior gestão municipal deixou-lhe instalações prontas para o efeito, como é o caso da Bem Saúde. Estará este executivo à espera que passe algum tempo, para que as pessoas se esqueçam que era obra da coligação anterior? -----

----- O mesmo se pode perguntar em relação ao realojamento social. Está o Executivo à espera que o tempo passe, deixando deliberadamente por realojar centenas de famílias, por meras razões eleitoralistas? -----

----- A intervenção social nos bairros parou e o exemplo do Bairro do Cabrinha, ex-Casal Ventoso é paradigmática. Sr. Presidente, mandar fechar uma piscina que servia a população local, em particular os mais idosos, invocando os argumentos utilizados é no mínimo original, mas de mau gosto. Em primeiro lugar porque se trata de uma obra de iniciativa municipal, portanto logo à partida com todas as condições inerentes à sua própria utilização, em segundo lugar porque se dúvidas restassem quanto à segurança da mesma, bastaria o Sr. Presidente nomear uma Comissão constituída por técnicos, bombeiros e membros da protecção civil para procederem a uma vistoria rigorosa e de uma forma célere se pronunciassem. -----

----- Sr. Presidente da Câmara, -----

----- Porque é que o protocolo de descentralização para as Juntas de Freguesia, no que se refere à habitação, não prevê a intervenção em habitações particulares? Qualquer autarca de freguesia, seja de que partido for, lhe dirá que o mesmo, quando aplicado pela anterior coligação que V. Exa. venceu eleitoralmente, teve uma importância social muito grande, porque permitiu a execução de pequenas obras em casas particulares, arrendadas a pessoas de recursos muito limitados, que por total insensibilidade dos seus senhorios, apenas motivados pelos interesses especulativos, viviam em condições degradantes, e que , depois das obras promovidas pela Junta de Freguesia, graças a estes protocolos, passaram a ter uma habitação com um bocado mais de dignidade e segurança. -----

----- Lisboa não está melhor. Está mais confusa, menos limpa, com mais buracos nas estradas e começa a estar socialmente mais injusta. Lisboa está à deriva. -----

----- É importante que esta maioria comece a governar. Mais vale ter planos, ter opções e tomar medidas, do que deixar os serviços degradarem-se por ausência de opções. -----

----- Sr. Presidente da Câmara, Dr. Santana Lopes, -----
----- Esqueça por uns tempos as revistas e as televisões, esqueça as eleições para
Presidente da República e interesse-se um bocado mais pela cidade. Foi para isso que
foi eleito.” -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, no uso da palavra, leu o
seguinte documento: -----

----- “O debate do estado da cidade ocorre este ano, num contexto de uma nova
realidade política local e nacional em que o centro e a direita foram chamados ao
Governo de Portugal e das suas principais cidades. -----

----- Mas este debate ocorre também numa altura em que a discussão política atingiu
uma degradação e um nível que não podem deixar de ser condenados. -----

----- Num debate solene e institucional como este, naquele que é o Parlamento da
Capital do País, as minhas primeiras palavras não podiam deixar de ser senão para
condenar a falta de nível do debate político promovido por uma certa esquerda! -----

----- Perante uma coligação, que na cidade e no País, vai governando, vai reformando,
e vai emendando aquilo que de mau se fez nos últimos anos, alguma esquerda, -----

----- - passadista nas propostas -----

----- - sem inovação nas ideias -----

----- - sem argumentos no debate, recorre ao insulto fácil e gratuito. Desde os escritos
de um deputado sobre um ministro, até um líder que em desespero de causa chama
palermas aos adversários, passando por um líder parlamentar que até compara os
ministérios ao cabaré da coxa, há de tudo e para todos os gostos. -----

----- Assim vai a política portuguesa naquilo que diz respeito ao maior partido da
oposição! -----

----- Sr. Presidente -----

----- Srs. Deputados -----

----- Perante este quadro de irresponsabilidade em que algumas das intervenções das
bancadas da esquerda são elucidativas, são redobradas as responsabilidades daqueles
que governam. -----

----- Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores da maioria, é com muita satisfação
que constatamos que praticamente 10 meses volvidos sobre a tomada de posse deste
novo Executivo camarário, várias são as medidas tomadas e as iniciativas anunciadas
para melhorar o estado em que a esquerda deixou a cidade. -----

----- Permito-me evidenciar algumas delas: -----

----- 1) O aumento de verbas no que à segurança diz respeito. -----

----- 2) O aumento do policiamento nas escolas e nas principais zonas nocturnas e nas
escolas. -----

----- 3) O início do processo dos emparedamentos e da recuperação do património
edificado e em avançado estado de degradação. E relembremos que nesta Assembleia
várias vezes a oposição de então pediu à Câmara que facultasse a listagem dos
imóveis degradados, coisa que a Câmara nunca fez, e passados oito meses este
Executivo tem essa lista publicada no *site* da Câmara, na Internet. Aí está uma grande
diferença! -----

----- 4) O anúncio da reestruturação dos serviços da Câmara, que brevemente discutiremos nesta Assembleia. -----

----- 5) O anúncio do projecto de recuperação do Parque Mayer, votado ao abandono há vários anos pela coligação PS/PCP que governou esta cidade. Vinham agora falar na questão do casino, os Senhores que, em 12 anos, nada fizeram para recuperar o Parque Mayer. -----

----- 6) O anúncio da construção, durante este mandato, de pelo menos 11 silos de estacionamento automóvel, prevendo 2.941 lugares de estacionamento na cidade. -----

----- 7) Um maior rigor na gestão dos dinheiros públicos da Autarquia. -----

----- 8) Uma nova postura de transparência e frontalidade, acabando-se com os acordos não-escritos, com as construções sem licença e com os projectos não discutidos e aprovados em cima do joelho. Em dez meses, convenhamos, já é um trabalho digno de ser apresentado. -----

----- Sr. Presidente -----

----- Srs. Deputados -----

----- Estas são apenas algumas das medidas e projectos que este Executivo camarário está a levar a cabo com o objectivo de reformar e melhorar a nossa cidade. -----

----- O apelo que deixo ao Sr. Presidente da Câmara e à Vereação, é para que prossigam neste caminho, que não se deixem enredar em debates secundários onde o insulto é a palavra de ordem. -----

----- Enfim, para que continuem a mudar a nossa cidade. -----

----- Lisboa e os lisboetas agradecem.” -----

----- **O Deputado Municipal Manso Pinheiro (PEV)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Eu começava por dizer que não confundimos o relatório de actividades a que o Presidente da Câmara é obrigado por lei, de forma trimestral, a apresentar a esta Assembleia, com o debate sobre o estado da cidade. E quando aceitamos a proposta inicial de que cada Vereador fizesse uma intervenção, a ideia era que se mantivesse dentro do espírito dum debate sobre o estado da cidade e não a confusão com o relatório de actividades. -----

----- Portanto, consideramos que fomos “engolidos” pela nossa boa-fé quando aceitamos a proposta. -----

----- A) Decorridos cerca de 9 meses da nova gestão desta autarquia, o primeiro debate sobre o Estado da Cidade impõe em primeiro lugar que se identifiquem os seus traços caracterizadores, no sentido de permitir encontrar as linhas das tendências para os próximos 3 anos. -----

----- Em síntese, por nós, encontramos 5 eixos caracterizadores do exercício deste poder: Uma Cultura Suspensiva que consubstancia uma política imobilista; Uma gestão Presidencialista e autoritária; A discordância entre o discurso e a prática; A ausência de um rumo e a opção pela navegação à vista marcada pela preocupação com a imagem do seu Presidente; A total submissão do interesse municipal ao Governo Central. -----

----- Desmontemos então: -----

----- **Uma Cultura Suspensiva que consubstancia uma política imobilista.** É natural que uma nova equipa comece por fazer um levantamento da situação e se proponha organizar, afectar e moldar os recursos e estruturas aos seus objectivos. No entanto, nada obriga que tal procedimento seja acompanhado da placa de «encerrado para balanço».

----- Quem gere uma autarquia como a de Lisboa tem que ter uma clara noção das suas responsabilidades e dos impactos quer das suas acções quer omissões.

----- É inqualificável que esse natural levantamento tenha sido marcado pela ordem “suspenda-se”. Assim aconteceu com compromissos e obrigações da própria autarquia e desta com terceiros, como sejam os exemplos da suspensão dos protocolos de descentralização com as freguesias, de inúmeros programas e projectos municipais, de freguesias, de instituições sociais, de cultura e recreio, ou mesmo de obras em curso.

----- E tal situação apresentou-se sempre com uma agravante que aqui é referida com o carácter de proposta para o futuro: que o acto suspensivo seja sempre acompanhado de um prazo para o mesmo e da definição de regras de avaliação e procedimentos que asseguram a actividade e serviços para esse período. É assim que procedem as entidades públicas num Estado de direito e que pretendem a transparência e a salvaguarda do seu bom nome.

----- Como assim não se procedeu, a actividade do município neste período foi aquela que resultou do mandato anterior e não foi objecto desta cultura suspensiva, da que resulta do empenho e profissionalismo dos seus trabalhadores e da vida própria da cidade.

----- Se algumas dúvidas existiam sobre o imobilismo resultante desta atitude suspensiva, bastava verificar a falta de matéria deliberativa por parte da Câmara com que se confrontou até agora esta Assembleia.

----- A excepção foi naturalmente para os apoios ao futebol, mas sobre eles em momento próprio se falará.

----- **Uma gestão Presidencialista e autoritária.** As decisões são tomadas de forma arbitrária e personalizada pelo Sr. Presidente, como o demonstra a alteração ou retirada de propostas já em reunião de Câmara, ou mesmo de Assembleia Municipal, mesmo ao arrepio do conhecimento dos vereadores da própria maioria, como a leitura das actas de reunião de Câmara tornam muitas vezes claro.

----- O exercício do poder quer pelo Sr. Presidente quer pelos Srs. Vereadores é feito sem qualquer processo de envolvimento, participação ou motivação para os trabalhadores ou mesmo dos demais órgãos autárquicos como as freguesias.

----- Esta prática é acompanhada por alguns episódios caricatos, como o de o Sr. Presidente da Câmara de Lisboa não ter comparecido á tomado posse na Junta Metropolitana, quando não se confirmou a sua eleição para este órgão.

----- Os Bombeiros que tornaram públicas as suas dificuldades tiveram como resposta um “agora não há dinheiro para ninguém!”.

----- Os grupos de teatro que conheciam os prazos e critérios para os concursos para apoio a estes projectos, face à suspensão dos mesmos quando solicitaram uma reunião com a Câmara receberam como resposta um "apresentem-no por escrito que depois

diremos alguma coisa". Há pergunta Quando? sucede a resposta "isso não sabemos, temos para aí mais de mil". Esta é a resposta ao prometido diálogo. -----

----- **A discordância entre o discurso e a prática.** -----

----- Ao discurso que prometeu o diálogo, as visitas semanais aos Bairros e a promoção da auscultação dos munícipes sucedeu afinal a infinita dificuldade de diálogo com os trabalhadores ou mesmo os demais eleitos da cidade. -----

----- Foram nesta Assembleia expostas por inúmeras vezes durante todo este período as dificuldades de reunião das freguesias e seus Presidentes com a Câmara. -----

----- Desde o início do mandato da Comissão de Urbanismo e Rede Viária que esta aguarda a aceitação do convite endossado ao Sr. Vice-Presidente da Câmara e Vereador do trânsito para apresentação das suas propostas e projectos para o pelouro. -----

----- A promoção e divulgação das consultas públicas sobre o túnel (com menos de uma dezena de participações) ou do Eixo Norte-Sul tornaram claro o verdadeiro interesse desta gestão na participação dos cidadãos. -----

----- **A ausência de um rumo e a opção pela navegação à vista marcada pela preocupação com a imagem do seu Presidente.** -----

----- Da falta de rumo é testemunha, entre outros, o elevado número de pontos da agenda de trabalhos que é retirada, alguns já em sede de Assembleia Municipal. -----

----- E mais grave do que não ter rumo é não o querer ter, como o demonstra a peregrina ideia de suspender o PDM, transpondo para o Ordenamento do território a gestão casuística. Felizmente, também esta iniciativa sofreu da cultura suspensiva. ---

----- De facto as iniciativas da Câmara são marcadas pelo calendário da política geral e da projecção do Sr. Presidente. A diversidade deu lugar à concentração, aumentando a sua visibilidade: as festas de Lisboa converteram-se nas Marchas e na Feira do Livro. Se arde ou cai um prédio lança-se um programa de entaipamento, a que não se sucede nada na política de reabilitação. Se há um acidente dramático numa passagem de nível sugere-se que o comboio seja confinado aos limites da cidade. -----

----- Na prática é o domínio absoluto da técnica do anúncio, aliás muito em voga no PSD, como o demonstra quando ao nível do Governo apresentam o Orçamento que apresentam mas em simultâneo anunciam o objectivo de aumentar a escolaridade obrigatória até 2010, tentando que nos esqueçamos de discutir 2003. -----

----- Prometeu-se que em Setembro teríamos um Parque Mayer e afinal tivemos uma conferência de imprensa a dizer que dali a uns anos teríamos um conjunto de equipamentos, que ainda estão em parte por definir, tal como a edificabilidade, etc. ---

----- Em suma, sucedem-se os anúncios de que se anunciarão futuras medidas. -----

----- **A total submissão do interesse municipal ao Governo Central.** -----

----- Não pode deixar de impressionar o silêncio conivente a que se submete a autarquia face aos diversos anúncios de medidas da Administração Central com impacto na cidade, mesmo que contrárias aos objectivos programáticos e anunciados deste executivo, ou que simplesmente possam constituir uma qualquer pressão sobre o Governo. -----

----- Torna-se incompreensível que a Câmara Municipal de Lisboa nada tenha a dizer face ao anúncio da aplicação de portagens na CREL ou sobre o Aeroporto Internacional de Lisboa. -----

----- Mesmo nesta Assembleia, o PSD conseguiu abster-se face a uma recomendação no sentido de serem Estudados os impactos do Aeroporto na cidade e a necessidade do desenvolvimento de planos de emergência. -----

----- Não posso deixar de me lembrar de como nesta mesma Assembleia o PSD em Fevereiro de 1995, no Governo de Cavaco Silva, se absteve face a uma recomendação no sentido de a autarquia diligenciar junto dos Ministérios para que se acabasse com o estacionamento nas Arcadas do Terreiro do Paço. Nesta matéria podem gabar-se da coerência. -----

----- Mais difícil parece ser encontrar uma linha condutora entre a aprovação de uma Moção nossa em Setembro de 2000 no sentido de que a alienação do Património Público por parte da Administração Central carece-se de parecer prévio de concordância da autarquia e o actual silêncio face ao absolutamente descontrolado objectivo de venda em hasta pública de importantes parcelas e edifícios na cidade de Lisboa. -----

----- Como diferentes foram as posições, por exemplo, do Sr. Reitor da Universidade do Porto, das Câmaras da Amadora ou Almada deste silêncio da Câmara de Lisboa. --

----- B) A estes eixos caracterizadores, importa por nós e por agora fazer o balanço da gestão deste período. E aí sublinhamos 2 saldos negativos: Por um lado este foi até agora o mandato do Futebol, por outro Lisboa optou por deixar de ser uma cidade solidária. -----

----- Quanto ao Futebol: Este foi o processo que se revelou mais célere, seguramente porque o que estava em causa era o financiamento dos dois maiores clubes de futebol (Benfica e Sporting) e eventuais dívidas eleitorais. O que foi prometido de solução milagrosa e criativa nada mais tem do que a solução de sempre: o Estado a financiar o futebol profissional e em particular os clubes mais fortes. -----

----- Aquando do debate sobre este processo centramos as questões em dois termos: --

----- Por um lado, porque é que os protocolos não definiram a estratégia – quando os estádios em construção ainda não tinham obras que comprometessem outros usos – da construção de um campo municipal ou tripartido (já que os Clubes careciam do investimento municipal que agora investe a fundo perdido)? A resposta conseguiu dar o sim e o não: que até era a favor do estádio municipal mas ainda bem que não era essa a solução porque havia elevados custos de manutenção (escamoteando que a utilização do estádio pelos Clubes representaria uma receita que serviria precisamente para suportar total ou parcialmente esses custos). -----

----- Por outro, à pergunta sobre como é que o Município ia financiar dois projectos que na prática representavam para a cidade a perda de duas pistas de *tartan* para a prática do Atletismo, sem que por via do protocolo, em tempo útil, fosse feita qualquer correcção a essa situação? A resposta também foi clara: que gostava muito do Prof. Moniz (?) Pereira e que estava a pensar (mais uma despesa do Município) numa pista com bancadas móveis, etc., e, deixando depois também a explicação,

segundo a qual muitos especialistas defendiam que os estádios com pistas eram más para o espectáculo do... FUTEBOL. Em suma, mais uma vez ganhou o Futebol. -----

----- Quanto ao fim de um projecto de uma cidade solidária. Consideramos então o exemplo da iniciativa do dia sem carro. Mesmo esquecendo a trapalhada que foi a sucessão de contradições e hesitações sobre a adesão que assumiu contornos caricatos durante o dia com a divulgação nos telejornais da notícia de uma nota de imprensa da Câmara a anunciar que fecharia determinadas Avenidas sem que tal merecesse qualquer explicação pelo Gabinete de imprensa. -----

----- Mas sobre a iniciativa propriamente dita importa sublinhar o que são os eixos que a caracterizam: em 1º lugar é uma jornada de informação, sensibilização e promoção; em 2º lugar constitui-se enquanto laboratório urbano para experimentação e avaliação do impacto real de medidas de e sobre mobilidade; em 3º lugar é um momento de avaliação da situação e do impacto ambiental nas cidades. -----

----- A estes 3 elementos foi acrescentado o objectivo de que a esse dia ficasse associada uma infra-estrutura ou medida com carácter definitivo. -----

----- Sobretudo, a esta iniciativa de municípios está associada a convicção de que o sucesso da mesma será exponencial em relação às adesões e participações. Há uma dinâmica de escala que a todos beneficia. -----

----- Se um município isolado fizesse uma iniciativa deste tipo, não só a projecção e divulgação seriam forçosamente muito inferiores como seriam necessariamente muito mais cara em custos publicitários. -----

----- Mas também o seu enriquecimento quanto à avaliação ambiental e de iniciativas urbanas e de mobilidade seriam muito menos ricas, já que as experiências e resultados são posteriormente partilhados. -----

----- A não adesão enfraquece a iniciativa de municípios europeus e coloca-se numa posição comodista e oportunista de deixar aos outros a acção, mas seguramente disponibilizando-se para beneficiar das experiências e resultados dos outros. -----

----- A ideia de que o dia sem carro é só folclore merece apenas o esclarecimento irónico de que não existe em Portugal a licenciatura em Folclore mas sim a de publicidade e *marketing*. Conhecido o elevado peso que o factor humano tem nas causas do brutal numero de acidentes e das suas consequências, obrigaria a que a autarquia não negligencia-se este dado. -----

----- E não são inaceitáveis argumentos de que 1 dia não resolve o problema. Porque em nenhum lado foi dito que o faria, mas sobre tudo porque em nenhum lado ficou estabelecido que quem aderisse ao dia sem carro estaria limitado a acções nesse dia e impedido de prosseguir noutros dias. Trata-se de um valor mínimo e não máximo. O que se garante é que pelo menos 1 dia por ano as notícias abrem e giram em torno das questões da mobilidade. E esse é um efeito de escala a que todos estávamos obrigados dar o contributo e a ser solidários. -----

----- A questão dos transportes e mobilidade, pelas repercussões sociais e humanas, ambientais, económicas e energéticas, urbanas, impõem que nenhuma oportunidade se perca. -----

----- Para este executivo prevaleceu uma vez mais a opção pela navegação à vista e a falta de uma estratégia. -----

----- C) Para o futuro reafirmamos o que aqui defendemos no último debate sobre «o estado da cidade» em Junho de 2001 sobre o que deveriam ser as prioridades deste mandato: -----

----- - A reforma orgânica dos serviços, com a dupla preocupação da gestão de recursos quer humanos técnico-patrimoniais e da qualidade dos serviços ao utente/municípe. A este propósito formularia desde já a proposta de que o projecto de reorganização dos serviços fosse tão brevemente quanto possível distribuída em formato digital aos membros da Assembleia no sentido de assegurar uma efectiva participação e colaboração neste processo. -----

----- - Por outro, a retoma do Planeamento, assumindo uma estratégia de desenvolvimento e Ordenamento do Território; -----

----- - A reforma da divisão Administrativa do Território.” -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Amaral, gostaria de lhe manifestar, pessoalmente, a posição do grupo que represento, no sentido de que quando colocou à Assembleia a alteração da forma de como decorrer este ponto da Ordem de Trabalhos, pensamos que o Sr. Presidente da Câmara ao propor que fossem os Senhores Vereadores a fazer intervenções o fariam do ponto de vista da estratégia, das ideias fundamentais da política que é objecto deste debate, porque relatórios temos-los trimestralmente de acordo com o Regimento. Mas, como tal não aconteceu, do ponto de vista do partido que represento não estaremos dispostos a abrir mais excepções ao Regimento como abrimos hoje. -----

----- O que hoje estamos aqui a discutir é, essencialmente, qual é a estratégia, quais são as ideias fundamentais, o que é que está a nortear a construção desta cidade. Podemos ter várias estratégias, podemos ter a estratégia do líder do PSD, que aqui disse que a estratégia é uma espécie de magia, de ovos que saem de chapéus, e, portanto, trata-se de perguntar quem tem mais ovos, quem consegue tirar ovos dos chapéus, e com tantos ovos a saírem de tantos chapéus, de acordo com o líder do PSD, acho que ou nos acautelamos ou qualquer dia ainda estamos todos com hepatite. -----

----- Discutir hoje o estado da cidade não pode ser a repetição de debates anteriores, mas o que se passou nestes últimos nove meses. -----

----- Nós colocamos algumas questões e algumas perguntas: -----

----- Quais as novas orientações de fundo para a construção desta cidade? -----

----- Quais as novas perspectivas? -----

----- Quais as novas propostas? -----

----- O que foi alterado e em que sentido foi alterado? -----

----- Que propostas concretas e indutoras de um novo comportamento municipal foram concretizadas nestes nove meses, sabendo-se que são apenas nove meses, mas que dão, seguramente, qual é a ideia do sentido da caminhada? -----

----- Eis, Srs. Deputados Municipais e Sr. Presidente, algumas questões que nos preocupam, porque não encontramos norte nestas questões, não encontramos ideias, não encontramos estratégias. -----

----- Há nove meses a Cidade de Lisboa passou a ter uma nova direcção no Município, com uma nova orientação política. Assim decidiram os lisboetas livremente. -----

----- Independentemente da orientação ideológica que têm as forças que hoje estão no poder na Câmara, criaram algumas esperanças de que iam mudar alguma coisa. E gostaria aqui de dar-vos alguns exemplos sobre algumas delas. -----

----- Primeiro, foi garantido que esta Assembleia Municipal seria devidamente respeitada, ao contrário do que algumas vezes aconteceu, e elevada ao seu nível central do fórum democrático da Cidade de Lisboa. Isto foi dito, redito e continua a ser dito na Conferência de Líderes. Certo! Mas qual é a prática? -----

----- Vou apenas dar alguns exemplos. -----

----- Permitam-me que vos fale de uma Moção que foi aprovada, por maioria, nesta Assembleia Municipal, que, em solidariedade com o povo da Palestina, recomendou à Câmara e geminação de Lisboa com a cidade de Ramallah. Legalmente a Câmara não tem nenhuma obrigação de cumprir qualquer recomendação que esta Assembleia Municipal decida, mas a Câmara não pode fazer de conta que esta Assembleia Municipal não decidiu, não aprovou e não recomendou. Assuma, politicamente, que não quer fazer a geminação, não faça de conta que nós não existimos, já estamos fartos disso há muitos anos. -----

----- Aprovou esta Assembleia, por unanimidade, e com uma intervenção do Sr. Presidente da Câmara dizendo que se fosse Deputado Municipal, se estivesse deste lado, votaria também a favor, uma Moção sobre o orçamento participativo, que tinha um segundo ponto sobre um fórum para o Plano Estratégico da Cidade. Ouvi hoje, pela primeira vez, o Sr. Vice-Presidente dizer que está a ser elaborado um Conselho de Orçamento participativo. Mas esta Assembleia Municipal não sabe de nada, e tomamos essa iniciativa! Eu desconheço o que quer que seja, qualquer líder desconhece! Servimos para quê? Para que serve esta Assembleia Municipal? Qual é a informação que nos é dada? Onde é que participamos? Quando estiver o facto consumado e chegar aqui nós só podemos rejeitar ou aprovar! -----

----- Aprovou esta Assembleia Municipal, por unanimidade também, há um mês, uma Moção, apresentada pelo Bloco de Esquerda, onde se solicitava à Câmara – na altura nem se sabia ainda que havia o problema do jogo, mas já havia concertos e reanimação do Parque Mayer, e como eu disse na altura e está escrito na acta, ainda bem – que fosse informada esta Assembleia Municipal de qual é o projecto, qual é a ideia, o que é que se pretende fazer no Parque Mayer. -----

----- Mas passou um mês, e vi ontem, na televisão, o Sr. Presidente da Câmara, Dr. Santana Lopes, mostrar às câmaras da televisão – e muito bem, não tenho nada contra – plantas e projectos que estão a ser feitos para o Parque Mayer. Mas os Deputados Municipais não podem conhecer essas plantas, esses projectos e essas ideias que estão a ser feitas? Não temos qualquer papel? Só temos papel quando chegar aqui o facto

consumado? Desculpem que vos diga, mas isto consubstancia uma ideia, um posicionamento. -----

----- Queria dizer-lhe, Sr. Presidente da Câmara, que sou Deputado Municipal nesta Assembleia há nove anos. Consultei os líderes dos restantes partidos políticos, e foi a primeira vez que os líderes dos partidos políticos e os Deputados Municipais desta Assembleia não foram convidados, portanto não estiveram presentes no acto mais nobre desta cidade, que foi a implantação da República, no dia 5 de Outubro. -----

----- Sr. Presidente da Câmara, apresento-lhe formalmente o meu protesto por este desprestígio para com esta Assembleia Municipal. -----

----- É por isso que na última Sessão da Assembleia Municipal, depois de ter sido aprovada a Moção sobre o Parque Mayer, concluí que o já tinha ouvido nalguns corredores, até de outras pessoas de outras maiorias, que de vez em quando esta Assembleia Municipal é uma chatice onde temos que ir prestar contas. Será que é verdade? É que se verdade mude-se a lei do País, acabe-se com as Assembleias Municipais! Mas, ou estamos aqui, mais uma vez, para ter um papel do fórum democrático da cidade, ou não sabemos o que é que estamos aqui a fazer. E, pior do que isso, é que na última Sessão, depois de ter sido aprovada essa Moção, um Vereador foi à tribuna e disse o seguinte: – está também na acta – “naturalmente não se pode informar tudo à Assembleia Municipal – no caso concreto era sobre o Parque Mayer – porque o segredo é a alma do negócio”. -----

----- Isto consubstancia um conceito, mas quero dizer, Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, que estou completamente contra este conceito. Entendo que um dirigente de uma empresa, porque tem que concorrer no mercado, siga este princípio. Alguém que está num cargo público e que diga na Assembleia de que o segredo é a alma do negócio, a pergunta seguinte tem que ser só uma: qual é o negócio? Não tenho outra pergunta a fazer. -----

----- Podia continuar com alguns exemplos. O Sr. Presidente da Câmara disse-o, e eu saudei-o aqui pessoalmente porque tive sempre uma atitude, como teve sempre o Bloco de Esquerda, de dizer que não estamos aqui por princípios ideológicos, independentemente do Sr. Presidente da Câmara nos debates, por vezes, querer levar para esse terreno ideológico fazendo alguns remates para canto, mas não estamos aqui para isso, estamos para resolver problemas concretos, e sobre problemas concretos damos a nossa posição favorável quando achamos que ela é justa. Mas referia eu que o Sr. Presidente da Câmara disse um dia, na televisão, que para o Euro 2004 nem um tostão a Câmara daria. Só que depois fomos ver no concreto, e como penso que terei dito e vários terão dito também no debate que aqui trouxemos, independentemente de algumas vacilações que deixaram passar essa posição, para o Euro 2004 a Câmara não dava dinheiro mas em bens andava em cerca de 30 milhões de contos. -----

----- Trouxe o Sr. Presidente da Câmara, e a Câmara, a esta Assembleia Municipal, a certa altura, e fazia parte do seu programa como fazia parte do nosso programa, que havia um conjunto de empresas municipais que não tinham qualquer sentido. Chegou a trazer uma proposta para acabar com a LIS-Desporto, e nós dissemos estamos de acordo desde que se proteja os interesses dos trabalhadores. Estivemos contra a

criação dessa empresa como estivemos contra a criação de outras empresas municipais na gestão anterior. Sr. Presidente da Câmara foi retirada a proposta, passaram nove meses, nenhuma empresa foi liquidada, ainda não sabemos se alguma vai ser liquidada, e o que ouvimos, nomeadamente pelo Sr. Vereador Pedro Feist, é que provavelmente vai ser privatizada a limpeza e até se diz que se calhar há por aí mais empresas para criar. -----

----- Estamos para ver o que é que vai acontecer, mas até agora não aconteceu nada do que foi dito. -----

----- Propusemos, na primeira Sessão desta Assembleia Municipal, porque tinha decorrido um prazo de debate do PDM ao mesmo tempo que havia uma campanha eleitoral, que fosse suspenso esse debate do PDM e se reabrisse um debate sério e participado na cidade, porque, naturalmente, a vida evolui e nós não somos dos que pensamos que é preciso estagnar, seguramente é preciso actualizar coisas. -----

----- Foi rejeitada a nossa proposta, muito bem, é um direito democrático desta Assembleia. Mas o que não podemos entender é que rejeitada uma proposta destas a seguir seja apresentada uma proposta à Câmara onde é proposto acabar com a altura das cérceas, é proposto acabar com o limite que está posto no PDM sobre a dimensão dos equipamentos colectivos, e até é proposto que o Governo revogue o RGEU. -----

----- Podia-se dizer que é apenas uma adaptação porque enquanto vamos debater o PDM, e eventualmente nova análise do PDM, é preciso actualizar-mos porque estas medidas não estão de acordo com a realidade de hoje. Até isso podíamos dar de barato e discutir esse assunto, o que não podemos dar de barato é o conceito da proposta que foi apresentada à Câmara, que é o conceito de que não é preciso lei porque a partir daquele momento, se essa proposta passasse na Câmara Municipal de Lisboa, a única lei é “a maioria decide”. E se o conceito democrático, em torno de qualquer decisão, é o de que a maioria decide, a pergunta que se faz é para que é que existem leis. -----

----- Esse não é o conceito de um Estado de Direito Democrático, que tem que ter leis para proteger os interesses das maiorias, das minorias e, sobretudo, dos cidadãos. -----

----- É por isso que lhe quero dizer que quando olhamos para a forma como está a ser conduzida a Câmara, independentemente de coisas concretas que aqui já dissemos que estamos de acordo, até particulares, o problema que está aqui é nos conceitos e na ideia central que está feita sobre a Câmara, e queria dizer-lhe, sobre isso, que ficamos preocupados com a forma como está a ser debatida a reestruturação da Câmara, nomeadamente quando é proposto ao Sindicato que, em dois dias, dê um parecer o que fez alterar a decisão da Câmara. -----

----- E nomeadamente estamos muito preocupados com a situação dos trabalhadores, do arquivo histórico do Alto da Eira, depois do relatório do Instituto Ricardo Jorge ter dito que os trabalhadores tinham 30 dias para sair de lá porque é um assunto de saúde sério. Estamos muito preocupados com isso, achamos que a Câmara tem que se preocupar com este problema de imediato e com urgência. -----

----- Por último, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, permita-me que me dirija a si e que lhe coloque, pessoalmente, uma questão sobre a qual tenho dúvidas. Ouvi hoje, no início desta Sessão, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal ler um ofício

do Sr. Vereador Pedro Pinto sobre uma comunicação formal ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal para o Sr. Presidente informar a Assembleia Municipal dos lugares que o Sr. Vereador ocupa em várias empresas municipais. A dúvida que me surge é a seguinte: não me lembro de o Sr. Presidente da Assembleia ter dito à Assembleia Municipal que recebeu um ofício do Sr. Presidente da Câmara a solicitar-lhe que informasse a Assembleia Municipal dos cargos que ocupa, nomeadamente no Conselho de Administração de uma empresa. A minha pergunta é simples: será da minha memória ou será que o Sr. Vereador Pedro Pinto excedeu a legalidade e quis ser mais papista que o Papa. Agradeço-lhe a sua resposta, esta é a minha dúvida. -----

----- **O Senhor Presidente**, em resposta à pergunta feita pelo Deputado Municipal Carlos Marques na parte final da sua intervenção, disse que as comunicações que recebera e que leu no início desta Sessão eram da Sra. Vereadora Eduarda Napoleão e do Sr. Vereador Pedro Pinto, além de ter recebido, noutras alturas, outras comunicações de que com toda a franqueza não se recordava. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra, disse que, contrariamente ao que ali ouvira dizer, ele, que acreditava no trabalho em equipa e considerava que a Vereação era uma equipa, não se sentia nada ofendido que o Presidente da Câmara tivesse delegado nos outros membros da Vereação a intervenção inicial deste debate. Não lhe parecia que isso fosse algo de condenável, talvez não fosse o habitual mas era absolutamente natural e possível. -----

----- Disse, depois, que a partir da tomada de posse da Vereação eleita nas listas coligadas PSD/PPM, notava-se uma actuação política diferente da anteriormente seguida: mais rigor orçamental, maior transparência na resolução dos problemas e mais imaginação na procura de soluções. Antes havia aprovações verbais, hoje há protocolos votados, assinados e fiscalizados. -----

----- Assim, poderiam ter a esperança que muitos dos erros que se vinham acumulando ao longo dos últimos anos, pudessem, finalmente, ter cabal solução com a aplicação do programa da coligação vencedora do último acto eleitoral, depois de desenvolvido e permanentemente adaptado à evolução das circunstâncias. -----

----- No entanto, havia uma grave problema que contrariava a acção da edilidade, o qual resultava do elevado endividamento da Câmara. Aliás, convinha recordar que a autonomia financeira corrente, ou seja, o somatório do activo disponível e activo realizável no curto prazo, deduzido do passível exigível no curto prazo, que no exercício do ano 2000 atingia o valor positivo de 2,5 milhões de euros, caíra para um valor negativo de 31,2 milhões de euros no exercício de 2001. -----

----- Por isso, para se ultrapassar essa situação, era preciso, como de resto já estava a ser feito, transformar o passivo de curto prazo em passivo de médio e/ou longo prazo, sob pena de entravar não só o investimento mas também o funcionamento normal da Câmara. -----

----- Por outro lado, era de salientar também a não realização de integrações do activo mobilizado no exercício do ano 2000, e que no exercício de 2001 apenas se fizeram reintegrações no valor de 4,8 milhões de euros para um activo mobilizado de 2.147 milhões de euros, isto é, pouco mais de dois por mil. Mais ano menos ano teria que se

fazer essa correcção, o que afectará, drasticamente, o resultado do exercício em que a correcção vier a ser feita. -----

----- Continuando, disse que esperavam que a acção da edilidade se continuasse a pautar pelos princípios que levaram à sua escolha pelos lisboetas, e que, de acordo com os resultados de recentes sondagens, mantinha a sua confiança. -----

----- Entretanto, fazia uma chamada de atenção para uma série de problemas que, embora parecendo simples na sua maioria, eram de grande importância para milhares de pessoas. -----

----- Nomeadamente, era preciso devolver os passeios aos peões; articular os transportes citadinos; criar estacionamento em toda a cidade, sobretudo nas zonas periféricas complementando as redes do Metro e de autocarros; haver maior qualidade na recolha do lixo, designadamente no que dizia respeito a embalagens de vidro e cartão; fiscalizar permanentemente as condições de funcionamento da ETAR, junto ao Casal Ventoso, de modo a eliminar os maus cheiros que frequentemente ali se sentiam; alargar o conceito de centro histórico a núcleos de quintas espalhados por várias zonas da cidade, que devidamente recuperadas e tratadas como centros homogéneos podiam contribuir para a melhoria das condições de vida da urbe, quer pela diversificação da paisagem, quer pela melhoria da qualidade do ar; acompanhar as obras do Metro influenciando as decisões no que diz respeito a traçados, de modo a que não se repitam situações como as que se estavam a passar no Terreiro do Paço e que eram facilmente previsíveis. -----

----- Era ainda preciso mandar proceder, por entidades idóneas, ao levantamento da situação das fundações dos edificios da Baixa Pombalina, como, aliás, já foi recomendado pela Assembleia Municipal; mandar verificar, por entidades competentes, por exemplo os sapadores bombeiros, a situação de segurança, ou insegurança, contra incêndios em prédios da zona histórica da cidade; e, finalmente, porque a falta de água potável seria um dos grandes problemas do futuro, deveria a Câmara incentivar a criação de grupos de estudo prevendo a reciclagem de água utilizada e processos de dessalinização de água salgada. -----

----- Estas três condições finais seriam, quanto a si, coisas de grande importância mais ano menos ano, a médio ou a longo prazo. A questão das fundações dos edificios da Baixa Pombalina podia degenerar numa catástrofe de um momento para o outro, porque cada vez que se fazia uma obra, cave nova ou um novo túnel na Baixa, os níveis friáticos baixavam e as condições de segurança pioravam. -----

----- Quanto aos incêndios nem valia a pena falar muito, bastava apenas lembrar que aquilo que acontecera no Chiado podia acontecer em qualquer outra zona da parte velha da cidade. E a questão da água era uma questão estratégica e de grande importância. Sabia que a Câmara não tinha possibilidades de ser ela a fazer esses estudos, mas devia ser ela, como sugerira, a incentivar a criação de grupos que preparassem a reciclagem da água, como se fazia já em muitos lados há mais de 50 anos, e também a dessalinização da água já que isso poderia ser fundamental para a resolução dos problemas de abastecimento. -----

----- Aliás, bastava lembrar que a maneira como vinham sendo feitas as urbanizações em que as pessoas se concentravam numa estreita faixa junto à costa, levava a que cada vez se fosse mais longe buscar água nas captações, portanto baixando os níveis friáticos. Há sítios onde mais ano menos ano as árvores teriam falta de água e a verdura desapareceria bastante. -----

----- **O Deputado Municipal Ricardo Chaves (PSD)**, no uso da palavra, disse que antes de iniciar a questão de fundo, pretendia apresentar três questões prévias. -----

----- Em primeiro lugar, a questão do método utilizado pelo Executivo para expor o que é, na sua perspectiva, o estado da cidade. Quanto a essa matéria era de relembrar, não que tivesse visto por experiência própria porque era novo na Assembleia, mas porque outros colegas Deputados Municipais lhe tinham dito como sendo um hábito do anterior Executivo, que antigamente também eram os Vereadores a expor o estado da cidade, e não apenas o estado da cidade mas também a actividade da Câmara em virtude da ausência do Presidente na Assembleia Municipal, o que não acontecia na vigência do actual Executivo. Portanto, logo aí tinham uma certa diferença. -----

----- Em segundo lugar, tendo-se referido que os discursos dos Vereadores teriam sido imperceptíveis, quanto a essa matéria da imperceptibilidade queria dizer que não a sentiram na bancada do PSD. Não sabia se o problema seria do discurso dos Vereadores se da percepção dos Deputados Municipais, já que o que se discutira ali hoje foram problemas da cidade, com maior ou menor concretização, e os Deputados Municipais tinham que perceber e ter atenção àqueles problemas concretos e não apenas àqueles que ao contrário do que muitas vezes diziam eram os problemas do *show business* e do aparato na Assembleia. -----

----- Uma terceira questão prévia, com a qual tinha que se solidarizar e estava quase compungido com ela, tinha a ver com a injustiça do resultado eleitoral, porque com os relatos de uma Lisboa alegre, feliz, sem problemas e dinâmica, que os Deputados Municipais da oposição ali traziam, não percebia como era que essa coligação tinha perdido. Aliás, se perdera, foi com certeza por injustiça! De qualquer forma, a vida é como é, e neste momento a situação era outra. -----

----- Apresentadas as questões prévias, disse que ia falar do estado da cidade, uma cidade que não nascera ontem, mas uma cidade que já existia há muitos séculos e que foi herdada pelo actual Executivo tal qual como existia. E o actual Executivo tinha uma herança financeira de 550 milhões de euros de endividamento, uma herança de uma dívida de curto prazo que crescia porque não se controlava a entrada de facturas, uma herança do Executivo anterior que se endividara, e endividara-se largamente, quando tinha índices de cobrança da taxas, essas sim receitas próprias da Câmara e que a Câmara tinha por lei o dever de cobrar, na ordem dos 30 a 40%. -----

----- E isto porque, como já se viu pelos organigramas mostrados, a organização não era o forte do anterior Executivo, pois à dificuldade de cobrar efectivamente as taxas preferia reuniões nos bancos onde rapidamente se firmava um contrato de financiamento para continuar a sua alegre obra nesta Lisboa feliz. Era assim que funcionava! -----

----- Quanto ao novo financiamento, disse que era bom que ficasse claro que 65 milhões de euros tinham sido contraídos para efeito de habitação social, herdada. Como era óbvio o problema da habitação social era um problema que ainda existia e o actual Executivo tinha todo o interesse em resolvê-lo, e resolvê-lo o mais rapidamente possível e da melhor forma. Mas era bom que não imputassem, mais uma vez, a dívida contraída pelo actual Executivo como se fosse nova, já que apenas 15 milhões de euros seriam para os novos projectos, o que já de si deixava bem evidente a dificuldade que o actual Executivo teria para executar o seu programa eleitoral depois de receber uma Câmara cuja autonomia era praticamente nula. -----

----- Sobre a situação da Câmara do ponto de vista administrativo, disse que também aí houve uma herança dinâmica, uma herança que, como alguns Deputados Municipais já frisaram, ficara e havia de ficar por muito tempo porque os números eram expressivos e arrebatadores: 16.000 processos de obras e 40.000 processos para tudo o resto. Depois de se excluírem os processos com mais de cinco anos – e estavam a falar de processos que há mais de dez anos estavam na Câmara – 16.000 processos de intimação para obras coercivas. Mais uma vez funcionara a tal criatividade que os colegas Deputados Municipais costumavam dizer de televisiva, que foi chamar 144 advogados estagiários para tentar dar vazão a esses processos. -----

----- Portanto, essa era a tal herança dinâmica! Se alguém na sua família lhe deixasse uma herança dessas, talvez renunciasse à herança, coisa que ali, infelizmente, não podiam fazer. -----

----- Por outro lado, em termos da herança no plano da habitação, a conversa era outra. E era outra porque isso não era apenas responsabilidade da política do Executivo, mas era também, e foi já objecto de pronuncia da Assembleia Municipal, neste mandato em que uma parte da Assembleia se pronunciara contra o fim do crédito bonificado à habitação. Ora, se tivessem o cuidado de analisar com profundidade o problema da habitação em Lisboa, com certeza verificariam que o problema da especulação, o problema de haver gente que queria morar no centro da cidade e não podia porque ou não havia espaço ou o que havia era muito caro, era um problema de aquisição de habitação própria que depois era vendida e revendida. -----

----- E dizia revendida porque na maior parte dos casos estava a falar de jovens que depois de comprar o seu primeiro T1, do qual se pretendiam desfazer passados três ou quatro anos, não precisariam de comprar e prefeririam, porque financeiramente seria com certeza uma melhor opção, arrendar se houvesse um efectivo mercado de arrendamento, coisa que nunca existira nem foi fomentada, quer pelo anterior Governo em sede própria, quer pelo anterior Executivo da Câmara Municipal de Lisboa naquilo que estava na sua dependência. Esse era o problema da habitação se fosse encarado realisticamente, coisa que não tinha sido até ao presente. -----

----- Aludindo ao problema do trânsito na cidade, disse que o que pretendia referir sobre essa matéria se dirigia especialmente ao PS, que estava ali representado na Assembleia Municipal como no resto do País, e nomeadamente foi representado pelo anterior Governo em toda a sua política. Ora, o que acontecia era que foi o anterior Governo – e quem quisesse poderiam consultar os pormenores porque os tinha todos –

que assinara o famoso FRA Global com a Lusoponte, no qual o Governo português se comprometera a não actualizar as portagens da ponte durante 30 anos. Isto porque não tinham coragem para tomar a decisão e tiveram o desprante de pressupor que nenhum outro Governo a teria e, de facto, com as portagens a 150\$00 na ponte era impossível fechar a entrada de carros na cidade. -----

----- Ainda no domínio do trânsito, disse que era muito mais fácil como o anterior Executivo fazia fechar a cidade durante um dia, o tal “Dia Sem Carros”, que sem dúvida era um dia maravilhoso para quem gostasse de andar a pé, pudesse chegar mais tarde ao trabalho ou não tivesse responsabilidades, portanto que não lhe fizesse diferença o caos da organização. Esta era a forma anterior de fechar a cidade, mas o actual Executivo tinha a legitimidade do voto para tentar outras formas perante essas que não resultaram. -----

----- O problema do estacionamento, também já ali referido, era outra herança que, essa sim, os deveria colocar à parte de querelas partidárias na Assembleia, porque, de facto, o problema do estacionamento era um problema complexo quando Lisboa sofria, neste momento, a concorrência de vários concelhos limítrofes que em breve teriam sistemas de transporte altamente integrados e que eram concorrência efectiva no que dizia respeito à deslocação de população de Lisboa para fora ou de não entrada de população para dentro de Lisboa. O problema de Lisboa, especialmente nas zonas residenciais e nas zonas antigas, era um problema que não poderia ser resolvido tão rapidamente por falta de meios, por falta de recursos, como seria necessário, mas era um problema urgente que deveria levar ao consenso de todos e não à divisão. -----

----- A terminar, disse que o estado da cidade era mau, foi por isso que o resultado eleitoral foi o que foi, e o actual Executivo municipal estava a tentar melhorá-lo. Mas, porque o Executivo também tinha sido acusado de gerir mal o tempo das suas intervenções, pretendia dizer a esse propósito que certamente não gerira tão bem o tempo como aqueles que de doze anos fizeram um tempo demasiado longo no que dizia respeito à acumulação de problemas, e de doze anos fizeram um tempo demasiado curto no que dizia respeito à resolução dos problemas da Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal António Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “Os Jogos de Lisboa, iniciativas/actividades da Cidade de Lisboa, vinham funcionando à vários anos, em parceria com as Juntas de Freguesia, colectividades, associações, federações e população da Cidade de Lisboa. -----

----- A existência de um vasto quadro competitivo da modalidade de Futsal em todos os escalões, a existência de um conjunto de torneios em várias modalidades colectivas, o atletismo, o desporto para deficientes e idosos, a prática de natação, assim como as Escolas e Escolinhas Municipais de Desporto, foram algo alcançado pela população ao longo de vários anos de trabalho e desenvolvimento da prática desportiva em parceria. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa, ao acabar com os Jogos de Lisboa, numa altura em que os incentivos aos jovens são cada vez mais escassos, está a impossibilitar

milhares de jovens da prática regular desportiva, que tinham já por hábito desenvolver. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vereador Pedro Feist, num espírito de relações de cooperação entre Câmara, Juntas de Freguesia e Movimento Associativo, impunha-se a auscultação a todos os parceiros desta área. -----

----- Não sendo ainda oficial, as medidas já anunciadas, com a dispensa de quadros técnicos, levam-nos a acreditar que a Câmara colocará os jovens ao abandono, sem qualquer apoio na formação técnica, sem possibilidades de desenvolver a prática desportiva, entregues a si próprios. -----

----- Lembramos que o Decreto-Lei 407/99 revela que um dos principais factores do desenvolvimento do desporto é a qualidade dos recursos humanos, nomeadamente a formação desportiva. -----

----- A “Lisboa Feliz” que de facto existia, com actividades desportivas, que aos fins de semana se desenvolviam em todas as instalações desportivas da cidade e aos fins de tarde nos locais de formação, que tornavam de facto mais feliz a nossa juventude, é hoje uma Lisboa triste, desprovida de incentivos para os jovens. -----

----- Que pretende a Câmara ao acabar com os Jogos de Lisboa? -----

----- Privar a população, essencialmente juvenil, da prática saudável do desporto popular, em benefício do espectáculo? -----

----- Será mais importante para a população a construção de um casino? -----

----- Consideramos isto uma total falta de respeito aos direitos dos jovens em particular e da população em geral, assim como ao Movimento Associativo, que tanto tem contribuído para dignificar o desporto popular. -----

----- Sr. Presidente da CML, Sr. Vereador Pedro Feist -----

----- Sabiam que os critérios de apoio ao Movimento Associativo, foram os próprios que o aprovaram, em plenário com as colectividades? -----

----- Sabiam que os clubes populares reconheciam que para receberem apoios tinham que apresentar planos de trabalho? -----

----- Qual o apoio que está previsto para o Movimento Associativo de Lisboa?

----- Pretende a Câmara regressar ao passado do chapéu na mão? -----

----- O Movimento Associativo tem direito ao apoio, porque os seus dirigentes desempenham um alto papel social, sem qualquer proveito, põem muitas vezes em risco a sua vida privada e o seu emprego, em prol do trabalho que desenvolvem nas colectividades. Trabalho esse que serve de prevenção à toxicodependência, por isso dizemos que a política seguida contribuirá para a catástrofe social. -----

----- O estado da cidade é de facto um estado doente. -----

----- Sr. Vereador Pedro Feist, a intervenção que fez aqui neste palco não ficará esquecida. Por isso, já entreguei ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal um requerimento a exigir que o Senhor apresente, por escrito, a situação que informou em relação à LIS-Desporto. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Figueiredo (PS)**, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “Hoje fiquei perplexo com aquilo a que assisti no início deste debate. Sendo o meu primeiro mandato na Assembleia Municipal e a primeira vez que assisto e participo no debate do “Estado da Cidade” pensava que iríamos debater o presente e o futuro da Cidade. Afinal, assistimos a intervenções por parte da Câmara que mais pareciam um debate sobre os procedimentos e circuitos administrativos da Câmara Municipal de Lisboa. Até estava à espera, e só faltou isso, que nos explicassem quantos carimbos deve ter uma factura que dá entrada na Câmara! -----

----- Aquilo a que temos assistido, neste primeiro ano de mandato, é a uma boa estratégia de comunicação política do Presidente da Câmara, assente, apenas e só, em três ou quatro ideias, aproveitando o *show off* mediático que o envolve, a par de uma gritante fragilidade dos vereadores que o acompanham. Fragilidade que hoje se comprovou e que talvez justifique o concentrar da representação da Câmara apenas e só no seu Presidente. -----

----- Daí resulta, por exemplo, a total insensibilidade da Câmara aos problemas das pessoas no domínio da habitação. -----

----- Desde logo, no facto de estarem por entregar, ou serem entregues a conta gotas, dezenas de casas, construídas na anterior gestão camarária, destinadas a realojamentos. A Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa disse: realojámos, entregámos, fizemos! -----

----- Senhora Vereadora, a Senhora não entregou uma única casa que não estivesse feita desde Dezembro e que não pudesse ter sido entregue no primeiro mês do vosso mandato. -----

----- Será que não entregam as casas para que, com o correr do tempo, as pessoas se esqueçam que não foram os senhores que as construíram? E para tal, não se importam com o facto de dezenas de famílias continuarem a viver em péssimas condições? Chega a esse ponto a vossa insensibilidade? -----

----- Igualmente graves são as informações, que nos chegam, de completa e assumida incapacidade de dar continuidade ao trabalho social que estava em curso e projectado nos bairros municipais. Será que os senhores querem deixar degradar as condições sociais, dessas zonas da cidade, para então poderem afirmar que a política de realojamentos foi mal conduzida? Será que não se preocupam com as pessoas que lá vivem? A manter-se esta política a responsabilidade de futuros problemas que venham a ocorrer só pode ser imputada a esta Câmara e à Vereadora Helena Lopes da Costa! -

----- Do mesmo modo, é gritante a insensibilidade da Câmara, na pessoa do Vereador Pedro Pinto, às condições em que vivem milhares de lisboetas. Só assim se pode explicar a não celebração, com as Juntas, dos protocolos de descentralização de competências para a realização de pequenas obras em habitações particulares. Protocolos utilizados para acorrer a milhares de situações em que estávamos em presença de proprietários descapitalizados e pessoas de fracas posses. Pessoas que vivem em condições muito difíceis e que não podem aceitar as justificações ideológicas do Vereador Pedro Pinto. Parafraseando o actual Primeiro-Ministro isso é que é a mais pura sucata ideológica! -----

----- Sucata ideológica que implica perigo e más condições de vida para as pessoas, que é da responsabilidade da Câmara e do Vereador Pedro Pinto! -----

----- Sucata ideológica que terá de começar a ser desmascarada pelas Juntas de Freguesia junto dos milhares de lisboetas que se dirigem à Câmara e às Juntas por escrito e nos atendimentos, explicando porque é que por motivos ideológicos esta Câmara entende que não devem ser resolvidos esses problemas! -----

----- Quanto à referência feita à listagem de prédios degradados e devolutos aqui abordada pelo Deputado Municipal do CDS-PP, aliás, a única matéria da sua intervenção que merece ser comentada: Bem se vê que é uma amostra de um total desconhecimento, esta listagem está cheia de erros e omissões, identificados pelas Juntas e que se mantêm. Só foram alvo de intervenção meia dúzia de prédios. Daí que esta intervenção do Deputado Municipal do CDS-PP seja uma “amostra” do seu desconhecimento sobre as matérias municipais. Já era tempo do Sr. Presidente de Câmara perder cinco minutos a mandar corrigir estes erros que estão no *site* da Câmara. Não o terem feito é a prova de que não voltaram mais ao assunto. -----

----- Uma última nota relativa à informação do Sr. Vice-Presidente da Câmara sobre o facto de a ligação da Rotunda das Olaias à Praça Paiva Couceiro ir ser completamente concluída até ao início do mês de Março de 2003. Até porque sou morador na Freguesia de São João. -----

----- Face ao estado das obras, à existência, no traçado projectado da via, da sede da Junta de Freguesia e de uma esquadra da PSP e ao facto de a nova sede da Junta de Freguesia de São João ter as suas obras atrasadas, por única e exclusiva responsabilidade da Câmara, eu atrevo-me a afirmar que nunca, até 1 de Março de 2003, esta ligação estará completamente concluída. -----

----- Até porque não me parece que queiram expropriar a Junta! -----

----- Só vejo três hipóteses: Ou os serviços andam a informar mal o Sr. Vice-Presidente da Câmara e não conhecem o ponto de situação das obras da via e da nova Junta; ou o Sr. Vice-Presidente não conhece os assuntos ou é um grande optimista; ou mentiu, o que nem de perto nem de longe acredito, à Assembleia Municipal. -----

----- Daí que o desafie a fazer uma aposta comigo Sr. Vice-Presidente: a ligação da Rotunda das Olaias à Praça Paiva Couceiro não irá ser completamente concluída até ao início do mês de Março de 2003. -----

----- Cá estaremos para ver o resultado da aposta! -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “É usual estabelecer paralelismos à vida das cidades e a dos seres humanos. -----

----- O centro da cidade é o coração. -----

----- Zola referia-se ao mercado de Les Halles como o “ventre de Paris”. -----

----- O sistema viário de uma cidade pode assemelhar-se ao sistema vascular de um ser vivo. -----

----- É daqui se pode alargar o paralelismo até às questões de saúde e das maleitas que podem atacar umas e outros. -----

----- Poderemos dizer, sem optimismo exagerado que Lisboa goza de boa saúde de algumas décadas a esta parte. -----
----- Mercê, justiça seja feita de uma sequência de autarcas que sabiamente têm gerido as crises simultâneas e antagónicas de crescimento e envelhecimento. -----
----- Quando hoje aqui se debate o estado da cidade não será inoportuno discorrer sobre o estado de saúde da nossa cidade. -----
----- Adivinham-se duas patologias graves. -----
----- A obesidade, talvez mesmo a elefantíase -----
----- E a arteriosclerose. -----
----- A obesidade: a recente sugestão posta ao Executivo municipal de suspensão das normas do Plano Director e a revogação das disposições da lei geral do País que controlam a altura dos edificios substituindo-as pelo arbítrio, afecta os direitos da população à salubridade, à luz e ao desafogo, à privacidade e à acessibilidade e traria, se fosse por diante, consequências patológicas para o corpo da cidade. -----
----- O património da nossa cidade, a beleza do seu corpo edificado, reside na claridade, no perfil, nas vistas, na cor na harmonia da coexistência de Alfama e do Bairro Azul, da Baixa e dos Olivais, das Amoreiras e do Centro Cultural de Belém. --
----- Acompanhem-me neste terrível pesadelo: -----
----- Estamos a meio do Tejo ou sobre a Ponte 25 de Abril. -----
----- De repente a cidade começa a empolar-se: -----
----- Um prédio aqui outro ali, segundo a vontade dos proprietários e o beneplácito da Câmara, o perfil está irizado de torres e em breve (desculpai a fealdade da imagem) uma crosta de andares a mais (fieis à altura do *pastiche*) cobrirão a cidade – agora obesa e feia. -----
----- Horrível visão, como diria Dante, a deste terramoto que destruiria a cidade de baixo para cima. Esperamos da parte do Executivo palavras que nos retirem deste pesadelo. -----
----- Com a obesidade vêm os problemas cardiovasculares: -----
----- O sistema viário da cidade do casco antigo está á beira de uma trombose múltipla. -----
----- Não cabem mais carros no centro. Nem em movimento, nem estacionados. A cidade já não pode com o seu próprio peso. -----
----- Dá para reflectir o Relatório de Gestão e Contas de 2001 da EMEL: -----
----- Existem 40.230 lugares demarcados nas ZEDL's (Zonas de Estacionamento de Duração Limitada) para 44.662 cartões, ou seja um *deficit* de mais de 4.000 lugares. -
----- No Bairro Alto cada lugar é disputado por 3 residentes. -----
----- Os estacionamentos edificados, a fazerem-se, deverão garantir a satisfação das exigências de estacionamento para os residentes e não serem atracção para o tráfego exógeno. -----
----- Assiste-se hoje no sistema circulatório da cidade a uma situação bizarra: -----
----- Faz-se um *by-pass* nas Amoreiras. -----
----- E todos nós sabemos que um *by-pass* remedeia mas não cura. -----

----- E que a sua eficácia é, infelizmente, limitada no tempo e que daqui a 10 anos, se entretanto não for alterada a política de circulação e transportes da Câmara será necessário construir outro túnel, talvez a uma cota mais baixa e 10 anos depois outro talvez a uma cota mais alta... -----

----- Paradoxalmente aventa-se a hipótese de laquear uma importantíssima artéria do sistema circulatório da cidade: sugere-se que os comboios da linha de Cascais tenham o seu término em Algés. -----

----- E aqui nos encontramos perante uma situação que vai ao arpejo de um princípio fundamental do pensamento urbanístico actual: -----

----- Os que egoisticamente egoisticamente chegam à cidade em transporte individual (praticamente um passageiro por carro) são acarinhados. -----

----- Os que civicamente utilizam os transportes públicos são penalizados. -----

----- Não há duvida que hoje o Parque Mayer constitui um tecido necrosado da nossa cidade. -----

----- Mas da mesma maneira que existe uma medicina regenerativa o urbanismo também tem saberes de revitalização de tecidos urbanos. -----

----- Os exemplos são numerosos. Évora que há 30 anos era uma cidade morta está hoje revigorada, o Marais, em Paris que há 50 anos era um bairro degradado é hoje um sítio agradável para estar e viver. -----

----- O nosso Chiado morto e incinerado ressuscita. Para confirmar esta afirmação fomos no domingo passado ao fim da tarde ao Chiado. O dia estava chuvoso mas o espectáculo urbano era gratificante: havia os que saíam do S. Carlos de uma Opera Portuguesa, poderia haver os que saíam do S. Luiz se estivesse a funcionar, não havia um lugar vago na esplanada nem no interior da Brasileira, a Bertrand de portas abertas, cheia, os Armazéns do Chiado vivíssimos. Temos Chiado! Foi lenta a recuperação, mas hoje o Chiado está vivo, sem que para isso, passe o exagero moralista, fosse preciso vender a alma ao diabo. -----

----- Receamos que a solução apontada para recuperação do Parque Mayer não conduza a um êxito semelhante: -----

----- E que, voltando à linguagem clínica, venha a constituir um quisto. -----

----- Um tecido que vive ensimesmado e alheio ao que se passa à volta e que não contribua para induzir vida urbana circunvizinha antes para a estiolar. -----

----- Fundamentamos estes receios no predomínio de uma entidade privada na gestão do complexo, o predomínio do espaço encerrado sobre o espaço público de livre fruição (como no Chiado) a natureza e comportamento de um número significativo de utentes, a possibilidade de sair ou entrar envolto na capsula do transporte privado, as características de propriedade (ainda me recorde de para entrar no Parque Mayer ser preciso pagar). -----

----- Tudo isto constituindo uma espécie de “condomínio fechado” de jogo e lazer. --

----- O diagnóstico e os receios aqui ficam. -----

----- Tudo isto para que Lisboa seja bela e saudável.” -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que se estava quase no final do debate sobre o estado da cidade, não se iria lamentar, uma

vez mais, do facto de não terem tido o privilégio de auscultar a opinião do Sr. Presidente da Câmara, porque certamente, no período que ainda faltava e com a disponibilidade habitual do Sr. Presidente da Câmara, teriam possibilidade de perceber as linhas de actuação que iriam pautar o mandato. -----

----- Aliás, para não continuarem a ter as agradáveis notícias vindas, por exemplo, de um qualquer Salão Internacional, como Barcelona, onde ficaram a saber mais uma novidade estratégica do pensamento do Sr. Presidente da Câmara para a Cidade de Lisboa, que por acaso, curiosamente, era um pensamento estratégico que estava um pouco em contradição com aquilo que foram as suas promessas eleitorais. -----

----- Mas como já hoje ali falaram muito de ética na política, que, aliás, era uma coisa a que o Sr. Presidente da Câmara se referia, e muito bem, com enorme insistência, entendia que deveriam começar a pautar-se também no sentido de procurar cumprir e honrar os compromissos. Porque, se se apresentaram ao eleitorado com um determinado programa, era evidente que era com base nesse programa que teriam que ser avaliados. E aquilo que, no final de nove meses de mandato, começavam a poder perceber no que dizia respeito à actuação da Câmara Municipal, liderada pelo Dr. Santana Lopes, era que houve um projecto eleitoral e agora estavam a ter uma nova forma de fazer política na cidade. -----

----- Nova forma legítima no que concerne àquilo que foi a gestão de esquerda, isso para o PS era absolutamente incontestável, nunca ninguém os ouviu, nem ouvirá, contestar aquilo que foi o resultado eleitoral já que eram democratas sempre e não apenas quando ganhavam, portanto o povo decidira estava muito bem decidido, isso para o PS era uma questão perfeitamente arrumada. Mas havia outra questão que importava analisar, que era qual foi o programa sufragado pelo eleitorado. -----

----- Essa era uma questão pertinente porque, por exemplo, o Sr. Dr. Santana Lopes apresentara-se ao eleitorado de Lisboa propugnando por uma requalificação dos transportes públicos na Cidade de Lisboa, defendendo, e muitíssimo bem – aliás era uma coisa em que estavam praticamente todos em consonância, o problema era sempre a prática – que era absolutamente essencial valorizar e requalificar os transportes públicos, por forma a que, finalmente, pudessem melhorar a qualidade de vida na cidade. -----

----- E daí que não pudessem deixar de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara o que acontecera entretanto para que, passado tão pouco tempo, uma das primeiras propostas sobre essa matéria fosse o tão célebre túnel, de que já falaram mas voltariam ainda a falar até porque o Sr. Presidente da Câmara assumira um compromisso com a Assembleia. É que, pese embora aquilo que a Câmara reiteradamente vinha procurando transmitir à Assembleia, designadamente através do Sr. Vice-Presidente e do Sr. Vereador Pedro Pinto, relacionado com o facto de que pela primeira vez havia um projecto que tinha sido colocado a debate público, havia uma coisa que estava por cumprir e que tinha sido ali assumida pelo Sr. Presidente da Câmara aquando do debate sobre o Orçamento. -----

----- Na verdade – recordou – o Sr. Presidente da Câmara, perante uma proposta que a bancada do PS lhe apresentara no sentido de que seria útil que antes de qualquer

decisão sobre essa matéria houvesse um grande debate na Assembleia Municipal, aconselhara a sua própria bancada parlamentar a votar favoravelmente a recomendação, e daí que ela tivesse sido aprovada por unanimidade. Só que, até hoje, também essa proposta não teve execução! Mas sabendo-se como se sabia a disponibilidade que o Sr. Presidente da Câmara tinha para debater as ideias para a cidade, certamente isso seria apenas por uma questão de agenda da Câmara. -----

----- Por isso, tornaram público que hoje na Conferência de Líderes ficara mais ou menos apalavrado que a Assembleia Municipal iria realizar um debate sobre essa matéria numa de três datas a encontrar com o Sr. Presidente da Câmara, que com certeza em três datas teria disponibilidade para encontrar uma para a realização desse debate, que sem dúvida era um debate importante para a cidade, já que o que estava em causa não era apenas saber se o túnel era de uma ou de outra dimensão, ou se acabava no Marquês de Pombal ou ia continuar, porque já percebiam que havia novas versões. O que estava em causa era saber o que se queria para a cidade, que espaço público para a cidade, que vivência para a cidade e também que meios para possibilitar as acessibilidades na Cidade de Lisboa. -----

----- Continuando, disse que o PS tinha razões para ficar altamente preocupado, sobretudo na sequência da informação que o Sr. Presidente da Câmara fizera em Barcelona, presumia que em primeira mão, a propósito da projectada intenção de fazer com que a linha de comboio de Cascais deixasse de terminar no Cais do Sodré e passasse, numa primeira fase, a terminar em Alcântara e, numa segunda fase, em Algés. De facto, a preocupação e o espanto do PS relativamente a essa matéria era imenso, por várias razões. -----

----- Desde logo, porque mais uma vez se podia constatar uma divergência entre aquilo que era a ideia apresentada e maioritariamente sufragada pelo eleitorado, e aquilo que estava agora na génese dessa proposta, porque aquilo que estava na génese da proposta tinha a ver, apenas e tão só, com a qualidade de vida no espaço e zona de lazer das chamadas docas da cidade. Esta, para o PS, era uma questão inaceitável mas porque queriam perceber desejavam que o Sr. Presidente da Câmara transmitisse à Assembleia Municipal que projecto tinha para Lisboa, no que concerne, por exemplo, à penetração de veículos na cidade. -----

----- De facto, pela amostra – amostra apenas esta que não outra obviamente – tinham que ficar preocupados, e preocupados porque isso demonstrava que havia uma intenção cada vez maior para se enveredar por aquele que era o caminho do presente quando se deveria enveredar pelo caminho do futuro, e o caminho do futuro era que cada vez teriam que ter menos automóveis particulares na cidade, cada vez teriam que ter menos automóveis no centro da cidade. Mas esta proposta, manifestamente, vinha contrariar tudo aquilo que era pensamento estratégico. Pensamento estratégico que, começavam a perceber, era também uma matéria que certamente não existia muito na actual Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Poderia o Sr. Presidente da Câmara dizer-lhe, como estava a procurar dizer, que no tempo da anterior coligação não havia, mas a isso responderia que havia, e tanto havia que os instrumentos de planeamento que hoje existiam foram aprovados pela

Vereação de esquerda e foram fundamentais para o desenvolvimento da cidade. E esses instrumentos, todos concordavam a começar pelo Sr. Presidente da Câmara, que neste momento começava a ser necessário que fossem revistos e actualizados, e para isso o PS estava aberto, mas havia regras e condições. -----

----- Por isso, perguntava ao Sr. Presidente da Câmara quais eram as regras, qual era o princípio e qual foi a base para que a Câmara tivesse escrito à Direcção Geral do Património para permitir alterações de volumetria e também do uso de algumas propriedades pertença do Estado. Fazia esta pergunta porque, numa notícia veiculada em vários órgãos comunicação social, se referia que a Câmara Municipal teria comunicado à Direcção Geral do Património que estava a desenvolver um processo para alterar o uso de determinados imóveis por molde a facilitar a sua venda. -----

----- Daí colar ao Sr. Presidente da Câmara as seguintes perguntas: -----

----- O que se passa sobre esta matéria? -----

----- Qual é a Câmara Municipal que apresenta esta proposta? -----

----- Isto é uma execução de uma deliberação camarária? -----

----- É ou não é uma proposta avançada pela sua Vereação? -----

----- Com que princípios, com que ideias, com que horizontes? -----

----- E a Assembleia Municipal não pode dizer nada, não é ouvida sobre esta matéria? -----

----- É que estavam a falar de áreas, que tanto quanto sabia e julgava saber pelo empenhamento do Sr. Presidente da Câmara noutros tempos, em relação às quais tinha desenvolvido um grande interesse no Património. Referia, por exemplo, a zona envolvente ao Palácio da Ajuda e também o Quartel do Carmo, áreas com grande simbolismo, áreas emblemáticas em relação às quais era importante que a Câmara e a Assembleia soubessem o que o Presidente da Câmara pensava. -----

----- Isto era apenas um exemplo, mas um exemplo preocupante a confirmar-se que existia, e não estava a levantar nenhum falso testemunho até porque tinha consigo o jornal e que se soubesse até hoje não tinha havido o mínimo desmentido. Na verdade aquilo que a notícia dizia era muito mau para a Câmara Municipal, já que colocava em causa até o interesse do Município de Lisboa. -----

----- Outra questão que se relacionava com esta tinha a ver, segundo disse, com uma outra já tornada pública também e que tinha a ver com o facto de no processo de revisão do PDM – e aqui uma nuance, com ou sem revisão já que o Sr. Presidente da Câmara teria falado, eventualmente, em suspensão de normas – procurar aplicar um novo conceito, legítimo na sua óptica, de que a Cidade de Lisboa ainda tinha capacidade para construção em altitude. E teria dito o Sr. Presidente da Câmara, também reiteradamente, que era necessário que fossem capazes de ser mais inovadores mais inventivos, porque a Cidade de Lisboa ainda tinha capacidade para um maior índice construtivo. -----

----- E quanto a esta questão o PS tinha que manifestar a sua discordância de princípio, embora não fossem dogmáticos rigorosamente em nada, e nesta matéria também não eram até porque seria uma contradição da sua parte. No entanto, nesta como noutras matérias entendia o PS que era necessário começar pela base, e a base era discutir o que era que estava no pensamento estratégico. Portanto, lá iam de novo

tentar saber o que pretendia o Sr. Presidente da Câmara para o futuro da Cidade de Lisboa, que seria certamente o melhor, mas com certeza permitir-lhes-ia que tivessem também opinião própria e que quisessem discuti-la, humilde mas democraticamente. -

----- Prosseguido, disse que, para terminar, desejava deixar duas breves notas. -----

----- Uma primeira nota que era desagradável porque de novo ia ter que recorrer a um papel que era uma edição da Câmara Municipal de Lisboa. Já uma vez trouxera à colação numa reunião da Assembleia, manifestando o seu desagrado, a questão de um documento feito pelo Departamento de Acção Social a propósito da manifesta ligação entre o nome da candidatura da coligação a que o Sr. Presidente da Câmara presidira às eleições autárquicas e esse papel que andara circular feito pelo Departamento de Acção Social. Na altura foi dito que teria sido um lamentável e terrível lapso, mas sucedeu que o lamentável lapso voltara a acontecer e dois lapsos sobre a mesma matéria e pelo mesmo Departamento eram lapsos a mais. -----

----- De facto, era de muito mau gosto essa colagem abusiva feita pela Câmara Municipal de Lisboa entre aquilo que foi a designação da coligação a que o Sr. Presidente da Câmara presidira e aquilo que era uma iniciativa camarária. Isso era um absurdo! Não era com isso que se ganhava ou perdia eleições, estavam todos de acordo, mas era uma questão de ética, uma questão de comportamento e uma questão de ser e de estar. E para quem dizia, como dizia lididamente uma Vereadora do actual Executivo de que não gostava de referências ao 25 de Abril, também ele podia dizer que não gostava de referências ao passado, este tipo de passado era vergonhoso e não dignificava rigorosamente nada a equipa a que o Sr. Presidente da Câmara lidera. -----

----- Uma segunda nota para dizer que sabendo que o Sr. Presidente da Câmara tinha sido eleito, por unanimidade, numa sessão camarária para representar o Município, e muitíssimo bem, na sociedade que geria a Parque EXPO, desejava perguntar-lhe se já tinha regularizado, perante a Assembleia Municipal, a informação que tinha que fazer dessa eleição. Como o Sr. Presidente da Câmara sabia era uma exigência legal incortornável, que certamente conheceria melhor que ele próprio já que era um brilhante jurista, mas certo era que ainda não tinha comunicado isso à Assembleia Municipal. Aliás, os argumentos que invocara perante a comunicação social, como o Sr. Presidente da Câmara bem sabia, não eram verdadeiros, não correspondiam à realidade, já que era uma exigência da lei informar taxativamente a Assembleia Municipal.-----

----- Era um simples ofício que era importante e fundamental que se fizesse, até por aquilo que o Sr. Presidente da Câmara vinha procurando fazer, e bem, que era dignificar os órgãos. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, novamente no uso da palavra, disse pretendia aludir a algo que ali foi dito em várias intervenções oriundas das “esquerdas” – é que havia várias esquerdas – para referir que era preciso que tivessem alguma memória. De facto, quando alguém pretendia passar uma esponja sobre o passado convinha lembrar para ver se as pessoas tinham ou não legitimidade para trazer à colação alguns temas. -----

----- Por exemplo, em matéria de reabilitação urbana, constatando as taxas de execução do Plano de Actividades da anterior gestão, de 1998 a 2001, em matéria de habitação tinham: em 1998, 71,7%; em 1999, 77,6%; em 2000, 61,2%; e em 2001 66,8%. Mais, em 2001 a verba consignada para a recuperação do património edificado na Cidade de Lisboa representava 3,2% do orçamentando no Plano de Actividades. --

----- Mas se dúvidas houvessem sobre a aposta ou não aposta do anterior Executivo em matéria de reabilitação urbana, passava a citar um pequeno parágrafo de uma intervenção feita no último debate sobre o estado da cidade, que constava da respectiva acta, e que dizia: “Pôr fim às barracas representou um enorme esforço financeiro e técnico que limitou a intervenção da coligação noutras áreas. Muito ficou por fazer quanto à recuperação do edificado, ao rejuvenescimento, à fixação da população nas zonas consolidadas da cidade e no combate à existência de milhares de fogos devolutos” -----

----- Esta intervenção, segundo disse, não foi feita por qualquer Deputado Municipal do PSD ou do CDS-PP, mas sim pelo Deputado Municipal José Fidalgo, do PCP. Portanto, se dúvidas houvesse sobre o envolvimento e o empenho do anterior Executivo camarário na recuperação do património edificado pertencente à Câmara, elas ficaram esclarecidas com essa intervenção. -----

----- Relativamente ao Desporto, disse que se fossem ver o cumprimento do Plano de Actividades do anterior Executivo, concluiriam que em 2001 tiveram uma taxa de execução de 72,2% sendo que as infra-estruturas e os equipamentos desportivos representaram uma taxa de execução de 64,1%. E se era certo que a oferta desportiva tinha que existir num quadro de responsabilidade e de legalidade, tendo sido ali trazida à colação a questão da piscina Baptista Pereira, no Casal Ventoso, era importante que fosse dito que essa piscina não teve licença de construção, não tinha licença de utilização e, segundo constava, a Câmara ainda não pagara a obra ao empreiteiro. Portanto, essa piscina só poderia ser encerrada, não poderia manter-se em funcionamento porque se houvesse lá um acidente teriam que ver a quem pedir responsabilidades. -----

----- Sobre o mediatismo de que a oposição, na sua opinião, estava a querer acusar o Sr. Presidente da Câmara, disse que convinha relembrar que, felizmente, longe iam os tempos em que o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa se dedicava à diplomacia paralela, viajando até Djacarta ou até Belgrado quando as circunstâncias internacionais isso desaconselhavam e quando isso provocava incómodo ao Governo português. Portanto, falando de mediatismo, a pergunta que deixava ao Sr. Presidente da Câmara era se tinha alguma viagem agendada, quiçá a Bagdad. -----

----- **A Deputada Municipal Lurdes Queirós (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, no uso da palavra começou por dizer que gostava de partilhar com a Assembleia uma experiência que teve ontem, ao participar no Dia Europeu dos Pais e da Família, que pela primeira vez se comemorara em Portugal, onde também estivera presente a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, e onde também foram brindados com a presença do Sr. Presidente da República que, a determinada altura, estando numa conversa informal com os alunos que levantavam algumas questões

sobre as paredes das escolas, respondera que o mais importante que se fazia numa escola era aquilo que não se via. Para si, no entanto, e o Sr. Presidente da República já foi edil da Cidade de Lisboa, aquilo que se fazia numa Câmara ou numa Junta era, de facto, aquilo que se via. -----

----- Por isso, ao participar agora neste debate sobre o actual estado da cidade, era sua opinião que era mais importante que tratassem das questões reais em vez de se elencar, como ali tinha sido feito, um conjunto de processos, processos que, aliás, estavam constantemente a ser remetidos para a anterior gestão camarária, o que lhe dava a entender que iam chegar quase ao fim do mandato remetendo sempre as questões para a anterior gestão camarária. Efectivamente, já era tempo de assumirem neste mandato as dificuldades que tinham. -----

----- Aliás, sobre essa matéria quando a Câmara dizia que não tinha verbas mas ia fazer, havia ali uma dualidade de funções que para si não estava muito bem esclarecida. Ou seja, queria fazer muito e bem, mas, por outro lado, não tinha dinheiro! Isso era um pouco estranho. -----

----- Aludindo a questões concretas, disse que não se tinha ali falado nos protocolos e naturalmente na descentralização de competências e respectivos meios financeiros, mas tinha-se focado a questão do funcionamento da administração da Câmara, e quanto a essa matéria pretendia dizer que, no seu entender, a Câmara tem burocratizado o seu funcionamento. Mas dava alguns exemplos. -----

----- Agora para se colocar uma floreira na via pública teria que se enviar para a Câmara as medidas da floreira e do passeio. Isso era burocratização! -----

----- Por outro lado, para fazer determinada iniciativa bastava mandar um ofício, mas para a mesma iniciativa, que ia realizar no próximo mês, já enviara cinco ofícios para o mesmo assunto. Portanto, não lhe parecia que se estivesse a procurar simplificar o trabalho com as Juntas de Freguesia. -----

----- Disse, depois, que Lisboa não estava mais feliz. Era, de facto, uma frase da campanha do Sr. Presidente da Câmara, mas Lisboa não estava mais feliz. Se olhassem para a cidade – isto não era subjectivo – viam que ela estava mais suja, as sarjetas e os sumidouros estavam por limpar e os jardins estavam mais abandonados. Portanto, Lisboa não estava de facto mais feliz. -----

----- Aludindo ao Desporto, referiu que costuma dizer-se que quando uma equipa joga bem não se mexe nos atletas, mas era seu entendimento que o Sr. Presidente da Câmara tinha um atleta na sua equipa a precisar de fazer um estágio. Referia-se, concretamente, ao Sr. Vereador Pedro Feist a quem já enviara bastantes faxes a elencar os problemas da sua freguesia, que eram muitos, e até ao momento não recebera qualquer resposta. Naturalmente não tinha grande disponibilidade, viajava muito, mas pelo menos os seus assessores já poderiam ter dito qualquer coisa. -----

----- Seguidamente, disse que nas freguesias havia coisas que se podiam fazer com muito pouco, mas que efectivamente valiam muito e para as quais não valia a pena recorrer a casinos ou outro tipo de financiamento. Na sua freguesia, por exemplo, com dois sinais de trânsito fazia-se a felicidade de moradores, taxistas e condutores das camionetas do lixo que diariamente passavam pela Rua do Olival onde todos os dias

tinha cenas de faca e alguidar, e esses problemas ficariam definitivamente sanados se lá fossem postas as ditas placas de trânsito. -----

----- E o mesmo se podia dizer, de resto, em relação a uma praça de táxis. Era só puxá-la mais dois metros para o lado e também se satisfariam os moradores da freguesia, como igualmente se satisfariam com a colocação de um WC público no Jardim 9 de Abril. -----

----- Disse, ainda, que estava a ser concreta já que era no concreto que se usava esta linguagem, porque se não via críticas da parte das “direitas” – e pedia desculpa porque havia ali várias direitas – era porque havia, neste caso em termos desportivos, Juntas de Freguesia na 1ª divisão e Juntas de Freguesia na 2ª divisão, e isso não seria o que se interessava. É que se não havia críticas da parte dessas Juntas de Freguesia era porque nelas estava tudo a correr bem. -----

----- Mas na sua não estava, infelizmente. Nomeadamente, a sua Junta já pedira há cinco meses a colocação de uma passadeira para um deficiente, na Rua Maria Pia. Já foi ao local, mandara vários ofícios à Câmara, com essa passadeira fariam mais uma família feliz, mas não foi feita.-----

----- A terminar, referindo-se novamente ao Jardim 9 de Abril, disse que se tratava de um espaço em frente do Museu de Arte Antiga, um local belíssimo que deveria ser estimado por todos, onde com a colocação de um WC público se evitava que as paredes e cada árvore fosse um urinol público. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Rolo (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ameixoeira, no uso da palavra, disse que o incumbiram, e com muito gosto o fazia, de colocar neste debate questões relativas aos espaços verdes da cidade. Mas, para iniciar a sua intervenção, desejava saber, da parte do Gabinete do Sr. Vereador Pedro Pinto, a que conclusões chegaram relativamente ao inquérito, um bocadinho marginal, que fizeram acerca dos espaços verdes, em que, quase por ultimato, pediram às Juntas de Freguesia satisfações sobre os espaços verdes da área de cada uma delas, e depois fazer a comparação com os espaços que eram da responsabilidade da intervenção municipal. -----

----- Isto porque lhe parecia, em resultado de conversas tidas com os colegas de outras Juntas, que os espaços verdes que eram tratados a nível de protocolo estavam bem e recomendavam-se, enquanto que aqueles que eram tratados a nível da intervenção municipal tinham grandes problemas. -----

----- Dava como exemplo um caso bastante lato, o Parque Periférico que continuava parado e que abrangia uma área considerável da cidade, nomeadamente na sua freguesia, por exemplo o Vale da Ameixoeira todo. Quando a Assembleia discutira a alteração do PDM já havia chamada a atenção que os prédios estavam lá mas faltavam os espaços verdes e os outros equipamentos, mas até ao momento continuava tudo parado. -----

----- Também na zona das freguesias de Carnide e do Lumiar pensava que não teriam avançado com nada, portanto, a nível dos espaços verdes o estado da cidade em termos da intervenção municipal era praticamente nulo. -----

----- Ainda acerca do Vale da Ameixoeira, disse que queria lembrar à Sra. Vereadora Helena Lopes Costa que realmente as casas já lá estavam foi só pôr lá as pessoas, mas agora faltava dar-lhes condições para elas viverem lá. Algumas já lá estavam a viver há quase dez meses, continuando, contudo, sem espaços verdes, sem parques infantis e outros equipamentos. -----

----- Outras situações para as quais também queria alertar, tinham a ver, por exemplo, com freguesias como o Beato que tinha a Mata do Bairro da Madre de Deus a necessitar de uma requalificação, requalificação essa que já estava pedida à DMAEV mas não havia ainda resposta, e também Marvila, uma das maiores freguesias da cidade, que não tinha os seus espaços verdes protocolados porque este ano não houve hipótese sequer de negociar protocolos, eram os que vinham do ano passado e tinham que se sujeitar, portanto continuava tudo parado. -----

----- Mas desejava saber qual era a solução que o Executivo municipal apresentava para um problema que na perspectiva do PCP era bastante generalista na cidade em termos de espaços verdes. Tinha tal a ver com as áreas expectantes que tanto quanto sabia, lamentavelmente, tinham que ser tratadas por parte da higiene urbana. Nomeadamente cortar as canas era o que podiam fazer, porque quando começavam a cortar canas num sítio chegavam ao fim e já tinham novamente as canas compridas no sítio onde começaram a cortar porque na Cidade de Lisboa proliferavam as zonas expectantes que serviam para descargas de entulho clandestino e lixeiras, e todos esses aspectos degradavam imenso o estado da cidade a nível dos espaços verdes e do ambiente. -----

----- Aludindo à intervenção do Sr. Vice-Presidente da Câmara sobre a Autoridade Metropolitana de Transportes em matéria de ambiente, disse que desejava alertar que para a defesa do ambiente era preciso estimular a utilização dos transportes públicos, e, nesse sentido, além da concretização da Autoridade Metropolitana de Transportes não foi informado o que estava pensado para estimular os transportes públicos a serem mais utilizados em detrimento do transporte particular. -----

----- Por fim, aproveitando a presença da Sra. Vereadora responsável pelo Pelouro da Reabilitação Urbana, pediu ao Executivo camarário que ajudasse a Sra. Vereadora porque se pelo menos os espaços verdes da sua freguesia estivessem arrançados, talvez quando a sede da Junta de Freguesia caísse pudesse dar alguma dignidade aos moradores da Ameixoeira fazendo o atendimento ao ar livre num jardim, porque essa situação estava prestes a acontecer. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Sr. Presidente da Câmara -----

----- A Proposta de Lei para o Orçamento de Estado de 2003 é altamente gravosa para os municípios impondo-lhes limites ao endividamento que, praticamente bloqueia em muitos deles a sua actividade impedindo-os de investir em áreas tão importantes como a habitação social e em infra-estruturas e tendo como consequência o desaproveitamento dos fundos comunitários. -----

----- No caso do Município de Lisboa as consequências são particularmente graves. --

----- De acordo com o estudo da A.N.M.P. o limite do endividamento da Câmara Municipal de Lisboa em 2003 não poderá exceder 7,2 milhões de euros (1,4 milhões de contos) verba verdadeiramente irrisória quando comparada por exemplo, com o empréstimo contraído pela Câmara há cerca de 3 meses no montante de 80 milhões de euros (16 milhões de contos) dos quais 65,3 milhões de euros se destinavam à habitação social. -----

----- E Srs. Deputados: A Câmara estava bem longe de atingir o limite de endividamento. Mesmo com o empréstimo de 16 milhões de contos estava de tanga.--

----- Esta imposição do Governo irá provocar um autêntico colapso na actividade da Câmara, sendo gravemente lesiva para a população de Lisboa, particularmente para a população mais desfavorecida. -----

----- V.^a Ex.^a, Sr. Presidente da Câmara é também Vice-Presidente do partido que está no Governo sendo por isso directa ou indirectamente responsável por esta decisão que o Presidente da A.N.M.P. classificou de “injusta e irresponsável” afirmando que “é o momento mais negro da vida das autarquias, e que o documento da A.N.M.P. que acaba de ser distribuído diz que terá consequências dramáticas para os portugueses”. -

----- Pergunto Sr. Presidente: -----

----- Em relação ao Governo: -----

----- Como autarca não vai tomar posição e vai assobiar para o lado ou vai repudiar esta política economicista cega e retrógrada que põe em causa a actividade dos Municípios, o desenvolvimento do País e o aproveitamento dos fundos comunitários?

----- No que se refere à Câmara como vai enfrentar esta situação no Orçamento 2003?

----- Renúncia a investir na habitação social e em projectos estruturantes ? -----

----- E mais uma pergunta: -----

----- Vai vender o património da Câmara tal como já anunciou no último jornal “Expresso” tal como faz o Governo pondo em hasta pública, nomeadamente 10 palácios municipais esbanjando assim e dando um uso desapropriado a um valioso património histórico e artístico que a coligação de esquerda preservou, como são os casos dos palácios Pancas Palha e das Bernardas. -----

----- Ou mais uma vez num passe de mágica vai fazer sair da cartola mais ovos de Colombo e soluções a que chama de imaginativas mas que são altamente contestáveis? -----

----- O que vai fazer Sr. Presidente se este Orçamento de Estado for aprovado?” -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que a sua intervenção tinha por finalidade dar resposta àquilo que foi dito pelo último orador do CDS-PP. Claro que disseram imensas vezes que a opção principal do exercício foi efectivamente a habitação social, mas não esqueceram e não deixaram de trabalhar no ambiente, nos espaços verdes, no desporto, na acção social, na cultura, nas obras estruturantes, nas vias de comunicação, ou seja, deixaram obras para a actual Câmara não fazer nada durante vinte anos. De facto, transformaram a cidade e o que se via neste momento, como já foi observado ali através das várias intervenções da Câmara, era zero. -----

----- Acabaram com as barracas! E agora qual era a opção principal? Era fazer programas de televisão? A piscina Baptista Pereira foi fechada, porque era que o Deputado Municipal do CDS-PP, que até pertencia à Comissão do Desporto, não perguntou quando tratava a Câmara de a reabrir? Não o preocupava a população do Vale de Alcântara? -----

----- Não perguntara, por exemplo, o que se passava com a piscina de Alfama, não estava interessado nisso; não perguntara também porque era que o Sr. Vereador Pedro Pinto, responsável pelo Pelouro das Obras, não dissera nada nesta reunião. Porque é que não perguntou? Porque não havia obras em curso, e o Deputado Municipal do CDS-PP sabia disso muito bem. -----

----- A terminar, dirigindo-se ao mesmo Deputado Municipal do CDS-PP, disse: “como jovem velho que é, da direita mais direita, não fez a pergunta que eu vou fazer. Que se passa Sr. Presidente da Câmara com a tão prometida e propalada vinda da juventude para a cidade, onde está a habitação para os jovens?” -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Naturalmente ficaria de mal comigo próprio, estando-se a debater o estado da cidade e tendo nove meses de vigência este Executivo, que Marvila não tivesse nada a dizer. Naturalmente o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores e os Srs. Deputados Municipais sabem que Marvila tem alguma coisa a dizer, mas uma coisa é o que está escrito e outra coisa é o que é dito. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara delegou nos Srs. Vereadores para dizerem ou leram aquilo que traziam, mas o que eu questiono é o seguinte, porque é isso que a população de Lisboa quer saber. -----

----- Que respostas é que a Câmara Municipal de Lisboa tem para as reivindicações que a população lhe tem dirigido, eu sei porque temos lá cópias dessas cartas que a população dirigiu à Câmara, nomeadamente: -----

----- Que respostas para a requalificação dos espaços envolventes dos bairros municipais, cuja responsabilidade é da Câmara; -----

----- Que respostas para a requalificação dos espaços expectantes, pois Marvila era uma freguesia de quintas e barracas que, felizmente, devido a uma boa política habitação seguida no mandato anterior se transformara numa freguesia de habitação e espaços expectantes; -----

----- Que respostas em termos de política para a manutenção e limpeza dos espaços verdes da freguesia, já que a Câmara não quis ou não pôde delegar na Junta a manutenção destes espaços, porque continuamos a manifestar a nossa disponibilidade para aceitar essa delegação de competências. -----

----- Quanto às obras de beneficiação e manutenção das habitações, quer particulares, quer municipais, o Sr. Presidente da Câmara sabe e todos os Vereadores sabem que Marvila tem um conjunto de bairros sociais municipais, que estão em avançado estado de degradação e que carecem de uma intervenção rápida e urgente. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para a intervenção final. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que foram colocadas muitas questões, perguntara ao Sr. Presidente da Assembleia se o tempo que não usaram nas respostas poderia ser acumulado, foi informado que não, respeitava a decisão, mas tentaria responder às questões postas e dar a sua interpretação sobre o estado da cidade no tempo que tinha disponível. -----

----- Começou então por dizer que esperava que não entendessem a opção que fez de pedir aos Srs. Vereadores para usarem da palavra como que tivesse algum receio do debate. Podiam reconhecer-lhe vários defeitos, mas esperava que não lhe reconhecessem esse, porque adora debates, gosta muito da polémica e gosta de defender aquilo em que acredita. Mas, uma pessoa não podia ser presa por ter cão e presa por não ter. Na Assembleia da República às vezes acontecia o Primeiro-Ministro, passe a comparação, não encerrar o debate. Já houve muitas polémicas, isso com vários partidos no poder! -----

----- Referiu que estava inteiramente convencido que tinha uma excelente equipa, que era uma excelente equipa aquela de que fazia parte e tinha obrigação de coordenar, e se algum defeito podia ser apontado a alguns Vereadores, a alguns deles seria, talvez, a falta de experiência de exercício de funções políticas. Mas aqueles que apostavam na renovação política, não deviam considerar isso um defeito, antes deviam considerar sim uma omissão ou uma falta que o tempo corrigirá. Queriam mais pessoas na política, principalmente quadros qualificados, e era isso que pensava existir nesta equipa, como se podia ver quer na intervenção do Sr. Vice-Presidente, quer na da Vereadora das Finanças, enfim de todos os Vereadores, para não distinguir, que puderam falar. -----

----- Sobre a acusação de que o tempo foi mal gerido, disse que a razão foi porque as medidas de que havia a falar eram muitas e não cabiam no tempo disponível, como se viu, aliás, logo na primeira intervenção e nas seguintes. -----

----- De facto, era difícil responder a todas as questões que eram postas porque ouvira algumas questões que não tinham nenhuma correspondência com a realidade. Pedira informações aos Vereadores e o que os Vereadores lhe confirmam não tinha nada a ver com aquilo que ali era dito. Por exemplo, o Deputado Municipal Martinho Baptista referira que havia jardins infantis que estavam encerrados, que havia escolas que estavam sem refeitórios a funcionar. Pedira à Sra. Vereadora da Acção Social para confirmar e gostava que o Deputado Municipal fizesse o favor de entregar a lista de quais os jardins infantis que estavam encerrados e das escolas. Mas gostava mesmo! É que há quatro dias tivera conhecimento de que o refeitório da escola 110 por estar em obras não estava a funcionar, falara com a Vereadora, a questão foi tratada e amanhã a empresa de Katring, que é quem fornece as refeições às crianças, voltará a fornecer. Era a única escola onde tinha conhecimento desse caso. -----

----- Quanto ao que foi dito sobre os subsídios às colectividades, disse que havia um milhão de euros para esse fim, nomeadamente: à Associação de Jovens do Sacramento, Sociedade de Instrução Guilherme Crossul, Liga Portuguesa dos Deficientes Motores, Corpo Nacional de Escutas, Associação da Graça, Ginásio do Alto do Pina, Lisboa Clube Rio de Janeiro, Marítimo Lisboa Clube, Sociedade

Dramática de Carnide, Grupo Desportivo do Castelo, Grupo Desportivo da Graça, Esperança Atlético Clube e por aí fora. Era uma lista que com páginas e páginas num total 3.552.577,30 euros. Estavam publicadas as deliberações todas. -----

----- A um aparte respondeu que não era para Marchas Populares, mas perguntava se mesmo que fosse não eram subsídios a colectividades. -----

----- Por exemplo, o apoio dado à Associação Unitária dos Reformados e Idosos da Charneca, ao Grupo Dramático e Escolar, os Combatentes, era para marchas? Era uma lista infinda, eram páginas e páginas votadas nas reuniões de Câmara. -----

----- Em relação às tais matérias que não tinham nenhuma correspondência com a realidade, disse que foi posta ali uma questão sobre o exemplo de recuperação pela esquerda de palácios da Cidade de Lisboa, tendo-se focado o caso do Palácio Pancas Palha. Ia fazer um convite à comunicação social para visitar com a Câmara o Palácio Pancas Palha e para se inteirar do conteúdo do contrato celebrado com a Associação que estava lá a dar cursos de formação profissional, cedido pela chamada esquerda. De facto, gostava que as pessoas vissem as divisórias que estavam instaladas naquele Palácio e o tipo de utilização que era feita dele, para que se visse, efectivamente, o tipo de recuperação que foi feito, que agora não iria ser desmentido porque foi ali apontado como exemplo de recuperação, pela esquerda, dos Palácios de Lisboa. -----

----- Era um exemplo ilustrativo, e gostaria que fossem vistos os cursos estilo empresa, estilo daqueles cursos que há, de *taparware* de formação profissional, com divisórias dentro do Palácio! Era inacreditável. Iria convidar, de facto, a comunicação social para visitar esse esplendor de recuperação da esquerda! O Sr. Deputado Municipal nunca lá teria ido com certeza, senão não acreditava que dissesse isso. -----

----- Sobre as informações à Assembleia Municipal e ao Tribunal Constitucional, disse que pediu para conferir durante estes dias – estava ali presente o Sr. Director Municipal dos Recursos Humanos, Director do Departamento Jurídico há anos na Câmara Municipal de Lisboa, portanto não só neste mandato – e teve ocasião de lhe pedir parecer a ele sobre quais as obrigações e qual o regime de acumulação, e o entendimento do Sr. Director Municipal dos Recursos Humanos e os serviços competentes da Câmara tinham, porque não era ele, Presidente da Câmara, que decidia nessa matéria, como também não era o Primeiro-Ministro quando chegava ao Governo, fosse qual fosse o Primeiro-Ministro, que dizia à Contabilidade Pública para pagar o ordenado A ou o ordenado B, ou que dizia para pagar o subsídio A ou o subsídio B! Portanto, se existiam serviços da Câmara, ou do Governo, ou da Administração, era para assumirem essas responsabilidades! -----

----- Como é evidente ninguém, quando recebia a folha de vencimentos, telefonava a dizer que lhe faltava um ordenado ou um subsídio. Conformavam-se, mal ou bem, e confiavam na correcção dos serviços. -----

----- Em resposta a alguns apartes, aconselhou que tivessem calma, porque também os ouvira a todos em estrito e rigoroso silêncio. Compreendia que se incomodassem quando ele falava, mas iam ouvi-lo! E iam ouvir agora mais duas ou três que já deviam ter ouvido há muito tempo. -----

----- Primeiro: a posição do Sr. Director Municipal dos Recursos Humanos, era a de que sendo actividade no âmbito de funções autárquicas, designado pela Autarquia, não havia nenhuma obrigação de comunicação, como era evidente. A norma dizia que tinha que ser comunicado à Assembleia Municipal ou ao Tribunal Constitucional as actividades que a própria Autarquia desconhecia! E dizia, expressamente, “de natureza privada”! Estava no artigo em causa! Ora, se a Câmara era quem designava, obviamente não existia essa obrigação, que, aliás, também não tinha sido assumida por Vereadores no Executivo anterior: o Vereador Fontão de Carvalho e a Vereadora Alexandra Gonçalves, nunca fizeram essa comunicação! E essa comunicação que não era feita, não era feita porque, de facto, quando era no âmbito de funções como autarca e em representação da Autarquia, não existia! Portanto, por não existir, não tinha que ser feita como aquelas que não eram actividades profissionais. Todas as pessoas sabiam que ele escrevia, semanalmente – e estava a dizê-lo na Assembleia Municipal – um artigo em dois órgãos de comunicação social, e o entendimento dos juristas era que não tinha que fazer essa comunicação por não ser actividade profissional, e nomeadamente continuada. -----

----- Aliás, tinha uma acção metida ao Estado a pedir metade do ordenado como Presidente da Câmara da Figueira da Foz, pois por escrever um artigo por semana num jornal a Inspeção Geral de Finanças pusera em dúvida que pudesse receber o ordenado por inteiro! E, portanto, durante quase quatro anos exercera as funções de Presidente da Câmara da Figueira da Foz a tempo inteiro, e muito tempo, recebendo metade do ordenado de Presidente da Câmara! -----

----- Mas apesar dessas normas – e sobre isto é que deveriam todos debater – no mandato anterior e também neste mandato, havia Vereadores que exerciam funções. Houve um Sr. Vereador, que agora já não estava presente mas esteve há bocado, que falara em bingo. Gostaria de dizer-lhe se ele não achava que era muito, se não seria mesmo um super bingo um Vereador ou uma Vereadora da oposição ganhar mais do que o Presidente da Câmara como administrador duma empresa municipal, continuar a exercer funções com as regalias próprias de funções executivas e nunca ter visto nenhum problema nisso nem necessidade nenhuma de comunicação! De facto, havia bingos e super bingos! Como Vereador da oposição não se incomodara, era chamado consenso sobre o regime e, portanto, de profundas divergências, mas todos estavam entendidos nessa matéria. -----

----- Portanto, havia agora Vereadores, como houve no mandato anterior, e achava muito bem, mas o que isto provava era que havia Vereadores a meio tempo ou a tempo inteiro que, com as acumulações que faziam, ganhavam mais que o Presidente da Câmara! Alguns Senhores Deputados Municipais seriam ricos, mas ele não era! Não enriquecera com a política, há 20 anos que estava nela e, de facto, a remuneração que tinha ao fim do mês era importante para fazer face às suas responsabilidades, mas com respeito integral pela lei! -----

----- Disse, depois, que ao contrário do que os jornais referiram não acumulava dois vencimentos: tinha 25% do vencimento na Parque-Expo, como Administrador Executivo, e se fosse para os 50% do vencimento na Câmara tinha os dois trabalhos,

as duas responsabilidades e ganhava menos do que se estivesse só como Presidente da Câmara! Quer dizer, isso não entrava na cabeça de ninguém! Por isso é que lei dizia o que dizia: só havia obrigação de comunicar quando eram actividades de natureza privada, que não era o caso. -----

----- Efectivamente, quando alguém colocava alguma dúvida de legitimidade em matérias como esta, entendia que, de facto, todos se deviam esclarecer e proceder da devida maneira. -----

----- Em relação ao Sr. Vereador Pedro Pinto, disse que dessas matérias tratava e curava ele, portanto cada um tratava de si. -----

----- Passando a outros assuntos, disse que achava extraordinário e registara a frase que foi dita, “durante 20 que não é preciso fazer nada”. Poupavam imenso no Orçamento, era verdade, seria fantástico! Tomaram posse há nove meses, normalmente diz-se que o “estado de graça” é seis meses, as pessoas tinham seis meses para estudar os *dossiers*, fazer o inventário das situações e depois começarem a tomar as pedidas que deviam tomar. -----

----- Mas face às perguntas que ali fizeram, “então como é que não está isto”, “e como é que não está aquilo”, “e como é que não está aqueloutro”, passados três meses sobre chamado fim do “estado de graça”, tinha que dizer, com toda a franqueza, que havia debates em que gostava de entrar e havia outros em que não se sentia em condições porque não tinha velocidade de raciocínio e dimensão de formação para entrar nesse tipo de debates. -----

----- Foi ali dito que a cidade estava doente, tinha problemas de vária índole, problemas de saúde. Com certeza que sim, mas restava saber se a doença foi uma doença súbita, se apareceu inesperadamente ou se era uma doença que se vinha arrastando no tempo. E se em relação a essa doença, quem era médico, ou seja, quem era Deputado Municipal, quem tinha obrigação de fiscalizar, viu o doente ir agravando a doença durante 10 ou 12 anos e se calou, e só falava quando o doente estava em estado muito complicado ou se ao longo das várias manifestações desses problemas de saúde, teve a coerência e cumpria a obrigação deontológica, como médico, de a cada sinal de problema de saúde, dizer: “atenção, o senhor tem um problema, tome as devidas cautelas para a sua saúde não piorar”. -----

----- Havia poucas qualidades na vida mais bonitas que a coerência, da facto a coerência era uma qualidade muito bonita, mas gostava de ter visto da parte de alguns Srs. Presidentes de Junta – e esteve a consultar o Diário Municipal, todo, – e de alguns Srs. Deputados Municipais, as mesmas intervenções sobre estas matérias, no mandato anterior, feitas em Assembleia Municipal. Durante 12 anos não foram feitas, e agora, em menos de 10 meses, apareciam ali a fazer o rol, a pedir equipamentos colectivos, espaços verdes à volta de urbanizações, fossem da Câmara ou fossem da EPUL, quando antes de se começar a construir se deveriam fazer as infra-estruturas, os arranjos exteriores e só depois se dava a licença de construção! -----

----- Acusou a oposição dizendo que foi conivente com uma política em que se construía sem plano, sem loteamento, sem licenças, sem arranjos exteriores, sem infra-estruturas, e calaram-se. Calaram-se porque eram da mesma cor! Pessoalmente,

quando discordava, fosse do Governo do seu partido, fosse de quem fosse, mesmo que fosse da sua cor, dizia-o publicamente. Discordara na matéria do aeroporto, e disse-o; discordara em matéria do TGV, e disse-o também, não se calava perante ninguém. Havia quem se calasse só porque era da mesma cor e foi isso que fizeram ali durante anos. A grande diferença estava aí! -----

----- Quanto às alusões feitas aos problemas de realojamento, disse que o Sr. Presidente da Junta de Alcântara por acaso hoje não estava ali, porque se estivesse, por uma obrigação ética mínima, teria que dizer com certeza – esperava que nenhum problema lhe tivesse acontecido – que até que enfim a Câmara estava a resolver o problema da Vila Teixeira, que há muitos anos devia estar resolvido com aquelas famílias no estado em que estavam! Como era que alguém podia governar uma cidade durante uma década e ter ali aquelas famílias naquele ambiente, que não ia descrever? Como? -----

----- Por outro lado, falaram em vários pátios: Vila Amendoeira, Vila Ferro, etc., mas perguntava onde era que estavam recenseados para o realojamento. É que nem sequer recenseados estavam! Não estava a dizer que não se fizera realojamento, com certeza que se fez, mas realojamento dessa maneira!? -----

----- Disse, depois, que viu o Sr. Presidente da Junta de Benfica falar quanto aos buracos na Av. Gomes Pereira. Apareceram em 9 meses, só agora é que dera por eles! Quando era Presidente da EPUL não vira os buracos? Naquela EPUL ali ao pé do Estádio Universitário, a vergonha que eram os arranjos exteriores! Era preciso ter moral para falar. Como era que se levantavam prédios como aqueles que ali se levantaram – recebia imensas cartas na Câmara – estavam lá os inquilinos, os jovens, e não havia nada, era tudo baldios ali à volta porque o que era preciso era construir. Não torres! Não suspender o PDM! Torres só para projectos da Bastonária da Ordem dos Arquitectos. Aí sim, com 25 andares como as Twin Towers! Era preciso que tivessem moral! Não teriam visto nascer as Twin Towers em Sete Rios? Ainda hoje lá almoçara, estivera a olhar para elas antes de vir para a Assembleia Municipal porque já sabia que ia ali ouvir falar de construção em altura. -----

----- Por outro lado, em relação à EXPO, questionava também quem fizera a Portaria a 31 de Dezembro de 1999 com publicação no Diário da República, à socapa, dois meses depois, para tentar legalizar uma série de ilegalidades que lá se fizeram? Quantos seriam os prédios com 25 metros de cêrcea que lá estavam? Nem um, se calhar! -----

----- Por isso perguntava à oposição onde andavam, se em Marte, se em Sidney, na Austrália, para vir agora pregar-lhe moral a si! É que, de facto, quem disse que não às Torres do Colombo, foi a actual Câmara como foi também quem inviabilizou e quem embargou muita pouca vergonha que havia na cidade, porque a oposição, durante anos, viu esses interesses fazerem o que queriam e como queriam. -----

----- Se era *show off* mediático, era com certeza, mas não entrava em vídeos de promoção de urbanizações de promotores como o de Braço de Prata, como entrara o anterior Presidente de Câmara. A grande diferença é essa! Ia às televisões a debates lutar pelos ideais em que acreditava, não ia fazer viagens em aviões privados para

levar a *ateliers* de arquitectos que até convinham e depois filmar vídeos para promoção de urbanizações de pessoas com quem se dava bem. Isso é que eram *show offs* mediáticos, mas não eram os seus. -----

----- E perante isso era com silêncio, porque acabou! Mas acabou mesmo, frisou. -----

----- Disse que teve muita paciência em reuniões públicas de Câmara em que houve acusações de corrupção, desonestidades a Vereadores do Partido Comunista. Mandara abrir um inquérito, mandara averiguar, mandara a Policia Municipal deter as pessoas que estavam a fazer esse tipo de calúnias. Houve também na sessão pública denúncias sobre a Fundação Mário Soares e achava inacreditável que os Vereadores fossem demandados como foram, solidarizou-se, respondeu em nome do Município, pedira pareceres a juristas externos, porque com questões de honra não se brincava. -----

----- Mas era posta uma questão como essa e vinha o Sr. Vereador Rui Perdigão, ainda recém-chegado, que brincava não se sabia com quê, o “cheiro”, os “ordenados” e outras coisas mais, que fossem brincar com outras coisas, que fossem brincar com as suas famílias, que respeitassem questões sérias. Não se brinca com coisas sérias, mas a oposição brincava! -----

----- E havia duas atitudes, dois pesos e duas medidas. Vinha o Sr. Vereador António Abreu e falava em bingo? Mas bingo, de quem? Bingo de quem, de onde e onde? Pessoalmente sabia estar na política num tom, mas se queriam ir para o pisa-calos, iam a isso. E dizia que iam a isso porque quem não deve não teme. Se queriam falar no Casino, se queriam falar no Sr. Stanley Yo, falariam nisso tudo e veriam quem era que se calara o ano passado nas concessões das licenças do jogo mais 20 anos, sem concurso! -----

----- Onde era que estavam? Em Marte? Falara como Presidente da Câmara da Figueira da Foz, estava nos jornais, disse que era uma vergonha, que estavam a negociar nas costas das Câmaras, das Autarquias! Como era que se podia renovar licenças de jogo mais 20 anos? E porquê? Porque não lhes devia nada! Falou e perguntou quem falava mais? Mas ninguém mais falou e o resto era conversa. Factos eram factos, e nessa altura ninguém falou. -----

----- Era como a história do Parque Mayer! Com certeza que a questão do Parque Mayer viria à Assembleia Municipal, a decisão era do Governo. A oposição ora o acusava de ter uma grande influência no Governo, ora de ser submisso ao Dr. Durão Barroso! Estava farto de tratar com os autarcas sociais-democratas, e com os outros, das alterações ao Orçamento de Estado que considerava indispensáveis para as Autarquias. Agora, não ia fazer chicana pública! Não fazia, havia outras maneiras para tratar do assunto. Só falava publicamente quando considerava que o assunto estava dificilmente recuperável a outros níveis, por outras vias e por outros métodos, como foi, no caso do Aeroporto da Ota, ou no caso do TGV! Se tivesse que falar publicamente, falava, mas até não ser obrigado a fazê-lo, quando não era, tratava pelas vias próprias, e estavam a tratar. -----

----- Com certeza que era difícil, queriam excepcionar as verbas para o PER, que com certeza que continuarão excluídas dos *plafonds* de endividamento; como para o Euro 2004, seguramente que sim; estava difícil para o Quadro Comunitário de Apoio,

estava sim senhor, estavam a tratar com a Ministra das Finanças e com a generalidade dos Autarcas; estavam a admitir um esforço de recursos próprios dos Municípios, cerca de 20% em relação ao financiamento próprio com capitais próprios para os projectos co-financiados. Não pensassem que era indiferente a essas matérias ou que se calava. Com certeza que conhecia o estudo da Associação Nacional de Municípios, falara com o Secretário Geral, não era 1,400 milhões de contos, era 1 milhão e 380 e tal mil contos a margem do Município para o ano. Sabia muito bem, mesmo com uma amortização de financiamentos de 13 milhões de contos! Estava a trabalhar nisso tudo! Como a trabalhar nas várias frentes, porque quando chegaram à Câmara parecia a Casa dos Terrors da Feira Popular, cada porta que abriam era um embrulho. -----

----- Por exemplo, os acordos dos clubes foi esta Câmara que os inventou? Pena tinha que a Comissão Parlamentar da Assembleia da República não chamasse outros ex-Autarcas à Assembleia da República com os clubes de futebol para lhes contar a história que nunca foi contada. Isso é que tinha pena! -----

----- Quanto à pergunta feita sobre o que era que tinha dado ao Benfica para o clube usar uma garantia, disse que nem sabia que garantia era. Em relação ao Benfica só podia dizer que ainda não havia acordo. Houve a tal combinata da campanha eleitoral, enfim tudo combinado, mas ainda não havia acordo nem sabia se iria haver! Fui eu que inventei o Euro 2004, perguntou. -----

----- Disse, depois, que o Deputado Municipal do PEV tinha dito que ele referira que Estádio Municipal sim, mas não porque tinha muitas despesas de manutenção, quando, na verdade, não foi isso que disse! O que disse foi: Estádio Municipal sim, até porque ainda por cima os estádios dos clubes tinham muito altas despesas de manutenção! Nunca podia dizer uma coisa dessas, até porque era contraditória nos termos da lógica? Ou seja, se era muito cara a manutenção dum estádio, a manutenção de dois era duas vezes mais cara. Portanto, era por isso que também defendera o Estádio Municipal! Aliás, foi o único, em público, a dar a cara em campanha eleitoral, e disse – o único dos candidatos com hipótese de ganhar as eleições, com todo o respeito por todos os outros – como disse também o candidato do CDS/PP. -----

----- A um aparte oriundo da Bancada do PS, referiu que quem não disse foi o candidato do Partido Socialista, que o tinha defendido dois anos antes! Dois anos antes defendeu-o, mas quem era Presidente da Câmara tinha que ter força para dizer, “meus senhores, não há conversa para ninguém, ou é um Estádio Municipal ou não há nada da Câmara!” O resto era conversa! -----

---- Aliás, disse-o e disponibilizou-se para ir com o Dr. João Soares às assembleias gerais dos dois clubes, provavelmente seriam apupados os dois, para defender o Estádio Municipal nessas assembleias! Era candidato, podia perder as eleições, mas achava inacreditável que não se fosse por esse processo de convergência, ainda por cima com a insuficiência de capitais próprios que tinham os clubes! E quando viu essa insuficiência de capitais próprios, pegara num púlpito e em conferência de imprensa disse: “eu sou a favor dum Estádio Municipal!” Porquê? Porque não havia dinheiro para dois! Já para um sabe Deus! Dissera isso na altura e mantinha-o, não mudava de discurso. Agora, como responsável público eleito pelo povo, colocado perante a

obrigação de resolver um problema que tinha dimensão nacional, o Euro 2004, se o Governo do País ou o Parlamento do País dissessem “não há Euro 2004”, tudo bem, mas se havia Euro 2004 e como foi aprovado que o Estado, a nível Central, só apoiava com 25%, a Câmara de Lisboa tinha que entrar nisso! Aliás, as outras Autarquias entravam com muito mais que a Câmara de Lisboa: do PS, do PSD, do CDS-PP, enfim, fossem o que fossem. Muito mais! -----

----- Portanto, procuraram resolver na medida do que era possível, sem alterar o PDM! E, naquilo que iam conseguir com essa operação urbanística, esperava ir buscar proveitos para o Município equivalentes àquilo que era concedido ao Sport Lisboa e Benfica. -----

----- Questionou, depois, se em seis meses alguém esperava que ficasse resolvido, com um estudo prévio fantástico, com todas as empresas e operadores de transportes coordenados pelo Vice-Presidente, o problema do terminal do Arco do Cego e a passagem para Sete Rios, que estará pronto daqui a 2 anos. O estudo prévio já estava pronto. -----

----- A que é que não deram continuidade? A ligação da Segunda Circular à Av. Lusíada, era uma obra que vinha do passado, foi completada. Só não deram continuidade aos telemóveis, aos jantares, aos gastos excessivos no funcionamento. O resto, as obras que eram importantes para a cidade, continuaram! Os protocolos com as Associações dos Bombeiros Voluntários. Na abertura do ano lectivo houve algum problema? Não via nenhum! O Arco do Cego; o *rating* cuja reavaliação fizeram e correu bem. -----

----- Mas dizer-se que havia desafogo na Câmara quando tinham cerca de 400 milhões de euros de despesa corrente e depois tinham mais outros compromissos, só com a habitação social eram 200 e tal milhões de euros, a aquisição de terrenos, o que vinha de trás ficavam sem margem de manobra quase nenhuma para novas obras. Foi ali dito 15 milhões de euros, 3 milhões de contos! E com 3 milhões de contos vinham-lhes perguntar por isso tudo!? Mas os 3 milhões de contos já com os 80 milhões de euros que ali foram falados para empréstimo, ou seja 16 milhões de contos! Mas vieram-lhes perguntar por tudo: jardins, estradas, casas, arranjos, património, habitação social, tudo! Como era possível dizer-se que havia desafogo? A realidade financeira do Município era esta! -----

----- No entanto, podia dizer à Assembleia Municipal que estavam a poupar, por mês, em comunicações, com as medidas de austeridade que foram introduzidas, cerca de 30 mil contos! Chegaria ao meio milhão de contos/ano! -----

----- As medidas de defesa do Chiado, de restrição do trânsito, em seis meses? No Bairro Alto, com as Freguesias da Encarnação e Santa Catarina, onde começavam agora as medidas, com o sistema tecnológico que estava todo pronto com a Brisa, com o protocolo com a EMEL, com tudo escrito com os operadores para começar a funcionar de facto, amanhã com uma reunião com a Associação de Comerciantes do Bairro Alto, na Câmara? Isto tudo nestes meses? Era pouco? A regularização dos registos: queriam vender os fogos de habitação social, e não havia registo desde há 10

ou 15 anos! Milhares de fogos que não estavam registados e agora teriam que pagar emolumentos para os podermos registar! -----

----- Também a Feira do Livro, que foi, ao que se dizia, das melhores de sempre! A Moda Lisboa, não lhe deram continuidade? Deram continuidade a tudo o que era bom, ou a tudo o que era razoável, ou a tudo o que era compromisso! Em relação às Festas da Cidade, escrevera-se “Santana Lopes quer pôr em causa as Festas da Cidade”; não houve Festas da Cidade? A Câmara não apoiara aquilo que o povo considerava, naturalmente, indispensável? Para as Juntas de Freguesia, também, apesar dos atrasos? É que esta Câmara sucedera a uma equipa que esteve 12 anos no poder! -----

----- De facto, Plano e Orçamento foram apresentados a tempo! Estavam assinados protocolos, não tocaram numa linha em matéria de descentralização! Estavam transferidas as verbas apesar dessas limitações orçamentais! Apareceram-lhes facturas, só na Presidência da Câmara, no valor de 2 milhões de contos no primeiro mês, e, apesar dessas limitações orçamentais, têm respeitado a generalidade dos compromissos. Em matéria de urbanismo, em todos estes meses, havia algum plano que tivessem interrompido? Não punha em causa que eles tivessem sido elaborados pelo Executivo de esquerda, lamentava era que não tivessem sido aprovados! É que, como foi dito, houve muitos que foram elaborados e alguns foram metidos na gaveta, como o da envolvente da Ajuda! -----

----- A propósito da Bela Flor, aludiu à questão da construção em altura dizendo que cada um podia dizer o que quisesse, porque a sua visão era que em áreas históricas, em áreas classificadas da cidade, não seria permitido, existiam normas específicas para a construção. Mas nas áreas em expansão da cidade, que não fossem cínicos nem hipócritas porque não era engordar, era construir em altura como acontecia na generalidade das cidades europeias. Foi escrito que isso era para permitir mais metros quadrados em área de construção, mas questionava se era normal uma capital europeia não ter edifícios de mais do que oito andares nas zonas de expansão? Era normal? Pessoalmente não achava que fosse normal! -----

----- No PDM, falava-se nas cheias, nos leitos de cheias, no Parque Mayer, nisto e naquilo. Na Av. de Ceuta, falava-se na piscina? Se alguma coisa acontecesse a alguma criança lá, não tendo a piscina licença de utilização, licença de construção, loteamento feito, estava construída no mesmo terreno que a escola, o que era proibido por lei, e ouvia um Deputado Municipal dizer ali “não está regularizado, mas a Câmara chama uma comissão de vistoria, as forças de segurança”, então ele, Presidente da Câmara, ia dizer às forças de segurança para irem vistoriar e licenciar um espaço, um equipamento que estava todo ilegal? Isso era subversão, mas ouviu isso na Assembleia Municipal! -----

----- Então se acontecesse a uma criança alguma coisa o que seria com as televisões e os jornais: “Piscina, problema, acidente com criança em piscina não licenciada, Santana Lopes ainda não comentou, estamos à espera dos comentários.” Ah, mas o problema não era esse, era a criança! E de quem era a responsabilidade? Estavam a dizer que era municipal, mas não é, era da Promoceuta! Promoceuta, repetiu soletrando, que era uma coisa que não era de Ceuta, lá em África, mas da Av. de

Ceuta, e à qual a Câmara ainda não pagara porque foi construída de facto sem nenhum enquadramento legal e as contas estavam apresentadas! Muita obra na parte final do mandato anterior foi feita sem contrato! -----

----- Por exemplo, na Av. de Ceuta rebentaram as condutas na semana passada, em 13 lotes, porque a EPAL não validou as condutas de água postas à pressa, em obras feitas à pressa, sem loteamento, sem licença de construção, sem nada. Chamaram a EPAL e a EPAL disse que não ia lá porque aquilo eram condutas que não eram reconhecidas pela EPAL! No entanto, certamente por influência política, conseguiu-se que a EPAL ligasse os contadores antes das eleições! Mas as condutas não estavam. Esses eram os problemas a que tinham de fazer face no dia a dia. -----

----- Continuando, disse que quando pedira aos Vereadores para falar o fizera por uma razão, os Deputados Municipais diziam Relatório de Actividades: é que leu hoje nos jornais “a Câmara não fez nada nestes meses”. Nada, estava lá dito por todos! Pedia desculpa por o dizer mas isso era insultuoso, porque só o que tiveram que fazer para reparar essas situações que lhes deixaram, chegava. Com 50% de vencimento, dizia a lei, o Presidente da Câmara só tinha que estar na hora do expediente; mas nem quatro horas de expediente chegavam para resolver todas as situações que encontraram. -----

----- Hoje foi o prédio em Chelas, por problemas de construção, não foi só a pintura como a Sra. Vereadora referira, foi o revestimento, foram beirais. Era a toda a hora! -

----- A um aparte que questionara quem construiu, disse “olhe, quem não foi, fui eu! Isso é que lhe posso garantir, e tenho que estar a resolver esses problemas”. -----

----- Se queriam dizer que foi no tempo do Eng.º Abecasis, só podia dizer que muito aguentou, porque a oposição de agora, que durante estes 12 anos esteve à frente da Câmara, devia ter conservado e reparado doutra maneira! Portanto, tendo sido no tempo da anterior maioria ou no tempo do Eng.º Abecasis, já deveria estar resolvido.

----- Portanto, se acusavam que a Câmara não fizera nada, só dizia Santa Maria Madalena! -----

----- Disse, ainda, que tinha no seu Gabinete pessoas para atender os Srs. Presidentes de Junta, uma para cada uma das três áreas em que se dividiram as Juntas, e ainda hoje à tarde lhe disseram que os únicos pedidos que não estavam atendidos, ou repostados, eram alguns pedidos de reunião consigo. Era um facto, assumia-o agora. Portanto, em termos de atendimento, procuravam atender todos. Aliás, de todos Vereadores não sabia, mas o Vice-Presidente ia a todas! Reunia com os Presidentes de Junta em todo o lado, ia e recebia a todos! Por isso não se podia dizer que não recebiam. -----

----- Mas era óbvio que tinham uma distribuição de tarefas: os concursos na Câmara estavam desbloqueados para promoção, para reclassificação, concursos externos, iriam abrir na higiene urbana para mais 50 além dos 100 que neste momento estavam, até para regularizar muitos dos que estavam com vínculo precário! Mas como iam ficar com território da Parque-Expo, o Sr. Vereador Pedro Feist propôs-lhe a medida, que aceitara, de abrir concurso externo para mais 50 elementos para a higiene urbana! Isso contemplava alguma vontade de prescindir de pessoas, perguntou! -----

----- Relativamente aos Jogos Desportivos da Cidade, disse que não queria acabar com eles. Não acabava! Tratava-se de uma excelente iniciativa do Executivo anterior, assistira a eles ainda em campanha e só tinha a dizer bem deles! Se seria com as mesmas pessoas ou não, não sabia, mas o Sr. Vereador Pedro Feist tinha – e era a posição dele também – a firme orientação da sua parte no sentido de que os Jogos Desportivos eram para continuar. Não tinha nenhuma razão para mudar! O que era bom não se mudava, até porque não era daqueles políticos que só via problemas, só via chuva no quinta do vizinho! Não achava que a cidade estivesse mal quando os lisboetas votaram, o que achava era que os lisboetas quiseram melhor! Quiseram melhor, e por isso é que votaram como votaram, a maioria é quem representa o povo. ---- Portanto, ali lhes estava a dizer que fizeram coisas boas, e seguramente as que a Câmara achar que são boas continuarão e as razoáveis também. -----

----- Quanto ao São Luiz disse que a obra era muito gira, tinha alguns problemas, era verdade, tinha só casa de banho dum lado do Teatro, depois tinha o restaurante, tinha o Jardim de Inverno, as pessoas às vezes estavam no Restaurante, o Teatro estava fechado e não tinham casa de banho onde ir! Tiveram que reparar. Era um mero pormenor, era! -----

----- Sobre o Teatro/Estúdio Mário Viegas disse estará aberto em Novembro, com certeza que sim, era uma excelente Companhia, era um critério, não valia a pena discutir, ainda outro dia viu, no Largo de Santa Catarina no âmbito das Jornadas Europeias do Património que organizaram, e foi excelente! Portanto, tal como o São Luiz também o Teatro Maria Matos estava a funcionar, e com o mesmo director que estava anteriormente! Tinha feito um bom trabalho para as camadas jovens da população! Teatro Infantil, continuava também! -----

----- Por outro lado, nunca ninguém pusera em causa a EBHAL, tal como a Casa do Fado ou o Teatro Taborda. Têm discutido se o Castelo de São Jorge deve ter ou não financiamento, porque o contrato-programa da EBHAL previa dois pressupostos financeiros que não se realizaram, um dos quais era o pagamento de entradas no Castelo de São Jorge! Teriam que tomar uma decisão sobre essas matérias. -----

----- Sobre a questão do túnel das Amoreiras, referiu que pretendia dizer aos Deputados Municipais que queriam discutir essa matéria, que o concurso era de concepção/construção, portanto achava muito bem que o discutissem. Todas as ideias seriam bem-vindas para melhorar até as propostas que iriam ser apresentadas pelos projectistas. Ele próprio também estaria, mas o Sr. Vice-Presidente sabia mais do assunto que ele, e, portanto, com ele a discussão seria muito melhor do que consigo, garantia. -----

----- Ele podia responder àquilo que já sabiam que respondia. Aliás, a propósito do que foi dito de que o túnel das Amoreiras trazia carros para Lisboa, perguntava se os que a anterior Câmara fez levavam os carros para fora da cidade; ou se a Ponte 25 de Abril era para fechar porque trazia carros! Enfim, isso era a política politiqueria, era politiquice em que não entrava! -----

----- É que, de facto, no prazo de uma década, quer se quisesse quer não, iria continuar a haver carros! Não estava a ver os Deputados Municipais todos os dias de eléctrico e

de autocarro. Não estava! Apostava mesmo que daqui a 10 anos andavam de carrinho por aí. Portanto, o que tinham que fazer era resolver os problemas para uma boa circulação. Agora, parques dissuasores, com certeza; com a Câmara de Oeiras e Câmara de Cascais, Estádio Nacional, os parques, autocarros, fila de *BUS*. O problema era que não tinha três faixas ao pé do Viaduto Duarte Pacheco para os *BUS* circularem, já que se fizesse isso só podia ter uma faixa para carros de manhã! Iria fazer, provavelmente sim, se estivessem de acordo os Presidentes das Câmaras de Cascais e de Oeiras. -----

----- Quanto ao enterramento da linha férrea entre Alcântara e Cais do Sodré, depois de referir que não via qualquer problema nisso, disse que quem lhe falara da questão, com a devida vénia, foi o Sr. Vice-Presidente! Se calhar já não era política: era engenheiro, era um homem consensual, portanto a proposta já era um bocadinho melhor. Mas quem lhe propôs com mais insistência foi justamente o Professor Doutor António Lamas, Catedrático do Instituto Superior Técnico, que lhe disse que era uma excelente medida para a defesa do ambiente, tirar os transportes públicos dali, uma melhor ligação da cidade ao rio, etc. Achara uma excelente ideia, mas não era sua, era do Professor Doutor António Lamas. -----

----- Portanto, a proposta não era sua. Mas as boas ideias o Presidente da Câmara tinha obrigação de as assumir, e assumia-as viessem donde viessem. Mas qual seria o problema se em Alcântara houvesse um nó intermodal com capacidade, ou em Algés, perguntou! Agora dizer-se que trazia mais carros para Lisboa o facto de os comboios acabarem em Alcântara! Ainda esta semana estivera a ver, num livro de Marina Tavares Dias, a fotografia da Lisboa de 1920/1930, e viu, como certamente os Deputados Municipais também terão ideia disso, o que Lisboa ganhou ao rio ali com os aterros que se fizeram. Por exemplo, o que era a estação do Cais do Sodré, ou a vista da Rocha de Óbidos no princípio do Século? Se gostavam tanto assim das conquistas do século XX, a Revolução Industrial, aquilo que Marx tão crítico, tanto criticara, pessoalmente não gostava. Não gostava ali de mais betão mas que a cidade ganhasse essa ligação ao rio sem ter que passar por cima da linha de caminho-de-ferro. -----

----- Prosseguindo, disse que não tinha nada a ver com ninguém que quisesse fazer mal a Lisboa. Podiam ter ideias erradas às vezes, admitia, por isso às vezes falavam: “prova de autoritarismo, tira as propostas das reuniões de Câmara”! Realmente julgava que prova de autoritarismo era levar as propostas até ao fim, mesmo quando visse argumentos que deveria ponderar! Havia argumentos da oposição que deviam ser ponderados, tudo bem! Sabia que não estavam habituados a esse estilo; mais Castelo, menos Castelo, era assim e acabou! E só quando a opinião pública fazia grande pressão é que as coisas mudavam! O seu estilo, porém, não era esse. Se a oposição apresentava críticas que eram pertinentes, elas eram ponderadas E havia temas em que podiam até nem concordar com as críticas, mas achavam que precisavam de mais tempo. -----

----- Relativamente à proposta de construção em altura, disse achavam que era boa para Lisboa, mas sabiam que era polémica! Até era capaz de fazer uma proposta para

que só fosse aprovada se tivesse unanimidade em reunião de Câmara, para não ser a tal maioria a decidir, isto para responder aos Verdes ou ao Bloco de Esquerda, já não se lembrava quem tinha usado essa expressão de “a regra da maioria que decide”. Estava disposto a que as excepções fossem por unanimidade! Mas excepções tinha havido até agora, já que de repente apareciam uns rinocerontes na cidade, umas construções unicórnias; de repente aparecia um alto na cidade que ninguém compreendia! Sem ordenamento nenhum, integrados em planos!? -----

----- Disse que a Vereadora Margarida Magalhães sugerira um plano de cérceas, tudo bem! Disse à sua Vereadora do Urbanismo, sim senhor, que devia ser feito. Só tinha pena que a Vereadora Margarida Magalhães não o tivesse feito nos anos todos que esteve na Câmara. Mas devia ser feito e para a Rua de S. Bento estavam já a fazer-se!

----- Portanto, era assim que disse no princípio que iria trabalhar, porque é assim que é trabalhar! Iam fazer restrições ao trânsito no Bairro Alto, tinham ali um problema com as Sras. Presidentes das Juntas da Encarnação e de Santa Catarina, que a Câmara tinha um pouco que arbitrar, que resolver, estavam à procura da solução mais justa! Uma delas iria ficar um bocadinho aborrecida, mas tinham que fazer, que realizar! -----

----- No tocante ao Planeamento Estratégico, óptimo, mas não iam passar anos. Como dizia alguém ontem num programa de televisão, “ir ouvir os moradores da Praça da Alegria”. É que a Praça da Alegria já tinha tão poucos moradores! Tinha a esquadra da PSP, tinha a Federação Portuguesa de Futebol e, infelizmente, pouco mais! Tinha alguns e pensões! Portanto, tinham que decidir, tinham que fazer e tinham que realizar. Agora, com respeito pelas regras. -----

----- Por conseguinte, essa questão da construção em altura era para debaterem! Era de propósito, provocar o debate, irem para o debate. Agora, construtores? Nem pensar! Só se estivessem todos de acordo na Câmara, não podia ser mais nada. -----

----- Sobre as reclamações que a Presidente da Junta dos Prazeres apresentou, disse que achava que ela tinha razão. Aliás, relativamente a duas ou três já perguntara porque é que não estavam já lá os sinais. Foram mandados para a Divisão de Trânsito e infelizmente o ofício – informara-o agora o Gabinete do Sr. Vice-Presidente – já foi há um mês e ainda não estavam postos os sinais. Lamentava, havia pessoas que eram melhores a planear e piores a executar! Enfim, eram Departamentos da Câmara portanto a responsabilidade era da Câmara. -----

----- Por conseguinte havia observações ali feitas que eram verdadeiras. -----

----- Quanto à afirmação de que jardins só estavam mal os da Câmara e os outros não, disse que não era verdade. Por exemplo, na Av. D. Carlos havia um que permanentemente estava em mau estado. Não dizia que era culpa da Junta de Freguesia de Santos-o-Velho porque era devido àquela confusão que existia à noite na Av. D. Carlos que aquele jardim pequenino estava sempre uma imundice no dia seguinte! Passava lá, telefonava para a Divisão correspondente, iam lá limpar, mas no dia seguinte estava na mesma. No entanto, o Sr. Presidente da Junta dizia aos moradores, ele próprio o ouvira do jardim, que isso era com a Câmara, ao que retorquira pedindo que visse no protocolo. -----

----- Por isso, não eram só os da Câmara que estavam mal, mas era verdade que estava insatisfeito com o estado dos jardins em Lisboa! Da higiene urbana ouvia algumas queixas, havia umas zonas da cidade que não estavam tão bem quanto gostaria, mas estava convencido que havia empenho de todos os trabalhadores da Câmara, que ninguém boicotava, estava tudo com a mesma fé. Aliás, se a Câmara não mudara nada porque era que a cidade havia de estar menos limpa? Não mudaram nada, portanto quem limpava eram os mesmos, com certeza que estava igualmente limpa! -----

----- A terminar, disse que tinham nove meses de actividade, que não lhes pedissem tudo, já fizeram alguma coisa, fizeram o que foram capazes. Não ia falar sequer da sondagem que saíra, do que ouvira ali e do que lhe chegava da impressão do povo: Brest dizia: “o povo está enganado, mude-se o povo”; era o que alguns queriam, mas pessoalmente entendia que não era mudar o povo. Às vezes havia mais falta de sintonia, quando o povo dizia que a actuação era boa, muito boa ou assim assim, só 7% é que a achavam má. Não achava que a maioria da Assembleia Municipal representasse só 7% dos lisboetas. A acreditar numa sondagem, porque sondagens são sondagens. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que tinha sido observado na Mesa que nada impedia o Presidente da Câmara de usar da palavra no tempo das respostas e em sequência usar da palavra para a intervenção final, ou seja, nada impedia que isso fosse feito sem a figura técnica da acumulação, e foi nesse registo que a Mesa deliberara, por unanimidade, permitir o tempo que foi usado e que, aliás, ficara dentro da medida que tinha proposto. -----

----- Seguidamente, disse que tinha três pedidos de palavra para defesa da honra e da consideração, relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra para defesa da honra e da consideração, disse que lamentava ter de usar esta forma para poder usar da palavra, mas a primeira parte, lamentável, da intervenção do Sr. Presidente da Câmara a isso o obrigava. -----

----- Disse, então, que não era por se gritar muito que se tinha razão, pensava mesmo que o Sr. Presidente da Câmara denotara algum nervosismo no início da sua intervenção, que depois, sabiamente, corrigira na segunda parte. -----

----- Lamentava, sinceramente, que o Sr. Presidente da Câmara não tivesse ido ali dizer aquilo que disse principalmente na segunda parte da intervenção, no início deste debate para que pudessem, então sim, usar a figura do contraditório. Havia dias infelizes, mas realmente o Sr. Presidente da Câmara, hoje, ali, prestara um mau serviço à democracia, ao debate e à Assembleia Municipal. -----

----- Disse, ainda, que o Sr. Presidente da Câmara ao fazer a sua intervenção dando murros na mesa e gritando da forma como gritara, sentira as críticas e percebera que tinha errado de início. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara, da parte do Partido Socialista, ouvira visões diferentes para a cidade, ouvira críticas políticas, mas não ouvira nenhuma crítica pessoal nem nenhuma insinuação insultuosa; ouvira apenas diferenças de opinião. Mas o Sr. Presidente da Câmara entendera brindá-los na sua resposta, porque se

referira a todos, dizendo que teriam insinuado que a história do Casino teria alguma coisa a ver com o Stanley Yo, ou qualquer coisa assim. No entanto, jamais da parte do PS ouviria essa insinuação porque tinham uma visão diferente da do Sr. Presidente da Câmara, ainda bem que a tinham e não abdicariam dela por mais que o Sr. Presidente da Câmara gritasse ali e desse murros na mesa. -----

----- Disse, ainda, que o Grupo Municipal do Partido Socialista pensava pela sua própria cabeça, jamais no passado – e caucionava essa posição – apoiara cegamente quem quer que fosse só porque era da mesma cor partidária, e o Sr. Presidente da Câmara se acompanhou a comunicação social sabia disso muito bem. Portanto, também essa crítica, que para si era ofensiva, não colhia junto do Grupo Municipal do Partido Socialista. -----

----- Referiu, depois, que queriam ter tido ali um debate com o Sr. Presidente da Câmara sobre a visão para a cidade, sobre as estratégias para a cidade que o Sr. Presidente da Câmara não apresentara. Só agora, na segunda parte da intervenção final, corrigira e começara a falar da sua visão para a cidade, o que foi pena porque se tivesse sido de início teriam ali feito um debate contraditório, com benefício para todos: para a cidade, para os Deputados Municipais e para a Vereação. -----

----- Por outro lado, também achava lamentável que o Sr. Presidente da Câmara se tivesse referido, nos termos pessoais em que o fizera, a alguns Vereadores da oposição – falava pelos do PS – porque sabia muito bem que eles não se podiam defender ali na Assembleia Municipal. Poderia tê-lo feito em reunião de Câmara porque lá eles podiam responder e contraditar. -----

----- A terminar, pediu ao Sr. Presidente da Câmara que numa próxima reunião da Assembleia Municipal tivesse a postura da segunda parte da sua intervenção, e não a postura da primeira parte, porque quem gritava era sinal de que estava a perder o sentido de Estado, neste caso sentido municipal, estava a perder a razão. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra para defesa da honra e da consideração, disse que na segunda parte da sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara procurara dar uma visão de cidade, mas não fizera isso no início de debate como efectivamente deveria tê-lo feito. -----

----- Era evidente que continuariam a ter diferenças de opinião, como continuariam a não ser intimidados por determinado tipo ou estilo de intervenção. Aliás, em relação a esse estilo de intervenção o Sr. Presidente da Câmara já lhes havia ali chamado a atenção dizendo que não gostava desse estilo, que era um estilo baixo, e desta vez também ele se excedera. -----

----- Por outro lado, também era mau invocar ali o nome de pessoas que não se podiam defender, concretamente o nome de Vereadores da sua força política, mas com certeza na Câmara Municipal eles dariam a devida resposta. -----

----- A concluir, disse que efectivamente tinham uma filosofia diferente de cidade e uma prática democrática de envolvimento de todos, mas na prática e nas decisões, e o exemplo disso era o que o Sr. Presidente da Câmara se referira às colectividades e ao movimento associativo da cidade, mas não havia critérios nem transparência nesses subsídios que enunciara. -----

----- **O Deputado Municipal Fernando Saraiva (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Benfca, no uso da palavra para defesa da honra e da consideração, disse que não era verdade que tivessem estado calados ao longo dos vários mandatos da anterior maioria. Tinha muita honra em ter sido eleito quatro mandatos seguidos como Presidente da Junta de Freguesia de Benfca, e realmente ao longo desse tempo todo, no âmbito de um programa de uma coligação, estavam muitas coisas escritas, muitas fotografias foram entregues e muitos relatórios foram feitos, protestando e dizendo o que estava mal, e só assim se conseguira fazer alguma coisa, como efectivamente se fizera. -----

----- Quanto ao que saíra no jornal, disse que não retirava uma vírgula àquilo que disse à jornalista. Disse-lhe: “minha Senhora, em acho que isto foi um ano para esquecermos porque andamos aqui em Benfca a pagar dívidas e a acumular dívidas, mas também não culpo o actual Executivo porque tomaram posse há pouco tempo, é natural que precisem de se sentar para ver os *dossiers*, mas já passou tempo, julgo eu, mais que suficiente e no cômputo geral o que julgo é que isto é um ano para esquecer. De facto, a Freguesia de Benfca tem problemas que já tinha ultrapassado, designadamente ao nível da iluminação pública – tinha testemunhas disto porque a entrevista foi dada pelo telefone com pessoas ao lado – ao nível da limpeza, pela primeira vez este ano houve ruas que cheiraram mal, houve dificuldade de intervenção, compreendiam isso.” -----

----- Mas não podia aceitar que o Sr. Presidente da Câmara lhe disse que esteve calado ao longo desses anos todos e que nunca dissera à Câmara que isto ou aquilo estava mal, porque isso não era verdade. -----

----- Relativamente à parte da intervenção em que o Sr. Presidente da Câmara aludira à sua passagem pela EPUL, disse que não tinha percebido muito bem, mas avisava que não estava na Assembleia Municipal como ex-Presidente da EPUL mas sim como eleito local. Foi nessa qualidade que se responsabilizara perante os eleitores nas quatro vezes que foi a eleições e em que sempre foi eleito. Tentava fazer o seu melhor, nunca foi subserviente de ninguém. O Sr. Presidente da Câmara podia contar com toda a sua colaboração, mas que não julgasse que era por levantar mais a voz que ele deixaria de dizer amanhã aquilo que julgava ser a verdade. -----

----- Em Benfca, infelizmente, este ano, por um conjunto de várias circunstâncias, foi um ano para esquecer. Esperava que o próximo fosse melhor em todos os aspectos, e o Executivo municipal teria toda a sua colaboração. -----

----- Depois disse que era importante lembrar ao actual Executivo que convinha que os eleitos locais fossem tratados como tal. Isto porque o que recebia de ofícios eram enviados pelos adjuntos, assim como também os telefonemas. Ainda há pouco tempo teve que dizer a um senhor: “desculpe, mas por que é que a Sra. Vereadora ou o Sr. Vereador não falam comigo?” Bom, os ofícios eram dos adjuntos e então dissera também à chefe de secção: “responda-se com estes senhores”. Nunca passara por isto!

----- A terminar, reiterou o que havia dito inicialmente, ou seja, que não aceitava de forma nenhuma a insinuação de que não reclamava da Câmara, porque não era verdade, quer em relação a si, quer também em relação a outros colegas seus que ao

longo dos anos ali reclamaram da Câmara e muita obra tinha sido feita, várias vezes quase se zangavam porque queriam mais. Os eleitos locais, porque estavam no dia-a-dia mais próximos das pessoas, queriam e teriam que exigir sempre cada vez mais. E não seria por se levantar a voz que deixava de dizer aquilo que pensava. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra para defesa da honra e da consideração, disse que perante a acusação que o Sr. Presidente da Câmara fizera de que os Presidentes de Junta só agora levantavam a voz, não podia deixar de referir que, pessoalmente, tinha alguns títulos que lhe foram ali dados, pela oposição e também pelo poder, por ser o Presidente de Junta que mais recomendações, mais propostas e mais exigências fez em todos os mandatos. Isto porque, para si, o que contava não era quem estava à frente da gestão da cidade, mas sim os interesses da sua freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente**, antes de dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para dar explicações, disse que tinha que dizer alguma coisa em relação a algumas observações que ouvira. -----

----- Referiu, então, que não havia no fim da última intervenção dum debate parlamentar lugar outras intervenções. Mas também não havia nenhum debate parlamentar, dos que referiram, sobre o Estado da Nação, na Assembleia da República, que começasse sem ser com a intervenção do Primeiro-Ministro. -----

----- Portanto, tiveram ali uma situação que não foi bem ponderada por todos e agora estavam confrontados com a aplicação do velho provérbio: “o que nasce torto dificilmente se endireita”. -----

----- Às palmas que se seguiram, disse que as dispensava porque não era esse o sentido. O sentido era que, colectivamente, tirassem uma lição da forma como hoje decorreria o debate. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para dar explicações, começou por dizer que compreendia a reacção do Sr. Presidente em relação às palmas, porque também tomava a expressão das suas posições como decorrentes da isenção com que decorriam os trabalhos. -----

----- Se o Sr. Presidente extraía essa conclusão respeitava-a, mas o Sr. Presidente certamente compreendia aquela expressão que há pouco usara de “ser preso por ter cão e preso por não ter”. É que se falava só ele era porque não queria dar espaço a ninguém, estava preocupado com o brilho e o tempo, etc. Hoje, até porque tinha lido nos jornais, “Cidade de Lisboa está paralisada, ninguém faz nada”, ao meio-dia, apesar de já ter alertado os Vereadores para a eventualidade de terem que fazer intervenções na Assembleia Municipal, pedira-lhes que se preparassem para cada um fazer uma intervenção para desmentir o que era dito antes do próprio debate como conclusão. -----

----- Portanto, quando se falava ali no contraditório, isso é que não dava hipóteses do contraditório, porquanto era no dia do próprio debate na Assembleia Municipal que a comunicação social ouvia os Deputados Municipais, não ouvia a Câmara portanto não havia contraditório, e depois vinham fazer um debate que já estava feito na comunicação social. -----

----- Disse, depois, que não tinha ofendido ninguém e que falara no sítio próprio, enquanto que sobre ele e outros Vereadores do Executivo falavam lá fora, como o Sr. Vereador António Abreu e outros, e o Sr. Vereador Rui Perdigão, hoje. Não faziam declarações no sítio próprio, faziam-nas lá fora sem que ele e os Vereadores tivessem possibilidades de se defender. Portanto, se não era ali o sítio próprio para debaterem as matérias, já não percebia como era que funcionavam as instituições democráticas. Aliás, se os Vereadores da oposição não estavam ali a culpa não era sua, não podia esperar por uma reunião em que eles estivessem para se defender do que eles tinham dito na praça pública. -----

----- Sobre o que foi dito pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, disse que não punha em causa as fotografias e reclamações que disse que entregara, mas iria conferir se ao fim de nove meses de mandato do Executivo anterior teria feito declarações do género desta. -----

----- Por outro lado, dizia também que a Av. Gomes Pereira estava iluminada a metade, enquanto a informação do Sr. Vice-Presidente era que hoje, dia 22 de Outubro, havia duas lâmpadas fundidas nessa artéria; estava também, sob a actuação da DMIL, uma brigada a tapar os buracos. -----

----- Portanto, gostava de saber se eram mais lâmpadas fundidas, não era essa a informação dos técnicos, e se o Sr. Presidente da Junta fizera estas mesmas declarações ao fim de nove meses de mandato sobre uma equipa que tinha entrado de novo, que neste caso o levava a dizer que este era um ano para esquecer. Se as fez, aquilo que tinha dito estava retirado, mas quanto a falar alto ou falar baixo contou ontem esteve num programa da televisão onde um senhor que estava a dizer mal si lhe dizia “pare de se coçar”. Ora, ainda havia liberdade para se coçarem, para escolherem o tom de voz ou fosse o que fosse. Aliás, foi o Dr. Mário Soares que disse. “há o direito à indignação”. -----

----- Disse, depois, que quando dizia alguma coisa a um Presidente de Junta logo diziam “porque atacaram-nos a nós Presidentes de Junta”. Ora, sabia que havia ali Presidentes de Junta que fizeram intervenções dissonantes, muito dissonantes, e grande parte deles no tempo do anterior Executivo. Portanto, não falara em todos os Presidentes de Junta. Aliás, tinha reparado em alguns acenos de cabeça a várias críticas que os Presidentes da Junta fizeram, e tomara nota dos acenos a confirmar. Não precisava desse aval mas era sinal que a coisa era mesmo verdadeira. Portanto, esperava que quando tivessem que criticar, o fizessem fosse em que tempo fosse. -----

----- Seguidamente, disse que tentara contribuir para esta fórmula original mas respeitava a orientação do Sr. Presidente e a conclusão que extraía, mas devia dizer, com mais ou menos vivacidade ou a fórmula mais ou menos feliz, que era sempre bom, para quem gostava da liberdade e da democracia ouvir este tipo de debates mais ou menos quentes, mais ou menos inflamados. Iriam ter vários debates em breve promovidos pela Assembleia Municipal, sobre o ordenamento do território e também a disponibilidade para debater o túnel das Amoreiras, e, portanto, desejava reafirmar a essa respeito que não eram palavras vãs. -----

----- E porque não eram palavras vãs devia um pedido de desculpa resultante de uma falha de quem era novato. De facto, já tinha confirmado que não tinham sido dirigidos convites aos Líderes Parlamentares da Assembleia Municipal, só ao Sr. Presidente da Assembleia e à Mesa, para as cerimónias do 5 de Outubro. Às vezes costumava dizer no seu gabinete que o Presidente da Câmara não podia andar a tratar tudo. Pediu para convidarem os Líderes Parlamentares, mas já lhe disseram que perceberam que eram só os da Assembleia da República e, portanto, não convidaram os da Assembleia Municipal. A culpa era sua, assumia-a, tinham razão. Nunca temos razão em tudo, disse a terminar. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que não criticara a opção do Sr. Presidente da Câmara, entendia era que o decurso dos trabalhos levavam a uma certa conclusão, mas isso discutiriam depois em sede de Conferência de Líderes. -----

----- Seguidamente, terminadas as intervenções, deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Extraordinária nesta data iniciada. -----

----- Eram 20 horas e 50 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, _____ . -----

----- O PRESIDENTE -----

----- **DOCUMENTO ANEXO À PRESENTE ACTA.** -----

----- Com data de 23 de Outubro, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa enviou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa o ofício GP nº 359/2002, que a seguir se transcreve: -----

----- “Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Dr. João Amaral.

----- Quando usei da palavra no dia de ontem, no debate da Assembleia Municipal sobre o Estado da Cidade, por esquecimento não referi que na Informação do Presidente da Câmara à Assembleia Municipal, no dia 23 de Abril do corrente ano, foi dado conhecimento, a esse órgão, da Deliberação da Câmara Municipal, com a respectiva votação, que me designou representante da Câmara Municipal de Lisboa no Conselho de Administração da Parque Expo. -----

----- Solicito, assim, a V. Exa. que este esclarecimento conste da acta da reunião de hoje ou, se tal não viável, fique anexo à mesma acta. -----

----- Com os melhores cumprimentos de muita consideração, -----

----- Paços do Conselho de Lisboa aos 23 de Outubro de 2002. -----

----- O Presidente da Câmara, Pedro Santana Lopes.” -----

----- No referido ofício o **Sr. Presidente da Assembleia** exarou o seguinte despacho:--

----- “- Cópia para os líderes -----

----- - Anexar a presente carta à acta da reunião -----

----- - Comunicar ao Sr. Presidente da CML por ofício.” -----

